

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DO LUGAR DO LINGÜISTA E DA LÍNGUA COMO  
OBJETO DE DIVULGAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Larissa Montagner Cervo**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

# **DO LUGAR DO LINGÜISTA E DA LÍNGUA COMO OBJETO DE DIVULGAÇÃO**

**por**

**Larissa Montagner Cervo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr. Amanda Eloina Scherer**

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**DO LUGAR DO LINGÜISTA E DA LÍNGUA COMO  
OBJETO DE DIVULGAÇÃO**

elaborada por  
**Larissa Montagner Cervo**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

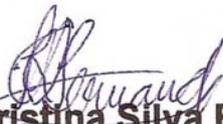
**COMISSÃO EXAMINADORA:**



**Amanda Eloina Scherer, Dr.**  
(Presidente/Orientadora)



**Gesualda de Loudes dos Santos Rasia, Dr. (UNIJUÍ)**



**Ivani Cristina Silva Fernandes, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 14 de março de 2008.

## **Agradecimentos**

A Taís, Rejane e Larissa, amigas e colegas admiráveis. O valor da nossa amizade foi fundamental.

À professora Amanda Eloina Scherer, pelo incentivo ao curso de Mestrado e pelo trabalho de orientação.

Aos meus pais, Roque e Glória, por estarem incondicionalmente ao meu lado em todas as minhas escolhas. Obrigado também pela paciência!

Aos meus irmãos Luciano, Rosana e Aline, e cunhados Willy e Luciana, pelo estímulo e pela escuta. Rô, muito obrigada!

À professora Verli de Fátima Petri, pela atenção e palavra de carinho.

À Tatiana Freire (UFRJ), por ter gentilmente me disponibilizado textos de Mattoso Câmara para a constituição do corpus desta pesquisa.

Ao Luiz Pozzer, Soraya, Caroline, Cristina e demais familiares, pela torcida. Do mesmo modo, aos meus amigos, em especial Lisiéli, Aline, Patrícia, Andressa, Elisa, Paula e Daniela.

A Capes, pela bolsa concedida.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DO LUGAR DO LINGÜISTA E DA LÍNGUA COMO OBJETO DE DIVULGAÇÃO**

AUTORA: LARISSA MONTAGNER CERVO

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, março de 2008.

O problema de pesquisa sobre o qual nos propomos refletir tem como foco a língua enquanto um objeto de divulgação. Chamamos atenção para o fato de que o discurso de divulgação científica funciona como um mercado de informações na sociedade de consumo, de modo que a língua, neste cenário, também figura em sentidos utilitaristas e inscritos em uma perspectiva empírica de ciência, mesmo que em posição historicamente marginal. Nosso corpus é constituído pelas revistas *A Cigarra* (anos de 1950) e *Língua Portuguesa* (anos 2000), que representam diferentes estados no processo discursivo e enfatizam a significação da língua como objeto de divulgação ao longo da formação sócio-histórica. Dessas publicações, focalizamos os textos escritos pelos lingüistas Joaquim Mattoso Câmara Jr. e José Luiz Fiorin, com o propósito de analisar a maneira pela qual eles se significam na posição de divulgadores, observando os vestígios constituintes do discurso. Nosso estudo mostra que a língua significa como um produto no discurso de divulgação científica e que sua difusão por tais lingüistas é a manifestação de um pretexto, em que pese a necessidade de divulgar as ciências da linguagem para reconhecimento e atenção das políticas públicas e sociedade em geral, em contraponto ao senso comum do qual a mídia recorrentemente reveste-se ao referendar a língua como objeto. A perspectiva teórica que norteia nossa pesquisa é a análise de discurso postulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, entre outros pesquisadores.

Palavras-chave: discurso de divulgação científica; lingüistas; língua.

## **ABSTRACT**

Master's Dissertation  
Post-Graduate Program in Languages  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE LINGUIST'S PLACE AND LANGUAGE AS A DIVULGATION OBJECT**

**AUTHOR: LARISSA MONTAGNER CERVO**

**ADVISER: AMANDA ELOINA SCHERER**

Place and date of defense: Santa Maria, March, 2008.

The aim on this research is to promote a reflection concerning language signifying as a divulgation object within capitalist society where all becomes a consumption product. In this scene, language is a subject in the scientific divulgation discourse however it is a marginal historical position and linked to utilitarian senses and based on the empirical perspective of science. In order to analyze this conjuncture, we adopted the theoretical basis of Discourse Analysis, by Michel Pêcheux, and Eni Orlandi and fellows, in Brazil. The corpus is constituted by two magazines *A Cigarra Magazine* (1950s) and *Língua Portuguesa* (2000s) which represent different stages in the discursive process and emphasize language as a divulgation object. From these publications, we focus texts written by linguists, Joaquin Mattoso Câmara Jr. and José Luiz Fiorin with the purpose of analyzing the way in which they mean themselves on the position of divulgators, observing the constitutive vestiges of the discourse. Our study shows that language signifying as a product in the scientific discourse divulgation and its diffusion is the manifestation of a pretext. Furthermore the presence of linguists on these Medias underlines need of divulging language sciences toward recognition and attention of public politics and society in general.

Key-words: scientific divulgation discourse; linguists; language.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Capa do exemplar n.3 de <i>A Cigarra Magazine</i> , de março de 1958.....	35
ILUSTRAÇÃO 2 – Capa do exemplar n.8 de <i>A Cigarra Magazine</i> , de agosto de 1958.....	35
ILUSTRAÇÃO 3 - Página inicial da reportagem <i>A campeã vai ser dona de casa</i> . In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.8, ago.1958, p.14.....	35
ILUSTRAÇÃO 4 – Página inicial da reportagem <i>Desquite: longe dos olhos, longe do coração</i> . In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.8, ago.1958, p.8.....	35
ILUSTRAÇÃO 5 – Página inicial da reportagem <i>Viagem e Elegância</i> . In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.8, ago.1958, p.28.....	36
ILUSTRAÇÃO 6 – Continuação da reportagem <i>Viagem e Elegância</i> . In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.8, ago.1958, [s.p.].....	36
ILUSTRAÇÃO 7 – Seção <i>Livros</i> . In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.3, mar.1958, p.122-3.....	39
ILUSTRAÇÃO 8 – Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra <i>Pontos de Gramática Histórica</i> , de Ismael Lima Coutinho In: <b>A Cigarra Magazine</b> , n.8, ago.1958, p.34.....	42
ILUSTRAÇÃO 9 – Capa da revista <i>Língua Portuguesa</i> , n.23, 2007.....	52
ILUSTRAÇÃO 10 – Capa da revista <i>Língua Portuguesa</i> , n.26, 2007.....	52
ILUSTRAÇÃO 11 – Anúncio publicitário da Oficina sobre A arquitetura do texto: da palavra ao discurso, ministrada pelo Prof. Dr. Aldo Bizzocchi. Disponível em: < <a href="http://revistalingua.uol.com.br">http://revistalingua.uol.com.br</a> >.....	59
ILUSTRAÇÃO 12 – Fragmento da página inicial do site Gramática da Língua Portuguesa. Disponível em: < <a href="http://www.portugues.com.br">www.portugues.com.br</a> >.....	60

ILUSTRAÇÃO 13 – Texto <i>Mitos do senso comum</i> , de José Luiz Fiorin, com destaque lateral para a referência bibliográfica e profissional do sujeito-autor. In: <b>Língua portuguesa</b> , n.26, 2007, p. 36-7.....	63
ILUSTRAÇÃO 14 – Texto <i>Painéis da Variedade</i> , demonstrativo da presença do não-verbal, e legenda da ilustração em destaque.....	64
ILUSTRAÇÃO 15 – Correspondência entre lingüista e leitor da revista. In: <b>Língua Portuguesa</b> , Cartas, n.28, 2008, p.8.....	68

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Expediente de <i>A Cigarra Magazine</i> , de agosto de 1958.....	107
ANEXO B – Sumário de <i>A Cigarra Magazine</i> , de agosto de 1958.....	108
ANEXO C – Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre as obras <b>O ensino do latim</b> (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, e <b>Didática Especial do Português</b> (para o curso secundário), de Legeodário Amarante de Azevedo Filho.....	109
ANEXO D - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra <b>Pontos de Gramática Histórica</b> , de Ismael de Lima Coutinho.....	110
ANEXO E - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra <b>Exercícios de Português</b> , de M. Cavalcanti Proença.....	111
ANEXO F - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra <b>100 textos errados e corrigidos</b> , de Hamilton Elia e Sílvio Elia.....	112
ANEXO G - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra <b>Pequena Gramática para Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical</b> , de Adriano da Gama Kury.....	113
ANEXO H - Expediente da <i>Revista Língua Portuguesa</i> , n.8, 2006.....	114
ANEXO I – Texto <i>Sobre a Revista Língua Portuguesa</i> .....	115
ANEXO J – Texto <i>A Revista</i> .....	116
ANEXO L – Texto <i>Linguagem, realidade e pensamento</i> , de José Luiz Fiorin.....	117
ANEXO M – Texto <i>O poder criador da linguagem</i> , de José Luiz Fiorin.....	118
ANEXO N – Texto <i>Painéis da Variedade</i> , de José Luiz Fiorin.....	119
ANEXO O – Texto <i>As línguas mudam</i> , de José Luiz Fiorin.....	120
ANEXO P – Texto <i>Mitos do senso comum</i> , de José Luiz Fiorin.....	121

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>PARTE 1 DO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	14
1.1 O discurso de divulgação científica.....	14
1.2 Discurso de divulgação científica, ciência, sociedade.....	17
1.3 A constituição de um mercado de informações.....	21
<b>PARTE 2 COM A PALAVRA, OS LINGÜISTAS</b> .....	27
2.1 O sujeito da ciência na posição-sujeito divulgador.....	27
2.2 Das revistas e dos lingüistas: a textualidade do discurso.....	31
2.2.1 <i>A Cigarra Magazine</i> e Mattoso Câmara.....	33
2.2.2 <i>Língua Portuguesa</i> e José Luiz Fiorin.....	52
2.3 Do lugar do lingüista no/pelo discurso de divulgação científica.....	75
<b>PARTE 3 A VEZ DA LÍNGUA</b> .....	82
3.1 A língua como objeto de divulgação.....	82
3.2 O mercado de divulgação da língua.....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o problema de pesquisa sobre o qual nos propomos refletir tem como foco a língua enquanto um objeto de divulgação. Nesse sentido, referendamos o discurso de divulgação científica e seu funcionamento como um mercado de informações na sociedade de consumo, observando a constituição de produtos assim significados a partir de sentidos utilitaristas e inscritos em uma perspectiva empírica de ciência. Cenário no qual a língua figura como objeto mesmo que em posição historicamente marginal, o mercado da divulgação favorece a constituição e circulação de imaginários sociais que reforçam sentidos já instituídos, rotulados e estereotipados quanto ao conhecimento, sustentando a mídia como comunidade discursiva intermediária entre as instituições produtoras do conhecimento e os responsáveis por mercantilizá-lo e aplicá-lo (cf. Moirand, 2000), bem como contribuindo para políticas públicas de ciência e, inegavelmente, integrando a trama das relações cotidianas do sujeito com o conhecimento (cf. Orlandi, 2004).

É dessa conjuntura de um mercado ao qual nem mesmo a língua, condição de realização de processos discursivos, escapa quanto à significação como um produto que partiremos para a reflexão sobre a língua objeto de divulgação, atentando para o modo como os sentidos constituem-se no jogo de paráfrase e polissemia, de possíveis deslocamentos, deslizos e pontos de deriva, os quais representam a (des)continuidade na/pela história de um movimento de significação singular. Tal movimento constitui-se, para nós, na/pela noção pecheutiana de processo discursivo, a saber, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p.161), e que, portanto, é o fulcro da problematização a ser realizada porque enseja a possibilidade de discutirmos a significação da língua como objeto ao longo da formação sócio-histórica, em que pesem a constante especialização das tecnologias da informação e (re-?)significação de demandas sócio-culturais ou mesmo educativas.

Nessa perspectiva, trabalharemos dois estados distintos do processo discursivo, em suas respectivas condições de produção, aqui representados pelos

periódicos *A Cigarra Magazine* (Editora Gráfica O Cruzeiro) e *Língua Portuguesa* (Editora Segmento). O primeiro é uma materialidade de circulação nacional no século XX, frente ao qual fazemos um recorte no final dos anos 1950. Neste período, a língua como objeto de divulgação figurava manifestadamente na revista em meio a resenhas críticas de obras publicadas em um espaço máximo de duas páginas, as quais eram veiculadas em conjunto com a grande maioria de outros textos que se reportavam para questões rotuladas como de interesse predominantemente feminino. Já o segundo é uma materialidade lançada no ano de 2005, também de circulação nacional. Em contraste às condições de produção de *A Cigarra*, *Língua* é uma revista de vulgarização do conhecimento na qual o objeto em discussão é a língua propriamente.

Em cada uma das materialidades mencionadas, vamos referendar o processo de produção do discurso em que a língua figura como objeto, mas a partir da prática de lingüistas, sujeitos que, portanto, assumem em um dado momento a posição-sujeito divulgadores em cotejo à sua significação enquanto sujeitos da ciência comprometidos com uma certa ordem de discurso e, ao mesmo tempo, com instituições e com o modo como elas administram o conhecimento (cf. Orlandi, 2006). Respectivamente, em *A Cigarra*, vamos atentar para o gesto da escrita de Joaquim Mattoso Câmara Jr., e, em *Língua Portuguesa*, de José Luiz Fiorin.

Perguntando-nos como tais sujeitos significam nessa posição-sujeito outra, a de divulgador, problematizaremos as condições de produção das revistas e, em conjunto, produziremos uma reflexão sobre um corpus de análise constituído de cinco textos de cada um dos lingüistas. Em tais textos, cujos modos de organização são adversos em decorrência das próprias condições de produção, objetivamos refletir sobre o domínio de certas propriedades discursivas e de representação, na/pela linguagem, da ordem em que o sujeito está inscrito, da posição na qual se constitui, para, com isso, observarmos os vestígios constituintes do discurso de divulgação científica cujo objeto é a língua.

Em meio a tantos outros lingüistas que vulgarizam o conhecimento, Joaquim Mattoso Câmara Jr. e José Luiz Fiorin foram selecionados pela regularidade de publicação de textos nos periódicos, bem como por serem pesquisadores reconhecidos pelos pares na comunidade acadêmica, tendo em vista, entre outras questões, sua produção intelectual. Não obstante, tendo em vista que a sua

participação, nesse processo, constitui-se em uma relação com o modo como significam na sua própria posição-sujeito da ciência frente ao objeto de conhecimento, a eleição dos textos de ambos para esta pesquisa possibilita-nos refletir sobre o lugar que assumem no processo via o modo como ‘publicizam’ a língua a partir da memória da ciência, tomando ou não o cuidado de estarem questionando e confrontando, ou apenas reforçando, sem colocar sob análise, sentidos já instituídos e que legitimam processos de inclusão/exclusão também já instalados (Ibid.).

Nossa pesquisa é constituída de três partes. Na primeira, tratamos do discurso de divulgação em si, em que pese o processo de produção de sentidos em sua indissociabilidade quanto à constituição, formulação e circulação do discurso. Atentamos, nesta parte inicial, para o fato de que o discurso de divulgação científica é efeito das relações sócio-históricas e, que, por isso mesmo, ao circular (re?)distribuindo informações sobre o conhecimento, significa-se em um mercado cujas informações reportam preferencialmente a uma concepção de ciência como aquilo que responde pragmaticamente a certas demandas dos sujeitos.

Na segunda parte, pensando a significação do sujeito da ciência nesse processo de produção do discurso, em conjunto com as condições de produção das revistas, vamos desenvolver a reflexão proposta focando a produção do discurso de divulgação científica a partir da análise dos textos e da reflexão do modo como o sujeito da ciência significa na posição-sujeito divulgador.

Por fim, na terceira parte, tratamos da significação da língua como objeto de divulgação em cotejo com a formação do mercado. Nosso propósito aqui é, a partir dos vestígios constituintes no discurso textualizado pelos lingüistas, produzir uma reflexão sobre os sentidos recorrentes na língua como objeto de divulgação, sentidos esses frente aos quais os lingüistas serão instados a interpretar, constituindo o seu lugar no processo de produção do discurso de divulgação científica.

Entendemos que o nosso trabalho consiste em uma proposta de problematização do saber sobre a língua, da sua circulação afora o meio científico-acadêmico e da posição (política?) do sujeito da ciência na relação entre a memória do conhecimento e o funcionamento do mercado de divulgação. E o faremos inscritos na Análise de Discurso de vertente francesa, postulada por Michel Pêcheux

e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e demais pesquisadores, uma perspectiva cujo mote é um novo olhar sobre o sujeito, pensado na materialidade específica da língua, de modo que, descentrado e afetado pelo real da língua e da história, ele passa ao largo da concepção de homem e de sujeito ideal e autônomo (cf. Orlandi, 2003). Disso decorre a língua como um trabalho simbólico, de condição de possibilidade do discurso, e não como bloco homogêneo de regras organizado como máquina lógica (Ibid.).

# PARTE 1

## DO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

### 1.1 O discurso de divulgação científica

Nesta pesquisa, reportamo-nos ao discurso de divulgação científica enquanto efeito de práticas de ‘publicização’, na/pela mídia, de informações sobre ciência, o que pressupõe não mais a divulgação do conhecimento produzido apenas no meio científico-acadêmico, mas uma re-significação como informação circulando, portanto, na sociedade em geral. É, no nosso gesto de interpretação, um discurso parte de práticas de distribuição social do conhecimento (cf. Orlandi, 2004) inscritas na relação entre sujeito e tecnologias da informação.

Authier-Revuz (1998), por exemplo, refere-se ao discurso de divulgação científica como uma disseminação, em direção a um exterior, do conhecimento que circula no interior de uma comunidade mais restrita, a saber, o meio acadêmico, os laboratórios. Para a autora, tal discurso assim consiste em razão de uma ‘ruptura cultural’ entre a elite científica e os demais sujeitos dela não integrantes, o ‘grande público’. Não obstante, em razão de uma falta de estrutura pedagógica da qual deriva o discurso didático nos quadros escolares. Isso significa que a disseminação, via a materialização do discurso em meios de comunicação diversos, constitui-se em virtude do que é representado como *falta*, no caso, de *saber*, decorrente tanto de ruptura cultural, de ‘comunicação’ não bem ‘sucedida’ entre o lugar onde se produz a ciência e a escola, bem como de falha no ensino, de fracasso da escola enquanto espaço onde também são criadas condições de produção do conhecimento.

Em se considerando os sentidos de falta de saber, entretanto, o discurso de divulgação significa-se apenas enquanto saber *aproximativo* que, por isso mesmo, não visa à formação de especialistas tampouco visa a estender a comunidade de origem (Ibid.). Nessas condições, ele então se constitui pela inscrição em uma ordem proposta comumente como intermediária, na pretensão de sustentar a relação entre a comunidade científico-acadêmica e a sociedade em geral, aproximando-as via o saber.

Mais especificamente, relacionando mídia, ciência e sociedade, o discurso de divulgação científica significa-se por sentidos derivados tanto de saberes de ordem do senso comum quanto de saberes da ordem da ciência, processo este que Orlandi (2004) entende como de didatização, de passagem de metalinguagem para terminologia. Nesse sentido, quando atentamos para o discurso de divulgação científica, não estamos mais tratando *de* ciência em si, mas *sobre* ciência, porque os saberes inscritos em tal ordem não vão mais significar enquanto conhecimento<sup>1</sup> propriamente, e sim incorrer em informação sobre o conhecimento (Ibid.).

Se pensarmos no modo como Orlandi (2001) trabalha a noção de informação (nova ou dada) teremos o que, no lingüístico, é factual e mensurável, efeito de sentido, portanto, em que se desconsidera o processo de significação e a possibilidade dos múltiplos sentidos. Por isso, o discurso de divulgação científica, ao informar, constitui-se apenas por um perfume de cientificidade (MOIRAND, 2000), uma vez que ele se significa em relação à ciência, mas, concomitantemente, silencia<sup>2</sup> o próprio processo de produção do conhecimento por meio da prática de didatização.

Com a textualização dos sentidos como informações, o sujeito-leitor do discurso de divulgação científica não vai saber X, e sim saber que X, inscrevendo-se nesta diferença o que Orlandi (2004) aponta como efeito-leitor do discurso de divulgação científica, ou seja, um sujeito que não produz ciência, mas que é capaz de compreendê-la, apesar de, nesse efeito-leitor, inscrever-se no imaginário de quem participa da produção do conhecimento. No texto **Linguagem, Ciência, Sociedade: o Jornalismo Científico**, que aqui estamos tomando como referência bibliográfica, Orlandi (Ibid.) problematiza a prática de autoria do jornalista ou divulgador no jornalismo científico afirmando que o processo de produção do discurso de divulgação científica realiza-se por meio de uma encenação que sutura a diferença entre o que o cientista faz e o que está sendo dito que o cientista faz, de

---

<sup>1</sup> Sobre o conhecimento, Orlandi (2001) situa-o em um domínio teórico, diferenciando-o de saber, que significaria em um domínio da técnica.

<sup>2</sup> Em um texto sobre a significação da ciência enquanto notícia no/pelo discurso de divulgação científica, Guimarães (2001a) afirma haver, na textualização das notícias, um apagamento do processo de produção do conhecimento. Estamos em consonância com a conclusão do autor, entretanto preferimos *silenciamento* (cf. Orlandi, 1995) em detrimento de *apagamento*, porque acreditamos que mesmo não estando materialmente significados na textualidade, os sentidos da produção do conhecimento ressoam no discurso de divulgação científica significando em uma relação constitutiva entre o dizer e o não-dizer.

modo que o sujeito-leitor lê na posição de quem ouve o próprio cientista, o que cria a ilusão de que a mídia é transparente e, ao mesmo tempo, de que o sujeito-leitor participa do processo de produção do conhecimento na posição de cientista. Mesmo não sendo especificamente de jornalismo científico que trataremos quanto ao corpus desta pesquisa, interessa-nos mencionar essa relação entre lugares ocupados pelos sujeitos no processo de produção de sentidos, tendo em vista que tal imaginário do sujeito-leitor enquanto produtor de ciência é necessário para a representação da ciência na sociedade. Afinal, ao saber que X, o sujeito continua excluído do processo de produção da ciência por não ocupar o lugar do cientista, mas a sua capacidade de compreensão é necessária para impulsionar o processo produção de conhecimento em termos de deslocamentos, transformações e rupturas, de investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras. Porém, em movimento reverso, a encenação pode marcar uma distância entre a onipotência de quem produz ciência e a posição de quem é mero consumidor de informações científicas (Ibid.).

Como afirmamos anteriormente, o sujeito-leitor dos textos que constituem a divulgação na/pela mídia em geral não são sujeitos que buscam especialização profissional e, mesmo que o sejam, o funcionamento do discurso de divulgação científica está aquém de uma meta de verdadeira formação, conforme postula Authier-Revuz (1998), pois sua significação está relacionada ao espaço de produção do conhecimento, sem se constituir nele. E, a mídia, que materializa o discurso por meios diversos é, segundo Moirand (2000), apenas comunidade discursiva intermediária, de passagem de ciências e técnicas entre as comunidades produtoras do conhecimento e os responsáveis por vendê-las, utilizá-las e aplicá-las. Desse modo, ao fazer do sujeito-leitor imaginariamente parte do processo de produção do conhecimento, o discurso de divulgação científica funciona como uma *outra* forma de discurso didático (AUTHIER-REVUZ, 1998), mas, porque apenas compensativo em relação ao que se representa como falta de saber, tem os próprios sentidos de didática esvaziados visto que os fins não são mais do que paliativos.

Disso temos um sujeito-leitor que, nessas condições, portanto, deve ser pensado sobretudo como um sujeito em cujas práticas cotidianas precisa mobilizar, “para além do senso comum, também as formas do saber erudito” (ORLANDI, 2004,

p.133), pois o conhecimento, além de socialmente significado como condição para questões profissionais, empresariais, etc., é, antes, condição de urbanidade.

## **1.2 Discurso de divulgação científica, ciência, sociedade**

Até o momento, sinalizamos com destaque os sentidos da didatização que constitui o discurso de divulgação científica, na prática de (re-?)distribuição da informação sobre o conhecimento. Contudo, longe de representar-se como uma 'pedagogia maternal', tomando emprestada a expressão de Authier-Revuz (1998), entendemos que a significação do discurso de divulgação científica corresponde ao que Orlandi (2004) explora como efeito de exterioridade da ciência, a saber, esse deslocamento necessário da ciência do seu meio instituído como de origem para a significação nas/pelas relações cotidianas do sujeito com o conhecimento.

Quando referimos as relações necessárias do sujeito com o conhecimento, pelo viés do sujeito-leitor, estamos inscrevendo-nos em um ponto teórico basilar da Análise de Discurso, que é a própria constituição do sujeito moderno, em sua forma-sujeito histórica, "forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais" (PÊCHEUX, 1995, p.183), o que se dá por um duplo movimento: 1) o indivíduo inscreve-se na língua e é interpelado em sujeito pela ideologia, assujeitamento esse do qual resulta a forma-sujeito histórica, com sua materialidade – sujeito jurídico; 2) a forma-sujeito histórica é individualizada pelo Estado e suas instituições, cujas relações estão materializadas na formação social – do que resultam diferentes efeitos nos processos de identificação do sujeito (ORLANDI, 2002). Enquanto sujeitos jurídicos, então, somos sujeitos de direitos e de deveres, que nos relacionamos com o conhecimento enquanto condição de urbanidade, porque a forma-sujeito histórica é urbana. Em uma formação social como a nossa, a urbanidade se representa pela escrita e, como nos pontua Orlandi, "não há escrita sem ciência" (Ibid., p.254). E a ciência é argumento do Estado na medida em que este é organizado pelo jurídico e sustentado pelo científico (Id., 2004).

Nesse sentido, ao tratar de efeito de exterioridade da ciência, Orlandi (Ibid.) está reforçando o fato de que o discurso de divulgação científica não é algo exterior

à formação sócio-histórica e à constituição dos sujeitos, como se fosse um serviço ocasional e amável prestado pela mídia àqueles aos quais se pressupõe falta de saber. Para além desse efeito de evidência dos sentidos, encontra-se a condição história da sociedade, uma sociedade de ciência, cujos sujeitos precisam da relação com o conhecimento ao mesmo tempo em que a ciência precisa do discurso de divulgação científica para circular no social e, pelo gesto de leitura dos sujeitos, garantir a si própria uma realidade sensível, necessária ao seu funcionamento (Ibid.).

Michel Pêcheux (1995), em **Semântica e Discurso**, ao problematizar o processo de produção do conhecimento, alerta-nos justamente que a ciência não está separada da história, sobretudo, das relações de produção, como se fosse um desenvolvimento natural e ocasional do pensamento humano acerca de diferentes objetos, na luta entre proposições verdadeiras e falsas. Ao contrário, segundo o autor,

a produção histórica de um conhecimento científico não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos de pensamento”, etc. (cf. T. S. Kühn), mas como o efeito e a parte de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica. [...] Em outras palavras, as “idéias científicas”, as concepções gerais e particulares (epistemologicamente regionais) historicamente apontáveis para cada época dada – em suma, as ideologias teóricas e as diferentes formas de “filosofia espontânea” que as acompanham – não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem “compartimentos” especializados das teorias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis (Ibid., p.190-1). [grifos do autor]

Ao postular que a ciência está relacionada às teorias práticas, enquanto parte de um processo histórico determinado, em que pesem os sentidos da produção econômica, Pêcheux mostra-nos que a ciência é uma prática social, por isso, uma prática inscrita na história, sujeita ao trabalho da ideologia<sup>3</sup> e, sobretudo, uma prática que atesta a presença do político no processo de produção dos sentidos. Fazer menção ao político, nessas condições, é reconhecer que há forças

---

<sup>3</sup> Ideologia não pode ser remetida à mentalidade de época nem particularizada para cada classe, e sim pensada como elemento determinante do sentido, constitutivo das práticas discursivas, ou seja, a produção de evidências associada à posição imaginária do sujeito com suas condições reais de existência (cf. Orlandi, 2003).

entre os sentidos, direções que eles assumem via a forma da organização social em que se inscrevem (cf. Orlandi, 2001a).

Sobre a sua posição quanto à produção do conhecimento, o autor francês a esclarece ainda com as seguintes palavras:

[...] o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.) que *precedem o corte* em um campo epistemológico dado é que eles *permanecem inscritos na forma-sujeito*, isto é, que eles existem sob a forma de um *sentido evidente* para os sujeitos – seus suportes históricos -, através das transformações históricas que afetam esse sentido.

[...] o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da *evidência do sentido* que nela se acha incluída. [...] a especificidade de todo corte é, parece-nos, a de inaugurar, num campo epistemológico particular, uma relação do ‘pensamento’ com o real, de modo que o que é pensado não seja, como tal, sustentado por um sujeito (PÊCHEUX, 1995, p.192-3). [grifos do autor]

Relacionada à forma-sujeito, a produção do conhecimento está incondicionalmente ligada ao complexo com dominante das formações discursivas, o interdiscurso. Por formações discursivas entendemos domínios de saber que, em uma dada posição em uma dada formação sócio-histórica, segundo Pêcheux (Ibid., p.160), vão determinar “o que pode e deve ser dito”. Em outras palavras, as formações discursivas dão regularidade ao conjunto do irrepresentável que é o interdiscurso, constituindo-se como matrizes dos sentidos e representando, nas/pelas palavras, as formações ideológicas<sup>4</sup> que lhes constituem. Com isso, queremos dizer que todo discurso significa-se em seus sentidos porque há inscrição do sujeito em uma e não em outra formação discursiva (ORLANDI, 2003), de modo que os sentidos não são dados, e sim determinados na relação dos sujeitos, pela língua, com a história, em um processo simbólico no qual o interdiscurso desempenha o papel do impensado no pensamento (cf. Pêcheux, 1995). Desse modo, a prática de produção do conhecimento, ao ter como ‘limite visível’ a própria forma-sujeito, coloca sempre em jogo a relação sujeito/objeto, em um trabalho de

---

<sup>4</sup> Por formações ideológicas entendemos o complexo de atitudes e representações relacionadas a posições de classe em conflito umas com as outras. Pêcheux (1995, p.160) afirma que “o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos de ‘o todo complexo das formações ideológicas’”, de modo que “as palavras [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem”. [grifos do autor]

determinação de interesses teóricos em conjunturas dadas (Ibid.), residindo nisso a significação do político.

Tanto teorias descritivas e conhecimentos empíricos, explica Pêcheux (Ibid.), colocam sempre em jogo os objetos de conhecimento, os quais têm história e desenvolvimento desiguais próprios, até o ponto de constituírem as condições de possibilidade para um corte, uma ruptura, processo frente ao qual o sujeito da ciência não vai senão tomar posição pela objetividade, isto é, pelo materialismo, o que condiciona a impossível equivalência entre várias formulações a respeito de um mesmo objeto. Nesse sentido, a determinação do real e a necessidade independente de pensamento materializam-se sob a forma de um corpo articulado de conceitos, produzindo um efeito cego de determinação. Entretanto, ao contrário de tal efeito, não há um único discurso da ciência (a produção do conhecimento é sempre um *corte continuado*) tampouco um discurso puro e neutro, ao mesmo tempo em que este é um processo de produção de sentidos em que o sujeito está ausente<sup>5</sup> (Ibid.) na medida em que todo discurso está relacionado com a forma-sujeito, o que pressupõe a evidência de um sentido dado em função da literalidade e ilusão de origem, efeitos do trabalho da ideologia no processo de interpelação do indivíduo em sujeito (cf. Orlandi, 2003).

Se não há um sentido único dos conceitos de ciência, o que há é uma função em um processo, pondera Pêcheux (1995). Por isso, reiteramos, a significação da ciência na sociedade não é ocasional, e sim efeito e parte do processo de organização e estruturação da formação sócio-histórica. E o discurso de divulgação científica, portanto, do mesmo modo é um efeito dessas relações, enquanto uma demanda histórica que 'associa' ciência e sociedade, porque a relação entre conhecimento e sujeito é constitutiva: condição de forma-sujeito histórica e da própria significação e continuidade do processo de produção do conhecimento.

---

<sup>5</sup> A questão do sujeito da ciência será mais desenvolvida na Parte II desta dissertação.

### 1.3 A constituição de um mercado de informações

Os avanços da ciência e as tecnologias da informação especializaram-se de tal modo a ponto de, na contemporaneidade, falar-se da sociedade como uma sociedade da informação ou ainda uma sociedade do conhecimento (cf. Burke, 2003), a saber, um modo de significação sócio-histórico em que ciência e tecnologia sobressaem-se em seus sentidos cada vez mais políticos, em favor de progressos da/na sociedade, residindo nisso a importância de 'tornar pública' a ciência. Em contrapartida, a sociedade da informação exige dos sujeitos o domínio de múltiplas linguagens, de saberes alternativos que competem por nossa atenção em elementos de mídia diversos. Desse modo, a cada nova informação e especialização dos meios midiáticos são fortalecidos os sítios de significância produzidos em torno do consumo, da produção e do sucesso.

O discurso de divulgação científica, então, ao (re-?)distribuir informações sobre o conhecimento, é parte, também em constante processo de especialização, dessas relações intrínsecas ao sistema capitalista em que significa a sociedade do conhecimento, ou seja, seu funcionamento também se constitui por um mercado (cf. Orlandi, 2004), cujo capital social e cultural são as informações. Enquanto produto de um mercado, a informação significa em uma relação de compra e venda, via os meios de materialização do discurso, de modo que o que se pretende público no/pelo processo de circulação passa a privado, como um bem adquirido.

Se a formulação das informações constitui-se por um silenciamento (cf. subseção 1.1), nas margens da textualidade, da história da produção do conhecimento, ao considerarem-se os sentidos mercadológicos tem-se um modo cada vez mais imediatista de se relacionar o conhecimento ao ideal de resposta às crenças, às necessidades do sujeito. Por isso, às informações como capital social e cultural somam-se ainda, constitutivamente, os benefícios que nela encontram-se divulgados, como a tecnologia, os produtos, os medicamentos, a cura (cf. Grigoletto, 2005). O bem adquirido, portanto, é parte de um processo de consumo de informação e, ao mesmo tempo, de ilusão de preenchimento de faltas, desejos, necessidades.

Recorrendo à mercantilização de informações sob o ponto de vista histórico, é interessante mencionarmos, inscritos no dizer de Burke (2003), que este é um processo tão antigo quanto o próprio capitalismo. Conforme o autor, a idéia de conhecimento enquanto uma propriedade (*possessio*) foi formulada por Cícero. Assim, na Roma Antiga, por exemplo, o termo *plagiarius*, empregado para designar aquele que roubava escravos, passou a designar, pelo poeta Marcial, o roubo literário, ao mesmo tempo em que o termo *compilatio* referia-se também ao plágio enquanto um ‘esbulho’ do autor original. Já na Idade Média, a idéia de compilação tornou-se mais aceitável, porque o sentido da propriedade intelectual tornava-se menos ‘agudo’. No século XIII, entretanto, a idéia de que o conhecimento era dom divino e que, portanto, não deveria ser vendido, era um argumento desafiado pelo princípio de que os professores deveriam ser pagos por seu trabalho (Ibid.).

Nosso propósito com o relato de tais pontos históricos da mercantilização não é contar uma história, e sim precisamente atentar para o fato de que, ao referirmos sociedade da informação, estamos referindo um momento altamente especializado de um processo que, como a produção do conhecimento, é continuado, ou seja, a mercantilização hoje é efeito de deslocamentos e transformações ao longo da formação sócio-histórica, significando-se por modos e objetivos singulares a cada época via o emprego e a utilização das finalidades atribuídas ao conhecimento. Em se tratando da sociedade da informação, a contribuição considerável ao desenvolvimento das economias (Ibid.).

Desse modo, quando pensamos a produção do conhecimento, talvez seja da tomada de posição materialista do sujeito da ciência pelo objeto de conhecimento, isto é, a posição pela objetividade (PÊCHEUX, 1995), de que tratamos na subseção anterior (1.2), que deriva, pelo efeito da evidência do sentido, a significação objetiva e material do conhecimento enquanto ele mesmo uma utilidade, porque entendido como uma resposta a uma questão. Por isso, no momento em que Pêcheux (Ibid.) fala de interesses teóricos em conjunturas dadas, há que se problematizar nessa formulação o concernente à administração dos sentidos. Afora o fato histórico da ciência como argumento do Estado, no Brasil, por exemplo, a produção do conhecimento está predominantemente condicionada a órgãos de fomento estatais, condição essa sob a qual Guimarães formula a sua concepção de política de ciência, nada mais que o funcionamento do político (cf. Orlandi, 2001a) significado

por uma forma de política na/para a ciência. Para Guimarães (2001, 2003), a política científica está relacionada ao processo pelo qual o Estado faz parte da identificação dos pesquisadores e pelo qual os órgãos de fomento participam da produção do conhecimento. Em outras palavras, um certo controle da produção, que funciona tacitamente por sentidos que intervêm de algum modo na determinação daquilo que é ou não necessário pesquisar<sup>6</sup>.

Em suas análises, Guimarães (2001) chama a nossa atenção para o fato de que a política científica no Brasil evidencia uma ação do Estado que coloca o experimental e o exato como tecnologia, de modo que há no país um discurso utilitarista da ciência, sinônimo de progresso, dando-se assim ênfase especial às ciências exatas, da natureza, da vida, na relação de prioridades ao fomento, e marginalizando as ciências humanas, por exemplo. Tal posição pragmática e até mesmo tradicional do Estado frente à ciência é, entre outras razões, efeito também de sentidos positivistas constituintes da República brasileira, sentidos esses cuja inscrição na história significa por uma tendência expressiva no científico até a consensualidade da sociedade, via um moralismo enfático por meio do qual se abrigam questões que faltam para o país tornar-se uma grande nação (cf. Orlandi, 2002).

Em consonância, segundo Guimarães (2001), o discurso de divulgação científica não possui autonomia frente à política de ciência do Estado, até porque, como vimos, ele se constitui a partir da produção do conhecimento. Para o autor (Ibid.), Estado e mídia pensam a ciência sob uma mesma posição, a empirista, com a diferença de que a mídia atribui ao conhecimento um funcionamento argumentativo relacionado ao que é importante ou não, de modo que o discurso de divulgação é sempre um discurso secundário à ciência. Sendo assim, a constituição do mercado de informações é uma decisão da própria mídia (Id., 2001a), mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da política de ciência do Estado, o que se pode observar por meio da circulação de revistas de divulgação científica ou mesmo das seções de ciência de jornais em cujos textos constituintes predominam informações

---

<sup>6</sup> Pêcheux (1995) trata da formação histórica de uma política científica em relação à prática da política revolucionária na união do movimento operário com a teoria marxista, cuja especificidade encontra-se no fato de que seu objeto (objeto da teoria e da prática dessa ciência) é, precisamente, essa reprodução/transformação das relações da própria produção, de modo que os interesses teóricos do materialismo histórico e os interesses práticos (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis.

a respeito de avanços tecnológicos e científicos derivados de descobertas e progressos nas ciências ditas 'duras' e exatas, a saber, a medicina, a informática, a bioquímica, etc.

Ainda em termos de Brasil, afora os acontecimentos esparsos em materialidades diversas ao longo da história do país, podemos afirmar que o discurso de divulgação científica começou a vigorar assim definido com mais legitimidade por meio de práticas exercidas a partir da década de 40. Sem pretendermos sinalizar um ponto de origem para a circulação do discurso de divulgação científica no país, estamos aqui fazendo menção à fundação da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no ano de 1948<sup>7</sup>, o que entendemos enquanto um momento político de institucionalização da divulgação enquanto prática de um órgão que, como tal, confere regularidade e legitimidade ao discurso. E o propósito não era senão um ideal de desenvolvimento educacional e cultural do Brasil, bem como de avanço científico e tecnológico, tanto que a SBPC formou-se reunindo pesquisadores e demais interessados em tomar posição frente a questões de política científica e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendessem aos reais interesses do país, ou seja, a SBPC formou-se em uma tomada de posição empirista e pragmática frente ao conhecimento. Concomitantemente, uma de suas primeiras publicações, no ano seguinte à sua fundação, foi a revista *Ciência e Cultura*, uma forma de consolidar a divulgação da ciência e fazer circular em território nacional as informações sobre o conhecimento que também servissem a interesses relacionados ao progresso e ao desenvolvimento.

O mercado de informações significado no funcionamento do discurso de divulgação científica, desse modo, ao se constituir em torno da idéia de propriedade enquanto aquilo que o sujeito consome para algum fim, apenas reforça e impulsiona a significação da ciência enquanto um discurso superior<sup>8</sup> que responde à necessidade de homogeneidade lógica, de completude, ou seja, a evidência, a delimitação do certo e do errado, do útil e do descartável, como forma de demarcação de meios de instrumentalização de processos naturais. É, talvez, a

---

<sup>7</sup> Fonte: <[www.sbpcnet.org.br](http://www.sbpcnet.org.br)>.

<sup>8</sup> “[...] um *discurso da ciência*, isto é, um *discurso do sujeito da ciência*, cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto é, ‘presente por sua ausência’, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso” (PÊCHEUX, 1995, p.198).

reprodução do fantasma da ciência régia, ao qual Pêcheux refere-se em **Discurso: estrutura ou acontecimento?**:

O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo, uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente “humana”, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios.

A promessa de uma *ciência régia* conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha? (2002, p.35). [grifos do autor]

Esse modo de constituição, formulação e circulação do discurso de divulgação científica faz, assim, com que a função do conhecimento em um processo, como disse Pêcheux (1995) em **Semântica e Discurso**, seja mascarada e trabalhada como a própria evidência do sentido, sustentando a ciência como um a saber que apenas significa como constantes descobertas, como uma formulação de respostas a questões diversas. O efeito disso é que, mesmo sendo aquém de uma meta de verdadeira formação (cf. subseção 1.1), ao inscrever-se na revolução tecnológica, na evolução da sociedade capitalista, o discurso de divulgação científica relaciona-se à incompletude constitutiva de sujeitos e de sentidos como uma contradição em seus extremos: pressupõe a falta e ao mesmo tempo satura o sujeito pelo excesso de informações em materialidades diversas, concedendo a ele a necessidade de completude imperiosa para viver, as coisas-a-saber (PÊCHEUX, 2002), o que é reforçado neste processo pela busca da falta de ambigüidades e equívocos a que se propõe a linguagem das próprias tecnologias da informação.

Neste cenário, é interessante ressaltarmos ainda que, com esse *boom* de informações, uma instituição que se torna vulnerável é a escola enquanto espaço de textualização das políticas urbanas. Isso porque a midiaticização da ciência, em meios cuja oferta de acesso é cada vez mais facilitada ao sujeito, acentua a impressão de um ‘desgaste’ no funcionamento do processo de ensino-aprendizagem, o que acaba colocando a mídia imaginariamente no lugar da escola. Sendo assim, dilui-se a

posição-sujeito professor e a escola passa a significar como um lugar também de divulgação, e não mais de produção de conhecimento pelo trabalho com a metalinguagem (cf. Orlandi, 2004). Isso resulta em um reforço da constituição apenas de sujeitos que têm a ilusão de dominar múltiplas linguagens, quando na verdade só sabem que X, sendo capazes de compreender ciência (cf. subseção 1.1). Esse é, portanto, um efeito do funcionamento da sociedade da informação, um modo de significação sócio-histórico que parece mais de 'acumulação' de informações (cf. Burke, 2003) na busca incessante por completude para que as diferenças, se inevitáveis, sejam menores.

## PARTE 2

### COM A PALAVRA, OS LINGÜISTAS

#### 2.1 O sujeito da ciência na posição-sujeito divulgador

Inscritos na perspectiva discursiva que norteia esta pesquisa, ao problematizarmos o sujeito enquanto sujeito da ciência que realiza práticas de divulgador estamos referendando posições que o sujeito assume e que representam, pelo viés do imaginário, os lugares ocupados, não empíricos, mas tomados em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito) (ORLANDI, 2003).

Nesse sentido, para tratar do sujeito da ciência vamos inicialmente nos reportar ao dizer de Orlandi, que esclarece haver “várias posições do sujeito cientista. A opção por uma linha teórica (científica) ou outra distingue-as” (1996, p.139). Desse modo, entendemos que as práticas do sujeito da ciência constituem-se pela inscrição do sujeito no jogo do interdiscurso com a memória do saber (Ibid.), o que representa um posicionamento pela objetividade (cf. Pêcheux, 1995) em um espaço de tensão entre diferentes filiações teóricas. O conhecimento produzido, nesse caso (retomando o trabalhado no item 1.2 desta dissertação), é um efeito da relação entre sujeito/objeto e constitui-se pelo modo como o sujeito significa na sua posição pela inscrição em determinadas formações discursivas, afinal, conforme Pêcheux,

*o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Ibid., p.160). [grifos do autor]*

Em se tratando dos estudos da linguagem, por exemplo, temos a relação sujeito/objeto como uma relação necessária entre teorias e métodos frente ao próprio objeto língua, de modo que há várias teorias sobre a linguagem, sempre em

constante debate, porém tratando sempre da linguagem, tais teorias não tratam do mesmo objeto (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006). Nesse sentido, quando se faz um recorte do objeto de conhecimento por uma filiação a uma teoria e não outra, está se praticando uma forma de política de língua (cf. Orlandi, 2002) e também de política de ciência. Sobretudo, porque as práticas do sujeito como cientista são sempre afetadas por sentidos político-administrativos, resultando então a produção do conhecimento como uma determinação de interesses teóricos em conjunturas dadas (cf. Pêcheux, 1995, mencionado no item 1.2). Desse modo, as práticas científicas constituem-se em condições nas quais significam questões institucionais cujas prioridades afetam a produção e a circulação do conhecimento, particularizando-as, porque o sujeito da ciência é interpelado política e ideologicamente pela instituição à qual se vincula (cf. Guimarães, 2004).

O conhecimento produzido é materializado em obras, manuais, periódicos acadêmicos. Como referimos na subseção 1.2, o sujeito da ciência, como tal, está ausente no processo de produção do conhecimento (cf. Pêcheux, 1995), entretanto pelo trabalho da ideologia há um efeito cego de determinação que produz a evidência de origem do dizer, como se eles não fossem re-significados, o que oculta o gesto de interpretação. Em termos de textualização do discurso, o sujeito então se posiciona vias as formações imaginárias como autor do conhecimento, exercendo uma função social que o coloca justamente na posição imaginária de origem da textualidade enquanto produtor de linguagem e responsável pelo dizer, tendo em vista a relação com a exterioridade no processo de agrupamento do discurso, que pressupõe unidade, coerência, progressão e não contradição (cf. Orlandi, 1996). Há, assim, uma vocação totalizante do sujeito (autor) na textualização do discurso, a qual estabelece a dominância de uma formação discursiva em detrimento de outras, apesar de todo texto ser heterogêneo na medida em que se organiza por várias formações discursivas, sendo afetado por diferentes posições do sujeito (Id., 2001a).

Mas é preciso considerar ainda que a textualização do discurso em sua significação simbólico-material, porque nomeada, constitui-se nesse caso na relação com o reconhecimento da alteridade, ou seja, o reconhecimento da produção do outro na constituição de sua própria produção, sendo as citações a marca de filiações de “sentidos em redes significativas específicas” (Id., 1995, p.143). A produção de textos, nesse caso, envolve nome do saber, nome de quem produz o

saber e nome de quem o ratifica (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007). Daí a produção do conhecimento como um processo continuado, como afirma Pêcheux (1995), porém que, em termos de textualização, exige um fechamento simbólico que confere ao sujeito os sentidos de responsabilização pelo dizer (cf. Orlandi, 1996). Não obstante, em se tratando do imaginário social de ciência como evidência (cf. tratado em 1.3), essa responsabilização pode ressoar na formação imaginária do sujeito da ciência como aquele que tem autonomia e conhecimento para fundamentar explicações necessárias e ainda, por que não, distinguir o certo do errado.

Já a posição-sujeito divulgador, em contraste com a posição-sujeito da ciência, constitui-se pelo gesto de interpretação que joga tanto com saberes da ordem da ciência quanto com saberes da ordem do senso comum. Nesse caso, a textualização do discurso é materializada em revistas de vulgarização, de divulgação, jornais, etc., muitas vezes sem assinatura como referência ao sujeito-autor das matérias e notícias. Conforme Authier-Revuz,

[...] o divulgador, representa-se nos textos como indo psiquicamente de um lugar a outro, descartando pontos, mediador ou 'simples intermediário', função tida como ambígua: o divulgador não é mais que um enunciador que responde a uma pergunta (por vezes insiste 'leitor ávido... não vá decepcionar a expectativa...') para cumprir um 'dever', uma 'missão'; ele se dá - entre a originalidade do autor e a transparência do escritor - um estatuto ambíguo de comentador - compilador, esforçando-se, no apagamento, para colocar dois pólos em contato (1998, p.114-5).

A prática de um divulgador é função comumente de jornalistas ou outros sujeitos não cientistas, os quais produzem um movimento duplo de interpretação lendo em um discurso e dizendo em outro no processo de formulação da *versão* de ciência em que consiste o discurso de divulgação científica (ORLANDI, 2004). Entretanto, porque tratamos de um sujeito da ciência na posição de divulgador, entendemos que a produção do discurso se dá em um movimento tenso em meio ao estranhamento frente à constituição desse discurso de divulgação, distinto do de ciência na medida em que não passa de um "perfume de cientificidade" (MOIRAND, 2000, p.21); na formulação do discurso, na resistência que constitui o movimento mesmo de singularização entre o que se escreve e como se escreve sobre a língua tendo em vista o espaço de materialização do discurso e o mecanismo outro de

antecipação do sujeito-leitor; na circulação desse discurso, que tem relação com os sentidos dados ao próprio conhecimento.

A produção do discurso de divulgação científica, nessas condições, é para o sujeito da ciência um processo de (re-)interpretação que joga com o que lhe é familiar, o seu objeto de conhecimento, mas em um espaço outro, o da divulgação na/pela mídia. Não obstante, é para a própria estrutura discursiva da divulgação um movimento também tenso pela participação de um sujeito cuja formação imaginária ressoa no social pela evidência da autoria do conhecimento, contrastante à dispersão de textos e sujeitos que em geral funciona pelo silenciamento do sujeito-autor das notícias publicadas em materialidades diversas na mídia. De qualquer modo, contudo, o efeito desse processo é a textualização de um discurso *sobre* a ciência, processo tal de 'publicização' em que

a historicidade se atualiza [...] através da interpretação. De um lado, a historicidade como relação às condições de produção do dizer, no processo de sua formulação que define o quem, o para quem, o onde, etc., sob o modo das formações imaginárias. Aí se confrontam a história do dizer do autor, a história das leituras do leitor. De outro, a historicidade aparece enquanto interdiscurso, enquanto constituição (e não formulação) do dizer, ou melhor, o conjunto do dizível e do interpretável (ORLANDI, 1996, p.75).

A partir de tais considerações, portanto, vamos problematizar o sujeito da ciência, no caso, lingüista, na posição-sujeito divulgador, posições essas que, como outras assumidas pelo sujeito, decorrem dos efeitos da relação entre sujeito do discurso e forma-sujeito de uma dada formação discursiva, significando evidências de diferentes modos de se relacionar com a ideologia e constituindo-se como fragmentações da forma-sujeito (INDURSKY, 2000). Afinal, o sujeito não é uno, mas fragmentado e disperso entre as diversas posições permitidas por sua interpelação ideológica (Ibid.). A textualização do discurso, nesse caso, constitui-se justamente pelo domínio de certas propriedades discursivas e de representação, na/pela linguagem, da ordem em que o sujeito está inscrito, da posição na qual se constitui.

## 2.2 Das revistas e dos lingüistas: a textualização do discurso

Para problematizarmos o que temos por foco de reflexão nesta pesquisa, que é a língua como objeto no discurso de divulgação científica, vamos referendar a textualização do discurso em dois periódicos, *A Cigarra Magazine* e *Língua Portuguesa*, pelo gesto da escrita de dois lingüistas, respectivamente Mattoso Câmara e José Luiz Fiorin. Ambas as revistas foram por nós selecionadas tendo em vista que suas condições de produção representam diferentes estados do/no processo discursivo em que se constitui o discurso de divulgação científica ao longo da formação sócio-histórica. Não obstante, porque do processo de produção dos seus textos participam os dois lingüistas, pesquisadores reconhecidos pela comunidade acadêmica no campo das ciências da linguagem e sujeitos cujo modo de constituição na posição-sujeito divulgador será por nós questionado em busca de vestígios singulares quanto à língua como objeto de divulgação.

Perguntando-nos, então, como tais sujeitos significam nessa posição-sujeito outra, de divulgador, problematizaremos as condições de produção de cada revista e, em conjunto, vamos refletir a partir de cinco textos<sup>9</sup> de cada um dos respectivos lingüistas. Tais textos serão trazidos para análise tendo em vista diferentes recortes de seqüências discursivas (doravante SD) dentro de domínios de análise distintos. Isso significa que, na referência a cada revista, os domínios de análise (enumerados de forma crescente: 1, 2, etc.) constituir-se-ão nas/pelas respectivas condições de produção, incluindo um recorte de seqüências discursivas de cada um dos cinco textos do respectivo autor. Por exemplo, em *A Cigarra*, para a análise de um primeiro domínio (Domínio 1) de problematização, apresentaremos cinco recortes correspondentes aos cinco textos selecionados de Mattoso Câmara. A fim de não retomarmos a cada domínio a referência bibliográfica de cada recorte de seqüências discursivas, propomos a caracterização em letras do alfabeto. O procedimento, em tese, é este: Domínio 1: SDa1 – (recorte de seqüências discursivas relativas ao texto

---

<sup>9</sup> Para a realização desta pesquisa, encontramos apenas cinco textos de Mattoso Câmara do total dos doze publicados em *A Cigarra Magazine*. Dois deles foram por nós fotografados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, de Porto Alegre/RS. Os outros três provêm do acervo da Fundação Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro/RJ, tendo sido gentilmente cedidos por Tatiana Freire, mestranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde desenvolve uma dissertação sobre a relação entre efeito-sujeito e efeito-autor na constituição da posição-sujeito lingüista no Brasil, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. Bethania Mariani.

x e problematizadas neste domínio 1 de análise); SDb1 – (recorte de seqüências discursivas relativas ao texto y e problematizadas neste domínio 1 de análise); e assim por diante.

Tendo em vista a organização da textualidade do discurso de modo diverso em relação aos dois lingüistas, os domínios de análise não serão aqui pré-definidos, mesmo assim, ao significarem na/pelas condições de produção de cada revista eles representam a nossa tentativa de explicitar regularidades discursivas inscritas em textualidades distintas dentro da mesma ordem que é a do discurso de divulgação científica. Por isso, os domínios partem do modo de organização da textualidade em si até os vestígios próprios à significação da língua como objeto de divulgação.

Os recortes a serem problematizados, então, em cada domínio, representam o nosso corpus de análise, sendo corpus aqui entendido conforme Mazière:

O *corpus* não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso [...] irrompe no intradiscurso [...]. Sua construção supõe renunciar ao sonho de uma interpretação fechada garantida por uma leitura explicitada em proveito de uma leitura-escrita e de uma “política de interpretação” que se basearia na avaliação das “formas de interpretação” em uma conjuntura (2007, p.61).

Assim, na/pelas condições de produção, ou seja, o contexto imediato e o contexto sócio-histórico, ideológico, em que intervém a relação entre sujeito e memória (ORLANDI, 2003), vamos trabalhar o nosso corpus de análise referente a cada lingüista para, com isso, refletirmos sobre o modo como o sujeito posiciona-se enquanto divulgador, como ele constitui-se nesse lugar que tem como objeto a própria língua. O procedimento metodológico aqui significado é, por sua vez, a própria leitura de arquivo, proposta por Pêcheux (1997). Sendo o arquivo “o amplo campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Ibid., p.57), Pêcheux propõe que diante dele sejam marcadas e reconhecidas evidências práticas de leituras espontâneas de apreensão do documento, enquanto leitura literal, e que esta seja mergulhada em uma leitura interpretativa, problematizando o arquivo na sua própria significação e em relação à memória. Daí o gesto de interpretação, a marca da subjetivação, melhor afirmando, o traço da relação da língua com a exterioridade (ORLANDI, 1996).

### 2.2.1 A *Cigarra Magazine* e Mattoso Câmara

A *Cigarra Magazine* é um periódico do século XX, que circulou em território nacional de 1914 a 1975 e que hoje é lembrado como uma revista feminina e uma referência na história da moda. Em sua historicidade, entretanto, significam também sentidos que remontam à história do desenvolvimento da mídia brasileira, especialmente no caso da mídia impressa, uma vez que o periódico acompanha a modernização dos meios de comunicação desde um período que se pode pensar como ainda um tanto embrionário até as revoluções gráfico-editoriais, como das ilustrações, fotografias e máquinas de impressão.

A *Cigarra* foi fundada por Menotti del Picchia<sup>10</sup>, poeta, jornalista, romancista, pintor e ensaísta, referendado especialmente com um dos líderes e articuladores de um dos principais eventos da história da arte no Brasil, a Semana de Arte Moderna. Ao que parece, era uma revista voltada ao público geral e constituída, em sua maioria, de contos, crônicas e peças de teatro, não tendo sido planejada necessariamente, portanto, como uma revista feminina.

Em 1934, *A Cigarra* passou a ser propriedade da Empresa Gráfica O Cruzeiro, parte do grupo de comunicação Diários Associados, formado nos anos 20 por Assis Chateaubriand. Do grupo, integravam ainda uma cadeia de jornais, revistas infantis, a revista semanal *O Cruzeiro*, agências de notícias, emissoras de rádio e, com o passar do tempo, a TV Tupi, seguida de outras estações televisivas<sup>11</sup>.

Sob a direção geral de Frederico Chateaubriand<sup>12</sup>, sobrinho do proprietário dos Diários Associados, *A Cigarra* era editada mensalmente com tiragem, nos anos 40, por exemplo, de 70 a 80.000 exemplares. Da ainda grande quantidade de textos literários e peças teatrais, com o passar do tempo, *A Cigarra* passou a ceder mais espaço às reportagens sobre moda e questões sociais, históricas e culturais, até o momento em que a maioria dos textos começou a ser constituída de temáticas que atendiam aos interesses e às curiosidades de um público predominantemente feminino.

---

<sup>10</sup> Fonte: <<http://www.puc-campinas.edu.br/centros/clc/jornalismo/projetosweb/2003/Semanade22/delpicchia.htm>>

<sup>11</sup> Fonte: <<http://www.associados.com/fundador.php>>

<sup>12</sup> Em anexo (Anexo A), o expediente da revista *A Cigarra*, de agosto de 1958.

Apenas a título de exemplo, em uma publicação do ano 1945 à qual tivemos acesso, pudemos observar que a revista era constituída em geral de contos, crônicas e peças de teatro, sendo boa parte dos textos ilustrados. No exemplar, também havia artigos, entre outros, sobre a bomba atômica, o marxismo e a diferença entre homens e mulheres quanto a direitos sobre o voto e questões de moda. Questões de ciência eram apresentadas na seção *Ciência em Marcha*, em uma página única, oferecendo ao leitor breves informações sobre descobertas científicas, como cura de doenças e invenções de máquinas diversas. Já nos anos 50 e 60, em contraste, era comum serem abordadas questões do esporte, da ciência, da política, do cinema, do teatro, do cenário histórico, mitológico, social em torno de uma figura feminina ou do que se tinha estereotipado como interesse em especial das mulheres, a saber, filhos, lar, família, independência em relação ao homem, o astro do cinema, a vida do escritor célebre, entre outros. Além disso, na constituição da revista em tais décadas havia contos, na seção *Histórias*, bem como textos sobre moda, entretenimento, culinária, variedades, os quais compunham seções como *Reportagens, Moda, Seções e Variedades, Crônicas e Artigos*. Havia ainda a seção *Humorismo*, onde se exploravam caricaturas e quadrinhos, entre outros exemplos<sup>13</sup>. Para fins de ilustração, abaixo seguem duas capas de *A Cigarra* (Ilustrações 1 e 2) e algumas reportagens exemplificativas (Ilustrações 3, 4, 5 e 6):

---

<sup>13</sup> Em anexo (Anexo B), o sumário da edição de agosto de 1958.

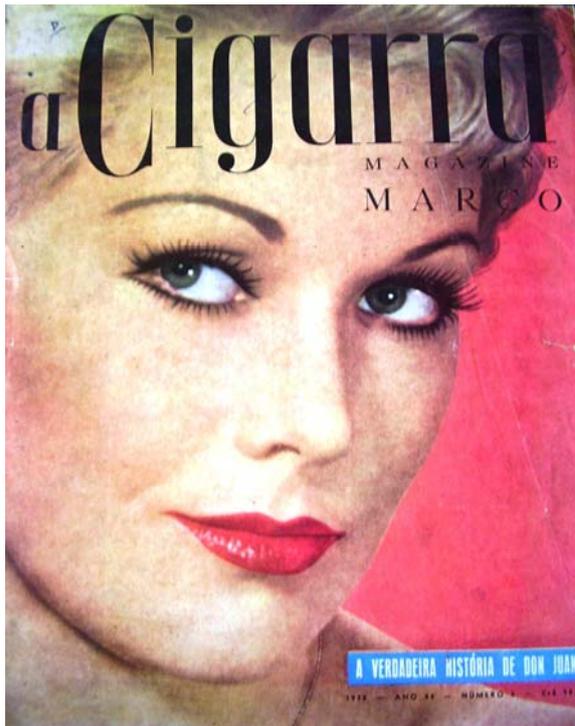


Ilustração 1 – Capa do exemplar n.3 de A Cigarra Magazine, de março de 1958.



Ilustração 2 – Capa do exemplar n.8 de A Cigarra Magazine, de agosto de 1958.



Ilustração 3 - Página inicial da reportagem *A campeã vai ser dona de casa*. In: *A Cigarra Magazine*, n.8, ago.1958, p.14.



Ilustração 4 – Página inicial da reportagem *Desquite: longe dos olhos, longe do coração*. In: *A Cigarra Magazine*, n.8, ago.1958, p.8.



Ilustração 5 – Página inicial da reportagem *Viagem e Elegância*. In: **A Cigarra Magazine**, n.8, ago.1958, p.28.

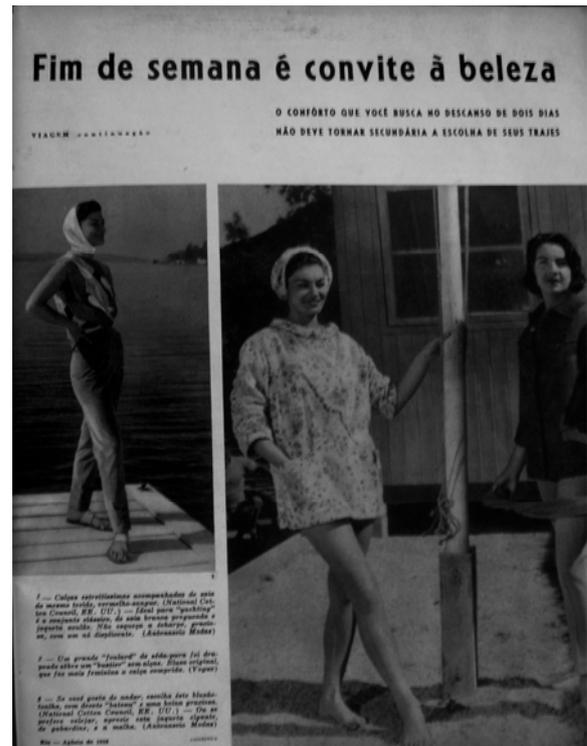


Ilustração 6 – Continuação da reportagem *Viagem e Elegância*. In: **A Cigarra Magazine**, n.8, ago.1958, [s.p.].

Note-se que a descrição da estrutura da revista nos anos 50 e 60 acena para o fato de que já não havia mais uma seção dedicada somente à ciência como nos anos 40, e sim a publicação de notícias e reportagens esparsas e possíveis a cada exemplar. Isso muito se deve ao direcionamento do projeto editorial da revista em relação ao público-leitor, que se mostrava cada vez mais do gênero feminino. Com não menos importância, também pode estar significando nessa mudança a própria institucionalização, na época ainda recente, da SBPC (que mencionamos na subseção 1.3 desta dissertação) com a consequente produção de materialidades outras próprias à divulgação da ciência, bem como com a provável explosão de notícias sobre ciência em jornais.

Para além do rótulo de revista feminina e de moda assumido ao longo de sua história, *A Cigarra*, entretanto, foi um periódico que também significou para muitos sujeitos um meio de circulação de sua produção literária, artística, etc., e até mesmo, em alguns casos, de conquista de notoriedade em relação ao grande público. Isso pode ser percebido em relação à autoria dos textos, tendo em vista que houve,

desde o lançamento dos primeiros exemplares, a colaboração de sujeitos hoje referenciais em humor, literatura, artes, entre outros, sendo que alguns deles, na época, não tinham ainda seu trabalho tão reconhecido e aclamado publicamente, mas que mesmo assim auxiliavam os poucos redatores da secretaria de edição a constituir as páginas da revista. Este é o caso, por exemplo, de Oswald de Andrade, Cecília Meirelles, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Ziraldo, o próprio fundador Menotti del Picchia e Millôr Fernandes, que também dirigiu a revista nos anos 40 ao lado de Frederico Chateaubriand.

Alguns deles, como Aurélio Buarque de Holanda, formavam o júri do concurso permanente de contos, o qual impulsionou ou mesmo favoreceu a carreira de muitos dos principais colaboradores do periódico. Contudo, a grande maioria dos outros colaboradores dedicava-se em verdade à divulgação dos textos que produziam, fazendo de *A Cigarra* uma possibilidade extra de remuneração às suas práticas profissionais e de circulação de seu trabalho de modo mais acessível ao sujeito-leitor. Por isso, afora os envolvidos na direção e na secretaria de edição, a colaboração de boa parte dos sujeitos supracitados era em geral uma prática terceirizada n'*A Cigarra*. Este era o caso, por exemplo, de Rachel de Queiroz, colaboradora também da revista *O Cruzeiro*, onde, em correspondência aos sujeitos-leitores sobre sua relação com a secretaria de edição e o vínculo terceirizado, afirma que

um colaborador, como esta vossa criada, por exemplo, não tem nada, mas nada de nada, com a orientação, direção e publicação da sua revista. Escrevemos em casa, e o portador do jornal nos vem buscar a crônica no dia certo, tôda semana. Só uma vez por mês, no agradável dia de receber senão o vil metal, pelo menos o vil papel-moeda, é que chego à Rua do Livramento [...] (1959, [s.p.]).

Se havia, de um lado, a necessidade de divulgação de trabalhos, por outro, a presença de especialistas no processo de constituição da revista, enquanto críticos, seletores de textos, produtores de reportagens, textos literários, etc., representava para o periódico em si a necessidade de atender ao público, uma sociedade letrada. Nesse sentido, a revista munia-se de textos escritos por sujeitos 'notáveis' pela sua formação e, em muitos casos, 'confiáveis' pela autoria que remetia à criatividade, ao talento, entre outros sentidos pressupostos no/pelo imaginário da intelectualidade.

Além disso, se pensarmos na questão da linguagem e fizermos aqui uma relação com o que Orlandi (2002) relata sobre a história da língua enquanto objeto de divulgação, veremos que estamos diante de uma sociedade na qual havia um presumido saber social sobre a linguagem, como parte da cultura geral. Oratória e inteligência estavam ligadas, de modo que a participação de especialistas também era uma forma assumida pelo periódico de trabalhar com sujeitos que pressuporiam, via sentidos de formação imaginária, um conhecimento do emprego adequado da língua, relativo ao 'bom uso' esperado pelo sujeito-leitor.

É em meio a esse projeto editorial constituído em razão de demandas de uma sociedade letrada pela via de colaboradores especializados que se inscreve a participação de Mattoso Câmara. Ele e outros intelectuais eram responsáveis pela subseção *Livros*<sup>14</sup> (seção *Crônicas e Artigos*), um espaço n'*A Cigarra* destinado à crítica de obras na sua maioria literárias, publicadas ou reeditadas recentemente, razão pela qual decorre a prática de autoria dos textos em tal subseção ser de especialistas nas temáticas trabalhadas, em detrimento da autoria de jornalistas. *Livros* era também uma seção de no máximo duas páginas, cujos textos constituintes - ao contrário do modo como vinham configurando-se as outras seções da revista ao longo dos anos - não possuíam qualquer imagem ou ilustração, a não ser a própria capa da obra resenhada, conforme podemos observar na ilustração abaixo (Ilustração 7):

---

<sup>14</sup> Escreviam na subseção *Livros* Mattoso Câmara, Aurélio Buarque de Holanda, Cecília Meirelles, Otto Maria Carpeaux, Cassiano Ricardo, José Lins do Rego, José Paulo Moreira da Fonseca, Lêdo Ivo, Darci Ribeiro, Paulo Rónai, Eugênio Gomes e Pedro Calmon.



Em contraste aos outros colaboradores da subseção, que produziam críticas literárias, Mattoso Câmara ocupou o espaço no periódico, durante os anos de 1957 e 1960, para a produção de um total de doze resenhas críticas sobre catorze obras cujas temáticas voltavam-se aos estudos filológicos, à alfabetização indígena e ao ensino do português. As doze *notícias críticas*, conforme o lingüista designava, são as seguintes (cf. Uchôa, 2000):

a) em 1957:

- **Iniciação à filologia portuguesa**, de Gladstone Chaves de Melo;
- **Dificuldades da língua portuguesa** - estudos e observações, de M. Said Ali;
- **Teatro de Martins Pena**, edição crítica de Darcy Damasceno, com a colaboração de Maria Filgueiras;
- **A análise matemática do estilo** - aplicação do processo de Fuchs a obras literárias em português e espanhol, de Túlio Hostílio Montenegro;

b) em 1958:

- **Pontos de Gramática Histórica**, de Ismael de Lima Coutinho;
- **O ensino do latim** (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, e **Didática Especial do Português** (para o curso secundário), de Legeodário Amarante de Azevedo Filho;

c) em 1959:

- **Exercícios de Português**, de M. Cavalcanti Proença;
- **100 textos errados e corrigidos**, de Hamílton Elia e Sílvio Elia;
- **Pequena gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical**, de Adriano da Gama Kury;
- **Dicionário de sinônimos**, de Antenor Nascentes;

d) em 1960:

- **Gramática do Latim Vulgar**, de Th. Henrique Maurer Jr.; e
- **Vakomono! Oti**, 1, Cartilha Terena – publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Dos doze itens supracitados acerca das catorze obras resenhadas por Mattoso Câmara, vamos trabalhar com os cinco únicos aos quais tivemos acesso, abaixo listados em conjunto com a caracterização dos recortes de seqüências discursivas que serão trazidos para reflexão em diferentes domínios de análise:

- SDa, seqüências discursivas relativas à notícia crítica sobre **O ensino do latim** (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, e **Didática Especial do Português** (para o curso secundário), de Legeodário Amarante de Azevedo Filho<sup>15</sup>;

- SDb, seqüências discursivas relativas à notícia crítica sobre **Pontos de Gramática Histórica**, de Ismael de Lima Coutinho<sup>16</sup>;

- SDc, seqüências discursivas relativas à notícia crítica sobre **Exercícios de Português**, de M. Cavalcanti Proença<sup>17</sup>;

- SDd, seqüências discursivas relativas à notícia crítica sobre **100 textos errados e corrigidos**, de Hamilton Elia e Sílvio Elia<sup>18</sup>;

- SDe, seqüências discursivas relativas à notícia crítica sobre **Pequena Gramática para Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical**, de Adriano da Gama Kury<sup>19</sup>.

Mattoso Câmara era um estudioso da língua e da linguagem, doutor em Letras desde o ano de 1949 (cf. Uchôa, 2004), porém assim como seus colegas de subseção ou qualquer outro colaborador do periódico, o lingüista escrevia sem referências sobre qualquer dado profissional e/ou bibliográfico, sendo seu nome próprio a única identificação. Desse modo, como a cada edição eram publicados no máximo quatro textos na subseção *Livros*, no cabeçalho da página eram informados os nomes completos de todos os colaboradores e, no final de cada um dos textos

---

<sup>15</sup> Anexo C.

<sup>16</sup> Anexo D.

<sup>17</sup> Anexo E.

<sup>18</sup> Anexo F.

<sup>19</sup> Anexo G.

publicados, os respectivos autores assinavam por meio da sigla formada pelas iniciais de seus nomes, no caso J.M.C.J., o que podemos observar na ilustração abaixo (Ilustração 8):

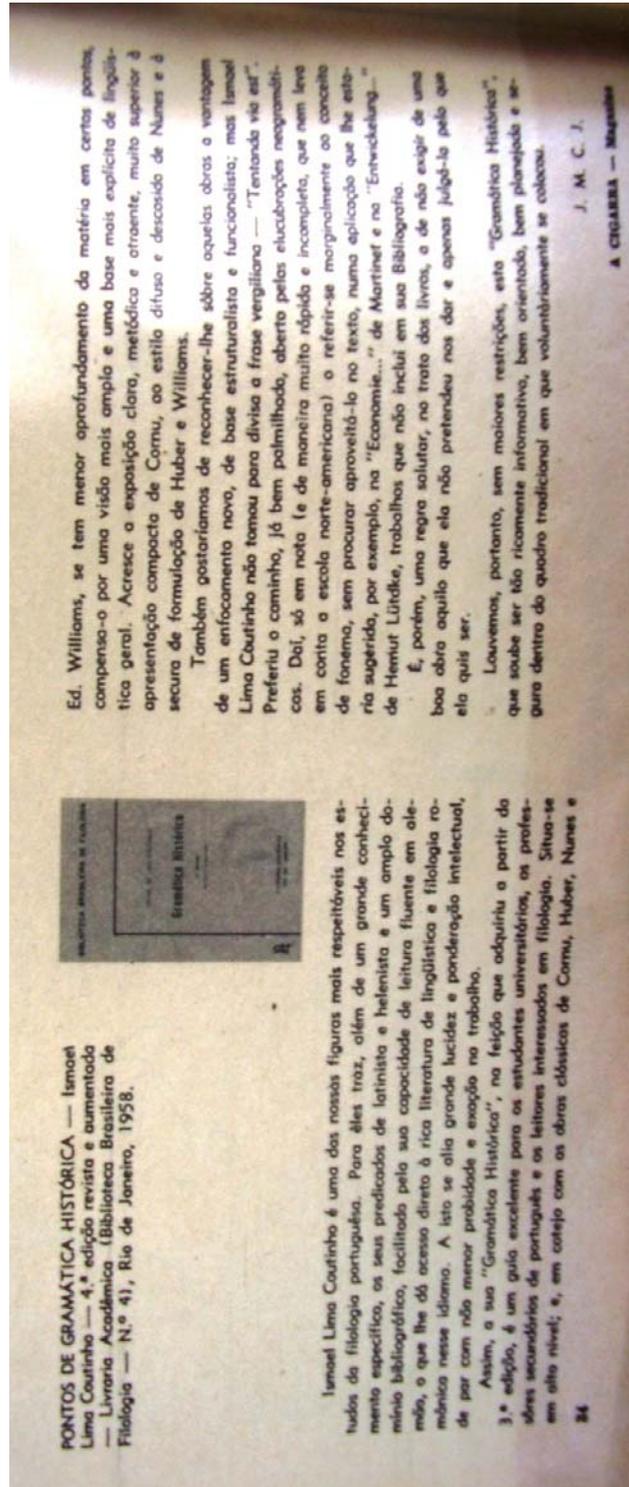


Ilustração 8 – Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra *Pontos de Gramática Histórica*, de Ismael Lima Coutinho in: *A Cigarra Magazine*, n.8, ago. 1958, p.34.

A falta de identificação profissional, afora o nome próprio, poderia causar a muitos sujeitos-leitores o não reconhecimento do lingüista, afinal, *A Cigarra* não era um periódico ou manual acadêmico, nos quais é tradição descrever certas referências do sujeito-autor; tampouco era uma revista de divulgação científica, por exemplo, onde muitas vezes o nome do sujeito da ciência é referendado na notícia geralmente como o ‘autor do conhecimento’, o ‘descobridor’ de algo. Mesmo assim, acreditamos que a formação de Mattoso Câmara poderia ser para alguns no mínimo pressuposta, tendo em vista as condições de produção, ou seja, o fato de *Livros* ser uma seção de crítica de obras, logo constituída de profissionais especializados para tanto.

A falta de identificação profissional não parecia pormenorizar o lingüista quanto à formação, entretanto. Isso porque Mattoso escrevia, sobretudo, para profissionais no campo das Letras, como os professores do ensino na época *secundário* e até mesmo os seus pares, para quem se posicionava frente às obras produzindo um discurso em cuja textualização significavam sentidos de uma crítica expressiva, sem abstenção de elogios nem de devidas ressalvas e correções quando necessário. Esses são, aliás, sentidos que organizam e sustentam a própria textualização de discursos organizados e institucionalizados como resenhas críticas.

Em se tratando da textualidade do discurso, em todos os textos de Mattoso Câmara há sempre uma estrutura discursiva de apresentação da obra (Domínio 1), muitas vezes com referência ao próprio título dela e uma indicação sucinta e inicial da temática abordada. Essas são questões que podemos observar nos destaques em negrito dos/nos recortes de seqüências discursivas abaixo:

SDa1: **Estas duas obras**, publicadas nos últimos dias de 1957, **focalizam o problema do ensino do latim e do português, na Escola Secundária**. [grifos nossos]

SDb1: [...] a sua **“Gramática Histórica”**, na feição que adquiriu a partir da 3ª edição, é um **guia excelente** para [...] **interessados em filologia**. [grifos nossos]

SDc1: [...] e a vantagem de ter o professor à sua disposição **livros como estes “Exercícios de Português”**, que o **aliviam muito de tal tarefa**. [grifos nossos]

SDd1: O **escopo do livrinho** é atender ao interesse geral por **esse tipo de aprendizagem da língua** [...]. [grifos nossos]

SDe1: **O livrinho que aqui se aprecia** é, na realidade, **uma sucinta gramática** fundamentada nessa classificação. [grifos nossos]

Em algumas das seqüências discursivas acima, observamos que, na própria descrição de obras e respectivas temáticas, há sentidos de crítica significados como descrições qualitativas sobre as obras, feita pelo sujeito-autor da notícia, como em *guia excelente* (SDb) e *livros como estes [...] o aliviam muito* (SDc). Mas, sobretudo, a questão crítica vem a significar de modo muito mais latente na recorrência de qualificação do sujeito-autor da obra resenhada, visto que Mattoso Câmara, em todos os textos, procura dar ênfase àquele. Nas seqüências discursivas abaixo, podemos observar então a regularidade de qualificação dos sujeitos-autores das obras (Domínio 2), muitas vezes relacionada à própria filiação de saber destes mesmos sujeitos:

SDa2: Sílvio Elia encarou o tema, de um ponto de vista cultural e filológico, **com a segurança que era de esperar**. [grifos nossos]

SDb2: Ismael Lima Coutinho é uma das nossas **figuras respeitáveis** nos estudos da filologia portuguesa. [...] A isto se alia **grande lucidez e ponderação intelectual**, de par com não menor **probidade e exaço no trabalho**. [grifos nossos]

SDc2: Em *Agulhas Negras*, a língua vernácula está a cargo de Cavalcanti Proença, que é um **belo militar interessado nas Humanidades** e destas em particular na língua literária. A filologia brasileira já lhe deve **o excelente estudo** sôbre [...]. [grifos nossos]

SDd2: Os Autores dêste livrinho são duas figuras das **mais conceituadas** no nosso meio [...]. Sílvio é **bem conhecido** do público que se interessa por estudos lingüísticos e filológicos [...]. Hamilton, de projeção mais restrita, é justamente **apreciado** entre os seus colegas de magistério pela **segurança e lucidez** dos conhecimentos [...]. [grifos nossos]

SDe2: **Não poderia esperar outra coisa quem conhece** de perto o Professor Adriano da Gama Kury e sabe-o um **estudioso honesto, sagaz e incansável** da língua vernácula e dos problemas da filologia. [grifos nossos]

Afora essa apreciação recorrente dos sujeitos-autores das obras, sempre, nesse caso, de modo favorável às suas práticas profissionais e à produção das obras em si, é preciso considerarmos, no entanto, que Mattoso Câmara, enquanto estudioso da língua e da linguagem, produz vestígios outros na/pela formulação da sua inscrição na memória do saber ao qual se filia. Isso significa que, em conjunto

aos elogios muitas vezes exacerbados, era uma constante também ressalvas e correções do que julgava necessário, vestígios (Domínio 3) representados nas seqüências discursivas abaixo, em negrito, e relativos ao desenvolvimento próprio da obra resenhada:

SDa3: Apenas ocorreriam **certas restrições de detalhe**; assim, **não é exato dizer** que Camões empregou a forma arcaica “fruito” no episódio de Inês de Castro (p.97): **lá se encontra a grafia “fructo”**, que Epifânio Dias interpretou um tanto cerebrinamente naquele sentido, sendo porém contestado por José Maria Rodrigues de maneira cabal. [grifos nossos]

SDb3: Daí, só em nota (e de maneira muito rápida e incompleta, que nem leva em conta a escola norte-americana) o **referir-se marginalmente** ao conceito de fonema, **sem procurar apresentá-lo no texto** [...]. É, porém, uma regra salutar, no trato dos livros, o de **não exigir de uma obra aquilo que ela não pretendeu nos dar** e apenas julgá-la pelo que ela quis ser. [grifos nossos]

SDc3: Só num ponto **cabe uma restrição** a Cavalcanti Proença: quanto à sua **maneira (usual** entre nós infelizmente, é certo) de citar as consoantes escrevendo a letra correspondente seguida de um “ê”. **Com isso se tem uma sílaba** - “guê”, “pê”, “chê” – **mas nunca a referência ao som consonântico simples**. [grifos nossos]

SDd3: Entretanto, a presente obra vale muito menos pelo que anuncia em seu título do que como Pilatos no Credo [...]. [...] É claro que **há muitas discordâncias entre o autor desta notícia e os do livro, mas isto é bem compreensível em se tratando de “erros de linguagem”**, cujo conceito é tão “odoyant et divers” quanto, no dizer de Montaigne, o é a natureza do homem, que os pratica. [...] **Relevem os Autores a franqueza dessa crítica final**, unicamente determinada por um alto aprêço a ambos [...]. [grifos nossos]

SDe3: Como prova da sinceridade do que aqui se diz e já que o autor desconfia, com razão, dos julgamentos “incondicionalmente favoráveis” (p. 15), **estranhe-se a exemplificação**, na página 117, de “asa de xícara” como “metáfora fossilizada”, pois **o termo português provém do latim “ansa” sem maior mudança de sentido**; “asa de ave” que é figura fossilizada de linguagem (e metonímia, antes que metáfora) [...]. **O exemplo terá cabimento noutra âmbito**: [...]. [grifos nossos]

Em SDa3, recorte relativo à obra que trata do ensino do português na Escola Secundária, significa-se, em *certas restrições de detalhe*, a correção proposta por Mattoso Câmara quanto à grafia de uma palavra – *fruito* ou *fructo* -, o que ele faz reportando-se ao seu próprio conhecimento e à análise de outros lingüistas portugueses quanto à questão. Em SDb3, recorte sobre obra constituída enquanto guia de Gramática Histórica, Mattoso Câmara critica o modo como *marginalmente* o fonema é trabalhado enquanto uma questão teórica e um ponto categorizado na constituição de um guia gramatical, bem como apresenta sua insatisfação quanto à obra afirmando que não se pode cobrar dela o que ela não pretende oferecer. Em

SDc3, Mattoso faz uma crítica à **Exercícios de Português** quanto a uma prática específica do sujeito-autor da obra e, nesse caso, apresenta a sua própria reparação da falha no momento em que afirma que *Com isso se tem uma sílaba [...] mas nunca a referência ao som consonântico simples*.

Já em SDd3, relativa à notícia sobre a obra que trabalha 100 textos avaliando-os como errados e corrigidos, Mattoso Câmara expõe de modo veemente o seu repúdio à reunião em um livro de erros diversos, mostrando que *há muitas discordâncias* entre ele e os autores, visto que, para Mattoso, o posicionamento entre o certo e errado na produção textual é *ondoyant et divers*, a saber, repugnante e 'divisório' como, via o dizer de *Montaigne*, é *a natureza do próprio homem* que o pratica. Nesta seqüência discursiva, há também um pedido aos autores de relevância das críticas, as quais Mattoso Câmara provavelmente considera poderem contribuir para a obra. Em SDe3, por fim, há a regularidade novamente de uma reparação na obra sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira, no caso, a exemplificação da *metáfora fossilizada* e, em conjunto, a indicação de uma inscrição mais adequada do exemplo, via a formulação *O exemplo terá cabimento noutra âmbito*.

Nas seqüências acima, podemos observar a regularidade de correções e ressalvas que, por mais que tenham sido produzidas junto a pedidos de relevância (como em SDd3), representam uma tensão frente aos elogios veementes aos autores (Domínio 2). Assim, do mesmo modo que Mattoso Câmara confere um grau de confiabilidade e qualidade ao trabalho do autor, ele de certo modo o 'desautoriza' ao desestabilizar as obras pelas críticas e correções quanto a certas análises, exemplos ou mesmo quanto à própria temática, o que em relações de mercado muitas vezes desfavorece o produto. E, note-se que Mattoso Câmara produz tais críticas na posição de conhecedor do assunto, embora não explicita na materialidade a recorrência a outros autores para a fundamentação de sua análise, referindo apenas eventualmente nomes de outros especialistas para corroborar com a sua reflexão, como no caso de *Montaigne* (SDd3), *Épifânio Dias* e *José Maria Rodrigues* (SDa3).

O propósito das críticas veementes talvez não fosse desmerecer as obras propriamente, e sim sobretudo exercer a função de autor em cotejo às exigências da própria constituição da seção *Livros*, ou seja, a produção de resenhas críticas.

Nesse ponto, porém, avulta o processo de escolha das obras. Uchôa (2000), reportando-se à publicação das notícias críticas, afirma que elas constituíam-se de um compilado de obras que Mattoso Câmara considerava importante de ser estudado pelos pares naquela conjuntura sócio-histórica. Não estamos em discordância com Uchôa, apesar de acreditarmos que ao justificar a escolha das obras ele desconsidere a questão institucional envolvida. Para nós, o lingüista de fato participava da seleção de obras a serem resenhadas, mas os textos também precisavam atender a interesses de certos consumidores, professores em geral, leitores da revista. Não fosse isso, Mattoso Câmara poderia selecionar textos para os quais só produziria elogios.

Cientes da imprecisão de resposta a tal questão, preferimos então posicionarmo-nos frente a não aleatoriedade quanto à seleção de obras, tanto para o lingüista quanto para o periódico. Afinal, estamos no final dos anos 50 e início dos anos 60. O conhecimento sobre a língua no Brasil havia passado por um processo de gramatização, ou seja, depois da legitimação da língua portuguesa como língua nacional do/no país, ela tornou-se objeto de discussão pelo desejo de se ensinar a ler e escrever por meio de gramáticas da língua nacional até o momento em que se começou de fato a produzir o conhecimento brasileiro do português no Brasil, resultando na emergência de gramáticas em diferentes filiações teóricas (GUIMARÃES, 2005). Conforme Orlandi (2002), na medida em que o Estado constituía-se formalmente, foram se definindo também as diferentes instâncias que garantiam e sustentavam a sua unidade, como a língua, o saber sobre ela e os seus meios de ensino, instâncias essas significativas ao processo de identificação do cidadão brasileiro. Sobretudo, porque a gramatização teve como efeito a formação de um mercado de trabalho administrado, visto que os gramáticos tinham a função de conhecer a língua cientificamente e de ensinar como se pratica o saber. Este é um impulso, portanto, para a criação de programas de ensino e instituições, o que 'legitima' o profissional de Letras, cujas práticas constituem-se com a gramática enquanto centro de organização (Ibid.).

Já com o Estado formado, no entanto, os sentidos identitários de língua, sujeito e nação atribuídos à gramática foram aos poucos se perdendo. E o Estado brasileiro, em sua configuração, passou a definir suas representações, como as próprias instituições de ensino superior, pelo argumento da cientificidade. A

lingüística então se institucionalizou, tendo em vista que a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) foi proposta nos anos 50, precisamente em 1958, estabelecendo uma terminologia uniforme e simples que veio a desautorizar os gramáticos e as diferentes posições que eles assumiam para a produção do saber sobre a língua, o que até o momento era de sua responsabilidade (Ibid.). Com isso, o lingüista ‘assumiu’ o ‘lugar’ de produtor do conhecimento sobre a língua, visto que a sua metalinguagem é reflexiva, ou seja, sabendo como a língua funciona, é permitido a ele dizer como uma língua é (Ibid.).

Sendo assim, se é no século XX que se consolida o momento de ‘deslocamento’ da autoria dos gramáticos para os lingüistas, ou seja, a ‘virada’ que faz da lingüística uma profissão e do lingüista, o autor do conhecimento científico sobre a língua (Ibid.), é preciso considerar o estranhamento e a resistência que certamente significavam nessa mudança de paradigma, em razão especialmente dos sentidos inscritos na língua nacional pela ideologia. Isso porque, para nós, tal momento de tensão provavelmente impulsionava e motivava a prática de lingüistas da época em busca de ‘estabilização’ e/ou ‘fortalecimento’ dos ‘novos’ sentidos em vigor.

É no viés dessas condições, portanto, que entendemos a participação de Mattoso Câmara n’A *Cigarra*, pois as condições de produção do discurso aqui problematizadas significam em meio a tais mudanças de paradigma. Não obstante, porque, ainda nos anos 40, quando à gramática era atribuído o conhecimento sobre a língua, as práticas de Mattoso Câmara como lingüista no Brasil já se pautavam em uma preocupação com o estudo e a análise do fenômeno lingüístico, sob os pressupostos estruturalistas (UCHÔA, 2000). E, mesmo tendo sido pioneiro do ensino regular de lingüística no país em 1948, esta por decreto apenas passou a ser disciplina obrigatória nos cursos superiores de Letras (Id., 2004) depois de mais de uma década, de modo que, naquela conjuntura sócio-histórica, era necessário para a ciência, para a disciplina e para o sujeito-lingüista fazer circular a produção intelectual em prol de reconhecimento e, principalmente, de legitimação do discurso sobre a língua significado pelos pressupostos lingüísticos.

Por isso, era interessante ao lingüista produzir textos em diferentes materialidades cuja circulação no social, para além do meio acadêmico, corroborava no reconhecimento da sua prática intelectual. Desse modo, em *A Cigarra*,

independente de quem selecionava as obras resenhadas, Mattoso Câmara, em todas as críticas, interveio com o seu posicionamento frente ao saber (Domínio 4), o que podemos melhor observar nas seqüências discursivas abaixo:

SDa4: [...] de um ponto de vista **cultural e filológico** [...] a **visão nítida** do que deve representar o **ensino do latim** para o **brasileiro de boa instrução**: em primeiro lugar, um “background” para **compreender a estrutura da sua língua materna**, ligada à latina [...]; em segundo lugar, um meio de penetrar na **cultura antiga**, que, como a matriz do mundo ocidental moderno, **tem de ser reconhecida** em profundidade para a **boa compreensão da nossa própria cultura**. [grifos nossos]

SDb4: Também gostaríamos de reconhecer-lhe [...] a **vantagem de um enfoque novo**, de **base estruturalista e funcionalista**; mas Ismael Lima Coutinho [...] Preferiu o caminho já bem palmilhado, aberto pelas **elocubrações neogramáticas**. [...] esta “Gramática Histórica” que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e **segura dentro do quadro tradicional** em que voluntariamente se colocou. [grifos nossos]

SDc4: O problema da **aprendizagem gramatical** é dos mais complexos e importantes no **ensino da língua vernácula**. [...]. [...] pois as nossas escolas superiores das Forças Armadas se preocupam com razão em **adestrar os futuros oficiais no manuseio da palavra**, que não é menos eficiente no campo psicológico do que, noutro campo, o são as **bombas e metralhadoras**. [...]. O Autor foi **muito feliz na seriação, escolha de temas** [...]. [...]. Ao contrário do que às vezes se diz, o **conhecimento profundo da língua não prejudica o professor elementar de português**, mas antes lhe dá a visão exata para ser eficiente dentro da **verdade lingüística**. [grifos nossos]

SDd4: [...] êsse **tipo de aprendizagem da língua**, o qual confesso **não ser do meu agrado**: pois além de psicologicamente contra-indicado (uma vez que tende a **fixar na memória o errado ao lado do certo**), desgarrar-se não raro numa formulação artificial com **reunir numa mesma frase erros díspares**, porque privativos de níveis mentais e sociais diversos. [grifos nossos]

SDe4: A **Nomenclatura Gramatical Brasileira**, organizada por Comissão de Professôres Catedráticos do Colégio Dom Pedro II, foi uma das **iniciativas mais oportunas** do Ministério da Educação e também, de maneira geral, **das mais felizes afora um ou outro detalhe**. [grifos nossos]

Em SDa4, Mattoso Câmara reconhece, via o posicionamento *cultural e filológico*, a importância do *ensino do latim* para o *brasileiro de boa instrução*, representando-se aí uma questão de *compreensão* da própria *língua materna* bem como de *compreensão cultural*, o que reflete na necessidade de bem conhecer as raízes da língua para melhor conhecer-se e conhecer o mundo. Em SDb4, Mattoso, como um lingüista, referenda a posição estruturalista e funcionalista do sujeito-autor da obra, porém, ao mesmo tempo, não deixa de se opor ao *quadro tradicional* em

que a obra inscreve-se, ou seja, à perspectiva *neogramática* dos estudos diacrônicos de observação da evolução regular de mudanças das línguas.

Em SDc4, Mattoso Câmara reconhece a importância do ensino *gramatical* proposto na obra **Exercícios de Português**, bem como a importância do *conhecimento profundo da língua para o professor elementar*. Contudo, porque um ensino tradicional que joga com *verdade lingüística*, incluindo e excluindo, adestrando, o lingüista sem exitar compara a importância desse saber gramatical para as Forças Armadas com as *bombas e metralhadoras*, sugerindo sítios de significância de destruição. Em SDd4, novamente há a posição desfavorável do lingüista frente à demarcação de *erros díspares* na obra **100 Textos Errados e Corrigidos**, porque referenda-se *certo* e *errado* como que em um gesto indiferente do sujeito-autor da obra às condições de produção dos textos analisados, tendo em vista a formulação *porque privativos de níveis mentais e sociais diversos*. Finalmente, em SDe4, o reconhecimento da produção da NGB como *feliz e oportuna*, apesar de certos *detalhes* provavelmente mal interpretados pelos produtores da terminologia.

Neste domínio 4, as seqüências discursivas recortadas para análise deixam entrever, nas cinco obras, sentidos filiados ao saber gramatical em diferentes tradições que até então norteavam a pesquisa e o conhecimento sobre a língua: o ensino do latim, a gramática histórica, a aprendizagem gramatical na Academia das Agulhas Negras, a demarcação de certo e errado na formulação de textos, a NGB. Mesmo em SDa4, por exemplo, o autor da obra tem um posicionamento filológico que se reflete no ensino do latim para a língua materna, ou seja, para um maior conhecimento estrutural da própria língua, até porque a Filologia, nas instituições de ensino superior, ainda ligava-se ao ensino da gramática articulando saber e prática da língua (cf. Orlandi, 2002).

Mattoso Câmara, então, frente a tal regularidade discursiva, como vimos, deixa vestígios da sua posição desfavorável. Isso não significa que ele fosse contrário ao estudo gramatical. A questão em jogo, nas obras resenhadas, é a filiação do saber dos sujeitos-autores para a produção das obras, tanto que, em SDe4, o lingüista vai avaliar como feliz e produtiva a NGB, talvez um modo de afirmar a necessidade de se controlar a produção de outras obras afins. Assim, o lingüista, que se constitui nessa posição sujeito da ciência pela inscrição no

estruturalismo, o que orientava sua prática para a reflexão da língua enquanto sistema, deixa significar na textualidade das notícias críticas o modo como tais obras parecem-lhe de visão obsoleta ou mesmo superada, porque são recorrentemente tradicionais. Mesmo que as críticas de Mattoso Câmara quanto às obras pudessem resultar em um possível desmerecimento da autoria de tais profissionais, a oposição a filólogos, gramáticos e outros significa preferencialmente frente às obras, porque os autores são por ele bastante considerados (cf. análises no domínio 2) enquanto seus pares e estudiosos que, por maior discordância de filiação teórica, merecem seu respeito.

A produção de textos de Mattoso Câmara em *A Cigarra* é, com isso, um gesto sobretudo político, uma vez que se a filiação a um ou outro campo do conhecimento é um posicionamento político, como afirma Orlandi (2002), os meios como se pratica e se divulga esse conhecimento, administrando os sentidos, também o são. Assim, se as obras escolhidas para as notícias atendiam de algum modo ao sujeito-leitor, Mattoso Câmara valeu-se da oportunidade para inscrever diferença na/pela materialidade da língua, sugerindo outras possibilidades de reflexão sobre a língua aos seus pares e à grande massa de sujeitos-leitores preocupados com um uso adequado em textos orais e escritos. Certamente, o sujeito-leitor, mesmo sem informação bibliográfica referencial, pressupunha que ali estava escrevendo um profissional da língua e da linguagem, pelos vestígios na textualidade.

A posição de divulgador que Mattoso Câmara exerceu em *A Cigarra Magazine* é constituída, portanto, de um gesto de interpretação frente às condições de produção da divulgação científica que singulariza o sujeito enquanto um profissional da/na ciência. É a significação do mercado de divulgação auxiliando o trabalho de reconhecimento do outro, em uma relação de alteridade explícita, o que, segundo Lagazzi-Rodrigues (2007), é uma questão de tributo e representação que contribui para a legitimação da autoria do profissional das ciências da linguagem e da institucionalização do saber.

## 2.2.2 Língua Portuguesa e José Luiz Fiorin

Ao contrário de *A Cigarra*, revista em que a língua como objeto de divulgação não era uma prioridade na seleção de notícias, a *Língua Portuguesa* é um periódico atual próprio para o debate sobre a língua. *Língua* é uma revista pluridisciplinar de vulgarização do conhecimento (JACOBI, 1984), ou seja, constitui-se de informações não subtraídas a apenas um campo particular do conhecimento sobre a língua e a linguagem, e sim a diversos campos que venham a contribuir com questões relativas à língua portuguesa, como a retórica, a etimologia, a sociolingüística, a gramática, entre outros.

A primeira edição da revista foi lançada no mercado editorial brasileiro em julho de 2005. Com uma tiragem de 41 mil exemplares, o periódico circulou inicialmente com uma regularidade bimestral e, posteriormente, mensal<sup>20</sup>. Abaixo, segue a ilustração das capas de duas publicações (Ilustrações 9 e 10):



Ilustração 9 – Capa da revista *Língua Portuguesa*, n.23, 2007.



Ilustração 10 – Capa da revista *Língua Portuguesa*, n.26, 2007.

<sup>20</sup> Em anexo (Anexo H), um expediente da revista *Língua Portuguesa*.

A *Língua Portuguesa* integra o conjunto de publicações da Editora Segmento, por sua vez membro do Grupo Segmento de Comunicação, que objetiva a oferta de soluções específicas e complementares às organizações. Em concordância com os fins mercantis do grupo ao qual se vincula, a editora, fundada em 1993, propõe-se disponibilizar informações que contribuam para um cumprimento cada vez mais eficaz de tarefas e de propósitos profissionais e financeiros das organizações. Para tanto, trabalha com publicações segmentadas, isto é, dirigidas a diferentes públicos de mercados específicos. Em geral, as publicações da editora são distribuídas em três grandes segmentos designados Gestão, Setoriais de Negócios e Educação, do qual faz parte a revista *Língua Portuguesa*<sup>21</sup>.

Nessas condições de produção da revista, jogam ainda, entretanto, a própria ciência e seu mercado de interesse em nível internacional. Isso porque o Grupo Segmento pertence hoje a uma empresa outra maior, a Duetto Editorial Ltda. Fundada em 2001, a Duetto foi formada a partir da associação de duas editoras brasileiras, a Segmento e a Ediouro Publicações, para aumentar a oferta de publicações exclusivas a sujeitos-leitores específicos e, em especial, para que fosse produzida a edição brasileira da *Scientific American*, uma revista de mais de 150 anos que hoje é uma das grandes referências mundiais de periódicos de jornalismo científico e que tem matriz norte-americana, mas controle acionário da holding editorial alemã Verlagsgruppe George Von Holtzbrinck. Com um acordo de licenciamento da marca e dos conteúdos, a Duetto, por meio da *Scientific American*<sup>22</sup>, tem a possibilidade de divulgação internacional da ciência brasileira, na medida em que todos os países (somam 20) que possuem licença para a versão da revista podem realizar trocas de respectivas matérias<sup>23</sup>.

Essa ligação entre a Segmento/Duetto e o comércio internacional de ciência por meio do jornalismo científico dimensiona-nos a importância do grupo no mercado editorial, em particular para a ciência brasileira, em que pesem seus órgãos de fomento e de produção do conhecimento, bem como seus pesquisadores. Importância, contudo, não de mero marketing publicitário, e sim frente a uma questão do saber: a produção do conhecimento no Brasil e o que dessa produção é

---

<sup>21</sup> Fonte: <<http://www.editorasegmento.com.br/>>.

<sup>22</sup> No Brasil, a tiragem da revista é de 60.000 exemplares em média. Fonte: <<http://www.sciam.com/>>.

<sup>23</sup> Fonte: <[http://www.holtzbrinck.com/blatt/d\\_htz\\_start](http://www.holtzbrinck.com/blatt/d_htz_start)>.

digno de publicação na *Scientific American*, o mais importante produto do grupo e uma possibilidade outra de circulação e divulgação internacional da ciência brasileira. Se o gesto de interpretação sobre a ciência, na/pela *Scientific American* materializado, produz efeitos na significação institucional da própria editora Segmento/Duetto, é interessante refletirmos sobre ele, mesmo que brevemente, por meio de um texto de apresentação da revista:

Desde seu primeiro número, em 28 de abril de 1845, *Scientific American* vem acompanhando passo a passo o **progresso da ciência e da tecnologia**, noticiando as **últimas invenções**, apontando **novas tendências** e prevendo **futuros desenvolvimentos**<sup>24</sup>. [grifos nossos]

O que são as *últimas invenções* senão estudos e descobertas recentes realizados para 'servirem' a novas práticas, ou seja, criações de utilidade social? O que são as *novas tendências* senão novas orientações ou novas direções para a pesquisa, para o conhecimento, para as práticas em geral dos sujeitos? O que são os *futuros desenvolvimentos* previstos senão o crescimento, o aprendizado, a evolução que aperfeiçoa as relações humanas e sociais a partir das últimas invenções, tendências e últimos estudos? Essas prioridades da revista, em geral, apontam para o que pode ser útil, aplicado pela sociedade em seus variados segmentos para a busca do benefício, da melhoria, do aperfeiçoamento. Seria esse, então, o *progresso da ciência e da tecnologia*? Cremos que sim: conhecimento e tecnologias a serem divulgadas seriam, desse modo, o que significa geração do novo, (re)modernização, desenvolvimento. Esse gesto de interpretação sobre ciência, por sua vez, retomando Guimarães (em relação ao trabalhado no item 1.3 desta dissertação), é de mídia como um todo, ou seja, "a ciência só é notícia [na mídia] enquanto parte de uma cena em que os fatos narrados podem ser vistos sob um aspecto utilitário" (2001a, p.20).

Todas as questões até agora problematizadas - tanto a atenção ao desenvolvimento organizacional quanto um mercado de interesse de ciência e tecnologia que significa privilegiando aspectos pragmáticos do conhecimento - significam a filiação de sentidos nas quais se inscrevem práticas da Editora Segmento, sendo assim, elas produzem efeitos no jogo tenso do político com o

---

<sup>24</sup> Fragmento do texto *Sciam no mundo*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/sciam/>>.

simbólico (ORLANDI, 2001a) quanto à administração dos sentidos. E isso nos interessa a fim de refletirmos, em especial, sobre a língua na/pela revista *Língua Portuguesa*. Afinal, como a língua vem a ocupar um espaço próprio nesse processo em que jogam sentidos mercadológicos de informações científicas, empresariais, enfim, de progresso e crescimento social?

O projeto editorial da revista tem como editor o jornalista Luiz Costa Pereira Júnior<sup>25</sup>. É de sua autoria o texto de apresentação da revista, por meio do qual vamos então problematizar as questões sobre a língua no periódico:

[...] O interesse pelo português se evidencia para além do estudo da gramática ou de seus padrões. O **domínio da linguagem**, tanto oral quanto escrita, tornou-se **indispensável para a vida profissional** e é por intermédio dela que se **garante a própria cidadania**.

É a essa demanda prática e social que a revista *Língua* pretende atender, ao identificar e colocar em discussão o que há de mais relevante no **idioma português**, na fala brasileira e variantes.

[...] entender a história e o manejo da língua revela a importância do português **não apenas como ferramenta de comunicação, mas como chave para a alma brasileira**. Ao falar, o brasileiro expressa sua identidade, que nunca é uniforme, e o país respira sua diversidade, que insiste em nos unir<sup>26</sup>. [grifos nossos]

Para além de uma limitação do conhecimento sobre a língua reduzido ao estudo normativo, a revista propõe o *domínio da linguagem*, independente da materialidade simbólica de inscrição da língua na história. Entretanto, o que é dominar a linguagem? Vejamos, para tanto, o que se diz sobre a língua. Na textualização do discurso, ela aparece como *idioma português*, significando, nesse gesto, o status do *standard*, da língua nacional que pressupõe unidade porque atribuída à nação. É uma língua, portanto, em que jogam seu caráter normativo, enquanto sistema fechado – língua imaginária – e ao mesmo tempo sua possibilidade de acontecimento no mundo, na relação entre sujeitos – língua fluida (ORLANDI, 2002). Complementarmente, contudo, a língua também é *ferramenta de comunicação* e *chave para a alma brasileira*. Quando falamos em ferramenta de comunicação, estamos referindo instrumento, transmissão de mensagem. A significação da língua fica assim reduzida a um código que serve para realizar uma

<sup>25</sup> Autor de *Guia para a Edição Jornalística; A Apuração da Notícia: métodos de investigação na imprensa* (ambos da Coleção Fazer Jornalismo, Vozes, 2006); e de *Com a Língua de Fora* (Angra, 2002).

<sup>26</sup> Fragmento do texto *Sobre a Revista Língua Portuguesa* (Anexo I), de autoria do editor Luiz Costa Pereira Junior. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br>>.

função, a comunicativa. A língua é usada então como que em um processo serializado, em que tanto emissor quanto receptor e a própria língua atuam separadamente (Id., 2003), de modo autônomo. Variações, nesse caso, viriam a constituir diferentes usos, nos quais a história significa apenas como fator externo. Disso resulta que, sendo chave para a alma brasileira, por sua vez, a língua é remetida aos processos de identificação do sujeito frente ao Estado e à nação em si, porém, porque ferramenta, essa relação torna-se aparentemente direta e inequívoca, como se bastasse ao sujeito apenas falar e escrever em português no Brasil para ser brasileiro.

A idéia de ferramenta de comunicação, desse modo, ao dar ordem própria à língua, silencia também os processos tensos e contraditórios de constituição de uma língua nacional (Id., 2002), fazendo da unidade uma abstração e da fluidez, decorrentes variações dialetais de uso, negando-se assim tanto a heterogeneidade constitutiva da língua quanto do sujeito (Ibid.). Sim, há língua e há línguas, nos afirmam Gadet e Pêcheux (2004), de modo que falamos a mesma língua, mas falamos diferente, entretanto essas são relações tensas em que intervêm a história e a ideologia, fazendo da língua lugar de materialização a processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 1995), e não de transmissões de mensagem, como a se a relação com o pensamento fosse pura. A linguagem, lembra Pêcheux (Ibid.), serve para comunicar e também para não comunicar.

A língua, na textualização do discurso, então, é um instrumento de comunicação que permite a fala e a escrita. E, com isso, voltamos à questão: o que é dominar a linguagem para a revista *Língua Portuguesa*? Restam para essa resposta sentidos do uso, de saber a língua e saber sobre a língua para bem comunicar-se, para bem conhecer-se e conhecer o mundo. É preciso conhecer o 'idioma' em sua história, em sua norma, em suas possibilidades de variação para falar com clareza, escrever com clareza e, em todas as situações, se fazer bem compreender. É uma proposta, desse modo, de mostrar a amplitude do universo do funcionamento da língua, mas, ao mesmo tempo, de nunca esquecer que tudo só acontece porque antes há um sistema regulado por normas. Saber sobre a língua, saber (corretamente) a língua (ORLANDI, 2002).

*Indispensável para a vida profissional*, esse (adequado e perspicaz) domínio garante sucesso, melhor colocação no mercado de trabalho. Ecos dos propósitos

mediáticos da própria Editora Segmento, essa visão pragmática de língua instrumento que serve para a vida profissional tem ainda um bem maior em vista: a *cidadania*, como se ela fosse uma questão pedagógica a ser conquistada e garantida com a compra da revista e como se o sujeito não fosse, em sua própria constituição, já cidadão (Id., 2004). Mais do que isso, como se já estivesse pressuposto um fracasso escolar na qualificação da cidadania dos alunos (Ibid.) e, ao mesmo tempo, um fracasso do próprio sujeito nessa ilusória busca pela cidadania.

A revista *Língua Portuguesa*, então, intervém nesse processo propondo o auxílio pedagógico ao sujeito-leitor que ou está se preparando para o mercado de trabalho ou já realiza práticas profissionais nesse mercado: estudantes universitários (17% do total de sujeitos-leitores); educadores do ensino fundamental, médio e superior (54%); profissionais liberais (5%); executivos de empresas especializadas em áreas como marketing, recursos humanos, administração e vendas (21%); órgãos governamentais e secretarias de educação municipal e estadual (3%); entre outros<sup>27</sup>. Tais índices estão em concordância com o que Jacobi aponta como o sujeito-leitor da vulgarização, ou seja, sujeitos não especialistas que se interessam por manter ou complementar e aperfeiçoar sua formação científica ou técnica:

Toutes ces informations concernant le public des revues de vulgarisation tendent à montrer qu'on se trouve devant un effet de renforcement: ce sont les fractions de la population déjà nettement tournées vers la science et la technique de façon préférentielle qui lisent les revues de VS [vulgarisation scientifique]. Disposant déjà d'une meilleure formation scientifique, voués professionnellement au domaine scientifico-technique ou promis à y tenir un rôle, les lecteurs de la VS cherchent à maintenir ou à améliorer leur niveau d'information scientifique et technique, et ce, préférentiellement dans le secteur où ils sont déjà compétents et experts<sup>28</sup> (JACOBI, 1984, [s.p]).

---

<sup>27</sup> Fonte: <<http://revistalingua.uol.com.br>>.

<sup>28</sup> Tradução nossa: Estas informações referentes ao público das revistas de vulgarização parecem mostrar que nos encontramos frente a um efeito de reforço: são as frações da população já nitidamente direcionadas para a ciência e para a técnica de maneira preferencial que lêem as revistas de VC [vulgarização científica]. Dispondo de uma melhor formação científica, dedicados profissionalmente ou promissores a ter um papel no domínio técnico-científico, os leitores da VC buscam manter ou melhorar seu nível de informação científica e técnica, preferencialmente no setor em que eles já são competentes e peritos.

Divulgando-se “um valioso instrumento de atualização de conhecimentos e de qualificação pedagógica”<sup>29</sup>, a revista *Língua* lança-se como um recurso didático de revisão do já-dito, de atualização do conhecimento e de melhor preparo para a ação pedagógica, constituindo para o sujeito uma possibilidade complementar ou ainda outra em relação à frequência em instituições de ensino, cursos de atualização, de formação, etc. Sendo assim, temos a língua como produto para bens colocados como superiores a ela e, concomitantemente, a revista como materialidade de acesso a esses benefícios.

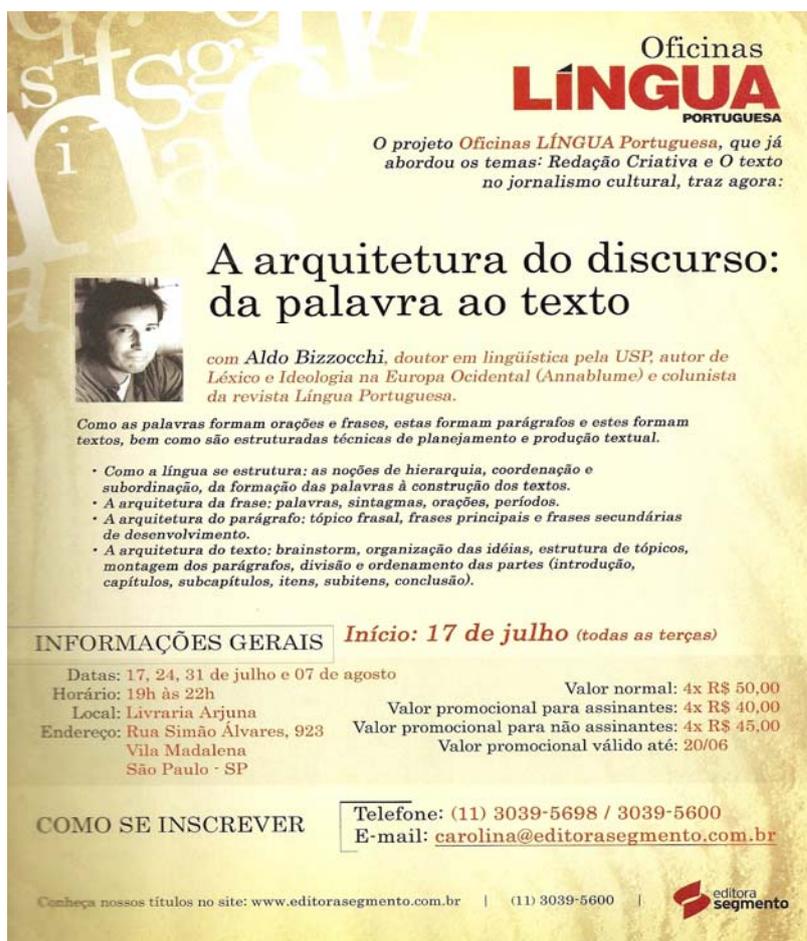
Por conseguinte, para cumprir o papel ao qual está se propondo, a editora mantém para a revista uma estrutura fixa de seções, designadas *Abertura*, um espaço em geral para a apresentação de entrevistas, pesquisas e notícias sobre acontecimentos referentes a questões de língua e linguagem (prêmios, lançamentos de livros, projetos escolares, etc.); *Retóricas na Prática*, onde são trabalhadas questões de retórica propriamente, analisando-se textos, figuras de linguagem, entre outros; *Gramática Cotidiana*, onde são tratadas questões em geral relativas ao saber gramatical; e *Interfaces*, em que são abordadas questões etimológicas, de tradução, de relações entre diferentes línguas, etc. Além delas variam seções, como por exemplo, *Português Brasileiro* e *História do Português*. Não obstante, afora essa estrutura regular mensal, a revista *Língua Portuguesa* conta ainda com edição especial, designada *Revista Língua Especial*.

O propósito de se constituir um referencial pedagógico não cessa, no entanto, na materialização e circulação da revista e de suas edições especiais, por duas razões. A primeira, porque tanto nas páginas de publicidade da revista quanto online é possível encontrarmos o anúncio de um projeto promovido pela editora Segmento, o *Oficinas Língua Portuguesa*. O *Oficinas* são cursos ministrados por profissionais de áreas diversas que sugerem a temática em torno da qual desejam trabalhar, geralmente reportando-se ao emprego cotidiano da língua e a diferentes formas de *expressão* em meios materiais diversos<sup>30</sup>. Aos alunos disponibiliza-se um certificado de participação, o que institucionaliza o *Oficinas* como espaço outro de divulgação de conhecimento. Abaixo, na ilustração 11, consta o anúncio publicitário de uma oficina:

---

<sup>29</sup> Fragmento do texto *A Revista* (Anexo J). Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br>>.

<sup>30</sup> Fonte: <<http://revistalingua.uol.com.br>>.



**Oficinas**  
**LÍNGUA**  
PORTUGUESA

*O projeto Oficinas LÍNGUA Portuguesa, que já abordou os temas: Redação Criativa e O texto no jornalismo cultural, traz agora:*

## A arquitetura do discurso: da palavra ao texto



*com Aldo Bizzocchi, doutor em lingüística pela USP, autor de Léxico e Ideologia na Europa Ocidental (Annablume) e colunista da revista Língua Portuguesa.*

*Como as palavras formam orações e frases, estas formam parágrafos e estes formam textos, bem como são estruturadas técnicas de planejamento e produção textual.*

- Como a língua se estrutura: as noções de hierarquia, coordenação e subordinação, da formação das palavras à construção dos textos.
- A arquitetura da frase: palavras, sintagmas, orações, períodos.
- A arquitetura do parágrafo: tópico frasal, frases principais e frases secundárias de desenvolvimento.
- A arquitetura do texto: brainstorm, organização das idéias, estrutura de tópicos, montagem dos parágrafos, divisão e ordenamento das partes (introdução, capítulos, subcapítulos, itens, subitens, conclusão).

**INFORMAÇÕES GERAIS** *Início: 17 de julho (todas as terças)*

Datas: 17, 24, 31 de julho e 07 de agosto  
 Horário: 19h às 22h  
 Local: Livraria Arjuna  
 Endereço: Rua Simão Álvares, 923 Vila Madalena São Paulo - SP

Valor normal: 4x R\$ 50,00  
 Valor promocional para assinantes: 4x R\$ 40,00  
 Valor promocional para não assinantes: 4x R\$ 45,00  
 Valor promocional válido até: 20/06

**COMO SE INSCREVER**

Telefone: (11) 3039-5698 / 3039-5600  
 E-mail: [carolina@editorasegmento.com.br](mailto:carolina@editorasegmento.com.br)

Começa nossos títulos no site: [www.editorasegmento.com.br](http://www.editorasegmento.com.br) | (11) 3039-5600 | 

Ilustração 11 – Anúncio publicitário da Oficina sobre *A arquitetura do texto: da palavra ao discurso*, ministrada pelo Prof. Dr. Aldo Bizzocchi.

Segundo, contrariamente à proposta de não se reduzir o estudo da e sobre a língua ao estudo normativo, há uma parceria entre a revista com o site *Gramática da Língua Portuguesa* - <[www.portugues.com.br](http://www.portugues.com.br)>, disponível ao internauta por meio de um link localizado no próprio site da revista *Língua Portuguesa* e abaixo ilustrado (Ilustração 12) por meio de sua página inicial:

**por tu guês**  
Gramática da Língua Portuguesa

**|| Etimologia da palavra:**  
**féria(s)** *sf. (pl.)* 'o dinheiro das vendas realizadas no dia' 'período destinado ao descanso do trabalhador ou do estudante' XVII. Do lat. *féria* || **feriADO** *adj. sm.* XIV. Do lat. *feriatus* || **feriAR** XVI. Do lat. *\*feriare*, por *feriari*. Cp. FEIRA. Quarta-feira, 11 de Julho de 19107

Descubra o instigante universo da nossa língua.  
Assine Língua Portuguesa por apenas 3x de R\$ 32,67

**FONÉTICA**  
Fonema  
Sílabas  
Ortografia/Prosódia  
Ortografia

**MORFOLOGIA**  
Estruturas das palavras  
Formação das palavras  
Prefixos, Sufixos e Radicais  
Classes de palavras

**SINTAXE**  
Conceitos  
Termos da oração  
Período composto  
Concordância  
Regência  
Crase  
Colocação pronominal  
Pontuação

**SEMÂNTICA**  
Família de idéias  
Sinonímia  
Antonímia  
Homônímia  
Paronímia  
Polissemia

**ESTILÍSTICA**  
Conotação e Denotação  
Figuras de estilo ou linguagem

**Que tal...**  
Acesso ao conteúdo do site por 4 meses:  
• 5 perguntas esclarecidas pela nossa equipe de professores;  
• Curso de Ortografia em tempo real.  
**Ou**  
Acesso ao conteúdo do site por 4 meses:  
• 5 perguntas esclarecidas pela nossa equipe de professores.

**|| Brasil x Portugal**  
**Berra** - No Brasil, conjugação do verbo "berrar". Em Portugal, como substantivo, designa a moda, a onda do momento, a última novidade: "Vou comprar estes sapatos, soube que estão na berra lá em Paris."  
**Baderna** - No Brasil, é confusão, desordem. Em Portugal, diz-se de uma pessoa considerada inútil, por velhice ou doença.

**|| Cadastre-se**

**Que tal ler...**  
Dzzenas de exercícios;  
Dúvidas esclarecidas;  
Acesso ao conteúdo;

**Soluções para a sua empresa**

**|| História da Língua**  
Na região central da atual Itália, o Lácio, vivia um povo que falava latim. Nessa região, posteriormente foi fundada a cidade de Roma.

**|| Não fale assim**  
- Gerundismo e Gerúndio

**|| Vale a pena ler**  
- Camisa de força  
- O que é ensinar português  
- O poder das palavras  
- Palavras estrangeiras  
- Se o idioma é fluente, torna-se uma qualificação  
- A comunicação escrita nas empresas  
- Amar se aprende amando, escrever se aprende escrevendo

**|| Promoção**

**|| Nossos cursos:**  
Redação Empresarial  
Ortografia  
Literatura

**|| Apostilas:**  
Redação Empresarial  
220 Exercícios  
Curso Língua Portuguesa  
O Currículo Ideal

**|| Acesso ao curso:**  
Usuário: \_\_\_\_\_  
Senha: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_  
-- Qual o curso --  
ok

**|| Quero novidades:**  
Nome: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Data Nasc.: \_\_\_\_\_  
Ok

**REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA**  
A revista Língua busca identificar e colocar em discussão os aspectos mais relevantes da língua e da fala brasileira.  
**+ ASSINE JÁ**

Ilustração 12 – Fragmento da página inicial do site Gramática da Língua Portuguesa.

O *Gramática da Língua Portuguesa* é uma espécie de tira-dúvidas on-line composta de informações compiladas a partir de várias gramáticas brasileiras por profissionais diversos não identificados, porém relacionados em geral a todos os segmentos para os quais o site se propõe auxiliar. Mediante cadastro, o sujeito consumidor tem direito a um determinado tempo de acesso ao correspondente a maior parte dos links de informações do site; certa quantidade de perguntas respondidas pelos profissionais que compõem o projeto; e um curso de ortografia. Além disso, no site são oferecidos outros cursos, como de literatura, língua portuguesa e redação empresarial. Cada um deles possui respectivos materiais didáticos, mas também há a oferta de materiais outros avulsos sobre gramática, exercícios sobre a língua e ainda a formulação de currículos ideais para a conquista do emprego. Por fim, o site pode ser alugado por empresas e escolas bem como os profissionais ali disponíveis podem ser contratados para serviços como revisão e

redação de textos, adequação de textos em normas de trabalhos científicos e acadêmicos e acompanhamento escolar na disciplina de língua portuguesa<sup>31</sup>.

É em meio a toda variedade de prestação de serviços ao sujeito-leitor que significa a revista *Língua Portuguesa* e, concomitantemente, o discurso de divulgação científica nela e por ela materializado. O saber a língua e o saber sobre a língua são convocados por diferentes meios materiais para além das folhas da revista, o que cerca o sujeito de possibilidades para a conquista do sucesso pessoal e profissional.

Nessas mesmas condições de produção, significa-se ainda a autoria dos textos pela prática de especialistas de diferentes campos do conhecimento, o que, conforme afirmamos no item 2.1 desta dissertação, confere à produção desse discurso sentidos de autorização do dizer, representando um recurso auxiliar da revista para a mercantilização. Os sujeitos-autores que assinam os textos são em geral jornalistas, mas também educadores, lingüistas, literatos e sujeitos outros de áreas diversas, como consultores empresariais, engenheiros, etc. Quanto aos lingüistas, sujeitos da ciência envolvidos especificamente com a produção do conhecimento sobre a língua e a linguagem, escrevem ou já escreveram textos para a *Língua Portuguesa* José Luiz Fiorin (USP/SP), John Robert Schmitz (UNICAMP/SP), Mario Eduardo Viaro (USP/SP), Rodolfo Ilari (UNICAMP/SP), Sírío Possenti (UNICAMP/SP), Roberto Leiser Baronas (UFSCAR/SP), entre outros.

O lingüista de nosso interesse nesta pesquisa, José Luiz Fiorin, Doutor em Lingüística desde 1983, tem escrito artigos para a revista *Língua* praticamente em todos os exemplares publicados<sup>32</sup> e, assim como Mattoso Câmara n' *A Cigarra*, é um colaborador cuja prática de vulgarização é terceirizada para o periódico.

Se Mattoso Câmara escrevia textos para uma seção específica e constituída de duas páginas, Fiorin ocupa também regularmente duas páginas, porém seus textos variam de seções conforme a temática abordada, como *Retórica*, *Correção*, *Linguagem Cotidiana* e *Lingüística*<sup>33</sup>. Destas, elegemos textos da seção *Lingüística*

---

<sup>31</sup> Fonte: <[www.portugues.com.br](http://www.portugues.com.br)>.

<sup>32</sup> Para o acesso à listagem completa dos textos de José Luiz Fiorin publicados na Revista *Língua*, consultar o seu currículo lattes em <<http://lattes.cnpq.br>>, link Produção Bibliográfica, Textos em jornais de notícias/revistas.

<sup>33</sup> Em consonância à seção *Livros* em que Mattoso Câmara publicava seus textos n' *A Cigarra*, procuramos uma seção correspondente na *Língua Portuguesa*, entretanto não foram encontradas seções ou subseções afins. Neste periódico, o lançamento de livros é eventualmente divulgado com

para a constituição do nosso corpus de análise, tendo em vista que a própria ciência está sendo aqui designada como temática constituinte da textualização e, do mesmo modo, tendo em vista a regularidade temporal de publicação desta seção em relação às outras. O procedimento metodológico será o mesmo que em *A Cigarra*, a saber, diferentes domínios de análise que compreendem diferentes recortes de seqüências discursivas de cada um dos cinco textos de Fiorin, abaixo listados:

- SDa, seqüências discursivas relativas ao texto *Linguagem, realidade e pensamento*<sup>34</sup> (**Língua Portuguesa**, n.21, 2007);

- SDb, seqüências discursivas relativas ao texto *O poder criador da linguagem*<sup>35</sup> (**Língua Portuguesa**, n.22, 2007);

- SDc, seqüências discursivas relativas ao texto *Painéis da Variedade*<sup>36</sup> (**Língua Portuguesa**, n.23, 2007);

- SDd, seqüências discursivas relativas ao texto *As línguas mudam*<sup>37</sup> (**Língua Portuguesa**, n.24, 2007); e

- SDe, seqüências discursivas relativas ao texto *Mitos do senso comum*<sup>38</sup> (**Língua Portuguesa**, n.26, 2007).

Todos os textos de Fiorin, assim como dos outros lingüistas e demais profissionais que não participam da secretaria de edição da revista *Língua*, são assinados com referência bibliográfica e profissional, ou seja, com informações sobre instituição onde atua e sobre uma ou mais obras publicadas, facilitando ao sujeito-leitor o reconhecimento da autoria de um texto produzido por um especialista na área, o que, pelo sentido da evidência inscrito na formação imaginária da posição-sujeito da ciência, confere à leitura no mínimo um grau de 'confiabilidade'.

---

não mais do que um breve resumo ou um texto de apresentação nas páginas iniciais da revista, na seção *Vírgulas* ou em *Abertura*, espaços para notícias gerais de acontecimentos relacionados à língua.

<sup>34</sup> Anexo L.

<sup>35</sup> Anexo M.

<sup>36</sup> Anexo O.

<sup>37</sup> Anexo N.

<sup>38</sup> Anexo P.

Abaixo, segue uma ilustração de um texto de José Luiz Fiorin, publicado na *Língua Portuguesa* (Ilustração 13), com destaque para a identificação do sujeito-autor, sempre localizada no final dos textos:

# Mitos do senso comum

98 REVISTA LINGÜÍSTICA

3) a normativa, que considera a língua um conjunto de fatos que devem ser julgados em termos de certo/errado e que se opõe a todas as formas consideradas como "corruptas": da língua, por exemplo, quando se afirma que quem diz *estou com um pouco de fome*, na verdade está com dois quando se considera, com veracidade, o uso das formas *de fome*, mas todos correm risco de morrer *de fome*, na língua falada, dizendo que não existe verbo *morrer* em português.

**Diferenças**

Essas afirmações do senso comum, apesar de, na maior parte dos casos, não serem verdadeiras, são iniciais. No entanto, elas devem ser combatidas, quando as simplificações e as ideias falsas que veiculam podem dificultar a compreensão do outro, podem dir argumentos a todas as formas de preconceitos e de exclusões, podem servir de base até mesmo para ideias racistas. Quando se considera uma variante lingüística feita e uso leva a ridicularizar, a desprezar, a por de lado quem a usa, é preciso dizer, com clareza, que as variantes são apenas diferenças e não são feitas nem bonitas, que respeitar o modo de falar do outro é aprender a conviver com as diferenças. Quando se diz que os falantes de línguas "primitivas" não são capazes de raciocínio lógico, é necessário mostrar que não há línguas

como por exemplo, no caso das falsas analogias do seguinte tipo: se você não diz *entrega a casa*, você não pode dizer *entrega a demissão* (e isso fosse verdade, como se diz: *entregar a caneta*, *beber-se a dizer andar a ônibus*, *andar a trem*); não se pode dizer *corre atrás do prejuízo*, porque ninguém corre atrás de lucro (na verdade, o sentido das expressões é constituído em bloco e não pela soma das palavras que as compõem; assim, *correr atrás do prejuízo* significa "reverter uma situação desfavorável");

b) a apreciativa, que se exprime por intermédio de julgamentos sobre a beleza, a lógica, a clareza, a simplicidade, a dificuldade desta ou daquela língua ou desta ou daquela variante lingüística: por exemplo, o *r* retrocesso, aquele utilizado em final de sílabas, como *por e mar*, no interior de São Paulo, no sul de Minas, no norte do Paraná, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, é feio; o polonês é uma língua áspera, porque tem muitas consoantes; os ganchos ficam cantados,

poros são mais doçados para línguas do que outras. Diz-se que o francês é a língua da clareza, que o italiano é uma língua musical, própria para expressar o amor, que o alemão é a única língua em que se pode filosofar. Uma língua é, portanto, considerada como mais próxima da natureza das coisas do que outra. Nessas enunciações lingüísticas do senso comum, diz-se, por exemplo, que o português está em decadência. Um amigo embaixador do Brasil em países africanos afirmou, numa entrevista, que as línguas africanas, porque são primitivas, têm muitas vogais e, principalmente, muitos /h/. E, por aí poderíamos continuar. Essas ideias, em geral, não têm nenhum apoio na realidade lingüística, elas são fantasias sobre a linguagem e a natureza das línguas.

**Atitudes**

Nesse formulações do senso comum diante da língua, os falantes adultos, segundo a lingüista francesa Marina Yaguello, têm tipos de atitudes:

1) a explicativa, que baseia nacionalizações, que faz tentativas de teorizações,

sem que se de muitos de nossos

•

José Luiz Fiorin é professor do Departamento de Lingüística da USP e organizador dos livros *Introdução à Lingüística I: objetos teóricos e Introdução à Lingüística II: princípios de análise*, ambos da Editora Contexto

98 REVISTA LINGÜÍSTICA

José Luiz Fiorin é professor do Departamento de Lingüística da USP e organizador dos livros *Introdução à Lingüística I: objetos teóricos e Introdução à Lingüística II: princípios de análise*, ambos da Editora Contexto

Ilustração 13 – Texto *Mitos do senso comum*, de José Luiz Fiorin, com destaque lateral para a referência bibliográfica e profissional do sujeito-autor. In: *Língua portuguesa*, n.26, 2007, p. 36-7.

Na mesma ilustração localizada anteriormente (Ilustração 13), podemos observar outro contraste das condições de produção do discurso para Fiorin e para Mattoso Câmara. Em *A Cigarra*, a única ilustração presente em meio às notícias críticas era a capa da obra resenhada. Já na *Língua Portuguesa*, o não-verbal constitui a textualização de modo significativo, sendo recorrente em todos os artigos. Na ilustração 13, por exemplo, José Luiz Fiorin procura enumerar certas idéias recorrentes no senso comum para argumentar que muitas delas produzem uma visão distorcida da língua, o que se reflete muitas vezes em preconceitos sociais. Diante disso, o não-verbal entra em jogo, como recurso da própria revista, ilustrando um pote repleto de possibilidades do imaginário inscrito no senso comum do qual o sujeito (ao colocar a mão) muitas vezes apreende certas fantasias de um modo que representa ser impensado e sem conhecimento.

Na ilustração abaixo (Ilustração 14), vemos novamente o não-verbal presente em conjunto ao texto do lingüista. Para representar a variação inerente a uma mesma língua e as variações possíveis entre diferentes línguas, o não-verbal é explorado nas bordas das páginas expondo diferentes casas com componentes planejados de modos diversos. Não obstante, com o auxílio da legenda, fica estabelecida a relação entre não-verbal e temática do texto:



Como um painel diversificado, todas as línguas do mundo não são uniformes, homogêneas ou unas

Ilustração 14 – Texto *Painéis da Variedade*, demonstrativo da presença do não-verbal, e legenda da ilustração em destaque.

A exposição dessa paisagem de arquitetura diversa que a revista referenda como um *painel diversificado*, é empregada como uma proposta de representação da própria cientificidade da reflexão sobre a língua: atentar para a variedade da língua enquanto uma questão de ciência incorre na mesma prática de observação de um painel urbano diversificado. Sendo assim, tanto nesta ilustração 14, quanto na de número 13 e nos demais textos de Fiorin há a significação do não-verbal como recurso de didatização da própria revista, ou seja, a edição produz ela mesma um gesto de interpretação da textualidade na relação com o sujeito-leitor e direciona o projeto gráfico de modo a auxiliar didaticamente o sujeito-leitor a compreender a temática discursivizada. Contudo, por tal mecanismo de antecipação que prevê uma necessidade de ‘facilitar’ a leitura do texto para um sujeito incapaz de compreender o artigo sem o recurso de didatização não-verbal, acaba-se estabelecendo uma ‘ponte’ imediatista entre ciência e senso comum, o que se reflete em uma pauperização do discurso.

Afora a didatização como prática da própria edição da revista, nos textos de autoria de Fiorin a recorrência ao senso comum também é notável. Ao contrário das notícias críticas que Mattoso Câmara produzia sobre obras, Fiorin vulgariza o conhecimento para a revista *Língua* escrevendo artigos, textualização do discurso essa que se organiza em torno de um conceito político/ideológico. No caso, o objeto língua. Nesse sentido, os textos de Fiorin, ao constituírem-se na ordem do discurso de divulgação científica, aliam questões de ordem cotidiana para, com elas ou a partir delas, tratar do objeto língua.

Assim, em cada texto há sempre a recorrência a posições de senso comum ou a textos conhecidos do grande público em conjunto a questões que apontam ao domínio científico (Domínio 1), conforme podemos observar nas seqüências discursivas abaixo:

SDa1: **As palavras criam conceitos**, que ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, **criamos a noção de pôr-do-sol**. Sabemos que, **do ponto de vista científico, não existe o caso desse astro**, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. No entanto, essa **concepção criada pela língua determina um fenômeno** que encanta a todos nós. [grifos nossos]

SDb1: **Esse poder criador da linguagem está presente nas narrativas religiosas**. Na Bíblia, conta-se que Deus cria o mundo pela linguagem: **Deus disse: Faça-se a luz. E a Luz foi feita** (Gênese, 1,3). [grifos nossos]

SDc1: **Muitos podem pensar que** o fenômeno da **variação** ocorre apenas no Brasil e que isso deriva do fato de os brasileiros serem desleixados com ela [...]. **Esse ponto de vista não passa de um preconceito.** A variação é **inerente ao fenômeno lingüístico.** [grifos nossos]

SDd1: Entretanto, para perceber a **modificação da língua, basta pegar textos antigos ou conviver com falantes mais velhos ou mais jovens.** Observemos este fato, lendo um trecho de uma **cantiga de amigo**, composta por Dom Dinis [...]. [grifos nossos]

SDe1: **Um antigo embaixador no Brasil em países africanos afirmou**, numa entrevista, que as línguas africanas, porque primitivas, têm muitas vogais e, principalmente, muitos /a/. [...] **Essas idéias, em geral, não têm nenhum apoio na realidade lingüística. Elas são fantasias** sobre a linguagem e a natureza das línguas. [grifos nossos]

Em SDa1, temos a *noção de pôr-do-sol* como uma criação dos homens, ou seja, a língua é referendada como possibilidade de criação de *conceitos*. Nesse jogo de senso comum x científico, Fiorin acrescenta a informação de que, do ponto de vista da astrologia, o pôr-do-sol, esse declínio do astro – *ocaso* – é impossível, mas, mesmo assim, a língua em suas possibilidades de criação designa um *fenômeno* que faz sentido para os sujeitos. Em SDb1, para exemplificar a proposição do mesmo *poder criador da linguagem* que constitui o texto de SDa1, o lingüista propõe uma recorrência à Bíblia, uma leitura popular, e cita *Deus disse: Faça-se a luz. E a Luz foi feita*, para justificar a possibilidade de, na/pela língua, criarem-se universos, imaginários, realidades.

Em SDc1, há claramente o recurso ao senso comum para, a partir dele, ser construída a proposição inscrita na ciência, isto é, o lingüista parte do que *muitos* pensam sobre a *variação*, a fim de posicionar-se frente a esse senso comum como um *preconceito* e, com isso, trabalhar a variação como *inerente ao fenômeno lingüístico*. Em SDd1, tratando da variação da língua, o lingüista emprega como recurso de análise uma *cantiga de amigo*, para mostrar a *modificação* possível da *língua* no decorrer da história, recurso este sugerido ao próprio leitor, ou seja, é simples compreender a mudança: *basta pegar textos antigos ou conviver com falantes mais velhos ou mais jovens*. Em SDe1, novamente o lingüista apóia-se no imaginário social, inscrito no discurso de um *embaixador* brasileiro, para então confrontar tal posição afirmando que certas *idéias* não passam de *fantasias*, pois *não têm apoio* algum na *realidade lingüística*.

Em meio a tais regularidades discursivas, é interessante destacarmos especialmente SDb1 na qual o lingüista sustenta a sua posição sobre a língua para

o sujeito-leitor fazendo uso do discurso religioso. Em se tratando da oposição significativa entre a constituição do discurso científico e do discurso religioso, vemos neste recorte um ‘apelo’ do lingüista ao popular ‘Todo Poderoso’ a fim de justificar o poder da língua, ou seja, Deus disse e foi feito, mas só foi possível a criação na/pela língua. Sem a língua, portanto, nada existiria, o que sugere o poder criador – divino - da língua, sentido esse que perpassa de algum modo todos os recortes de seqüências discursivas trabalhados no Domínio 1.

Note-se ainda nos recortes acima que, ao recorrer ao senso comum ou a outros textos como exemplificativos ou esclarecedores, o autor não discute o conceito buscando outras fontes, ou seja, fazendo citações explícitas na superfície textual. Nos cinco textos em questão para a análise, há apenas em um a recorrência da inscrição visível no trabalho do outro (Domínio 2):

SDe2: Ao lado do que poderíamos chamar **reflexão sistemática sobre a linguagem, realizadas** por professores e estudantes nas escolas, **por lingüistas** e gramáticos, circula na sociedade [...]. [...].  
Nessas formulações do senso comum diante da língua, os falantes adotam, **segundo a lingüista francesa Marina Yaguello**, três tipos de atitudes: [...]. [grifos nossos]

Enquanto Mattoso Câmara recorria explicitamente a outros autores apenas para corroborar com o que já observara no/pelo seu próprio gesto de interpretação, Fiorin explicita na superfície textual uma única vez o auxílio teórico de uma *lingüista*, a francesa *Marina Yaguello*. E, em conjunto com ela, no mesmo recorte supracitado, trata da *reflexão sistemática sobre a linguagem* como uma prática realizada *por lingüistas* sem se posicionar, como se ele mesmo não o fosse, distanciamento talvez realizado em razão da própria estrutura discursiva comum à divulgação, a qual, como afirmamos no item 1.1 desta dissertação, encena o lugar do cientista.

Vestígios da ordem do discurso de divulgação científica, tais recorrências exemplificativas e explicativas pautadas predominantemente no senso comum inscrevem-se, contudo, no nosso gesto de interpretação, muito mais nas demandas sócio-históricas em que se apóia a necessidade de a ciência circular no social, constituindo-se pelo seu efeito de exterioridade, do que no funcionamento argumentativo didatizado que a mídia produz nessas condições por meio da previsão de sujeitos incapazes de compreender ciência sem uma ‘facilitação’ no/do discurso. Para melhor esclarecermos o que estamos referendando, vamos, antes,

atentar para a ilustração abaixo (Ilustração 15), que representa uma troca de correspondências entre leitor da revista e lingüista:



Ilustração 15 – Correspondência entre lingüista e leitor da revista. In: **Língua Portuguesa**, Cartas, n.28, 2008, p.8.

Como podemos observar na ilustração acima, a leitora emprega os textos de vulgarização como referência para as aulas que ministra em cursos superiores, prática essa consoante ao que Jacobi (1984) referenda acerca do público da vulgarização, ou seja, sujeitos que não visam a especializar-se, mas a complementar sua formação, atualizar-se, podendo muitas vezes empregar os textos de vulgarização como referência para a produção de obras e outros artigos, ou ainda para a preparação e atualização de cursos, trabalhando-os em sala de aula

com fins de interatividade e troca de informações. Entretanto, o que queremos de fato destacar na ilustração acima é o elogio do sujeito-leitor à vulgarização do conhecimento pelo lingüista José Luiz Fiorin como se esta fosse uma prática como o *que a Psicanálise viveu no século 20*, ou seja, como se ela representasse o *esclarecimento da ciência*. Em resposta, o lingüista afirma que a vulgarização do conhecimento em revistas como a *Língua Portuguesa*, apesar de desprezada pelas instituições de ensino superior, é, sobretudo, uma oportunidade de fazer circular o conhecimento em espaços para além do meio acadêmico, tendo em vista que a *opinião pública* é um meio possível de se vencer uma *batalha pela ciência*. Se pensarmos no que trabalhamos no item 1.3 desta dissertação quanto à política científica e a relação de prioridades ao fomento a partir de uma concepção de ciência que historicamente inscreve-se em uma perspectiva empirista e pragmática, temos as ciências humanas marginalizadas e, em conseqüência, as ciências da linguagem. Isso porque, pelo objeto de conhecimento em si e pelo modo como ele se constitui, incorre nesse campo do conhecimento um discurso de não cientificidade em relação às ciências exatas, da natureza e da tecnologia (cf. Guimarães, 2001). Talvez, então, seja esta a batalha significada no/pelo dizer do lingüista: fazer com que as ciências da linguagem sejam enfim reconhecidas como ciência pelas outras ciências.

É por isso que, para nós, a didatização tem um funcionamento argumentativo diferente para a revista/mídia e para o lingüista. Afinal, a revista constitui-se na/pela mídia como uma materialidade fruto desse processo de divulgação da ciência no social que é um efeito das relações sócio-históricas, mas, ao inscrever-se nos sentidos de mercantilização, ela tende a tratar da necessidade de saber do sujeito-leitor como falta de saber. O projeto editorial, nesse caso, apenas reproduz esses sentidos a cada exemplar ofertando ao sujeito-leitor inúmeras possibilidades pedagógicas, inclusive o não-verbal que referendamos anteriormente. Já o lingüista, entretanto, ao escrever textos para o periódico visando a uma *batalha pela ciência*, produz recursos de didatização porque esta é uma organização constituinte da ordem do discurso de divulgação científica. Mas, provavelmente, o sujeito da ciência não textualiza o discurso didatizando-o pela formação imaginária de um sujeito-leitor a quem falta saber, ou seja, o lingüista vulgariza sem precisar compensar os

sujeitos, e sim tendo em vista uma finalidade ‘superior’: a lingüística reconhecida como ciência.

O que estamos tratando acerca dessa posição do lingüista frente aos sentidos que organizam e constituem a ordem do discurso de divulgação científica está em consonância com o que Fiorin propõe em entrevista na obra **Conversas com Lingüistas**. Conforme o lingüista,

divulgar o avanço da ciência é tão importante como fazer avançar a ciência, porque, na verdade, a ampliação da linguagem humana, a compreensão dos seus mecanismos dão ao homem a possibilidade de ascender à construção cultural que ele mesmo fez ao longo de sua história [...]. A lingüística não pode em momento nenhum se alhear dessa preocupação de que ela tem que, digamos, socializar as suas descobertas, para que cada vez mais os homens ascendam a esses benefícios, ampliem a sua capacidade de linguagem, ampliem os seus horizontes lingüísticos com o conhecimento de outras normas, de outros registros, de outras variantes... no sentido de que eles possam se tornar plenamente humanos (2003, p.75).

Por meio das palavras supracitadas, podemos observar que o compromisso com a (re-)distribuição da informação pressupõe uma aproximação da ciência em relação às práticas da sociedade, possibilitando aos sujeitos ascender aos benefícios nela/por ela significados. Há neste ponto, então, a inscrição em uma posição pragmática de ciência recorrente no social, significada na plenitude humana pelo maior conhecimento de si. Talvez esta seja a *opinião pública* mencionada no texto da ilustração 15: é fazendo a lingüística circular no social, assumindo uma realidade sensível nos/pelos sujeitos que ela virá a beneficiar-se enquanto ciência. E é interessante mencionarmos que tal posicionamento frente à necessidade de divulgação da ciência remonta ainda à produção intelectual do lingüista, na qual se observa a recorrência de uma prática de autoria preocupada com um trabalho com professores (não necessariamente seus pares), via a publicação de artigos, livros e manuais voltados ao ensino fundamental e médio, em que pesem questões de leitura, produção textual, interpretação de textos e gramática, com foco especial no ensino<sup>39</sup>.

Diante disso, insurge a oportunidade de problematizarmos o modo como o lingüista trabalha o próprio conceito língua (Domínio 3) pelos vestígios significados

---

<sup>39</sup> Para mais informações sobre a produção bibliográfica de José Luiz Fiorin, consultar o seu currículo lattes em <<http://lattes.cnpq.br>>.

na textualização, afinal, é na/pela constituição do objeto que o discurso de divulgação sustenta-se, circulando no social. Para tanto, vejamos os recortes de seqüências discursivas abaixo:

SDa3: [...] uma **língua** é uma **forma de interpretar o mundo**, de **ordená-lo**. Ela **não** é uma nomenclatura aplicada a uma realidade cuja categorização **preexiste à significação**. [grifos nossos]

SDb3: A **linguagem** é a faculdade humana de produzir **sentidos que servem para o homem expressar-se, interagir** com os outros, **armazenar informações**, etc. [grifos nossos]

SDc3: Uma característica de **todas as línguas do mundo** é que elas **não são uniformes, não são homogêneas, não são unas**. Todas elas apresentam **variantes** [...]. [...]. A variação é inerente ao fenômeno lingüístico. [grifos nossos]

SDd3: [...] a **língua** é **heterogênea**, ela **varia** de uma geração a outra, de um grupo social a outro, de uma situação de comunicação a outra, de um lugar a outro. A fala de **gerações diferentes** e o contraste entre a fala de **grupos sócio-econômicos diferenciados** revelam **mudanças** em andamento. [grifos nossos]

SDe3: [...] é necessário mostrar que **não há línguas primitivas e desenvolvidas**, porque todas as línguas **possuem grande complexidade fônica, gramatical e lexical** e que todas elas **dão suporte ao pensamento lógico**, que se acha presente em todas as culturas. [grifos nossos]

Em SDa3, temos a *língua* como uma *forma de interpretar o mundo* que se constitui com ele, ou seja, a língua *não preexiste* como algo anterior e exterior àquilo que nomeia. Em SDb3, Fiorin apresenta a *linguagem* como uma forma de expressão, interação e armazenamento de *informações*. Em SDc3, o posicionamento quanto à *não uniformidade* e homogeneidade da língua, ou seja, a significação possível de *variantes*. Em SDd3, há a inscrição novamente no ponto de vista sociolingüístico para avaliar as *mudanças* da/na língua, mostrando-a heterogênea e variável em relação a diferentes *gerações* e *grupos sócio-econômicos*. Em SDe3, tem-se a relação linguagem e pensamento em um sutil ‘toque’ novamente à desmistificação do imaginário de línguas melhores ou mais faladas, tendo em vista que todas *possuem grande complexidade fônica, gramatical e léxica*, dando *suporte ao pensamento lógico*.

Nos recortes do Domínio 3 podemos observar a língua como um sistema complexo, porque pensada a partir de um ponto de vista científico. Tal sistema, contudo, apenas constitui-se na relação mesma com aquilo que designa. Outrossim,

porque não homogênea tampouco una, a língua significa em meio ao jogo de unidade/diversidade, ou seja, o sistema não é fechado, e sim passível de variação, frente ao que incorrem as questões que apontam para um saber sociolingüístico, ou seja, diferenças socioeconômicas e formação sócio-histórica. Ao mesmo tempo, se a linguagem é capacidade de interação e de expressão, temos a língua como a ferramenta, aquilo que corporifica significando-se como forma de interpretar o mundo, porque dá contornos ao que nomeia, dando suporte ao pensamento lógico.

Desse modo, o que avulta-nos neste domínio são vestígios de uma proposição de língua enquanto predominantemente possibilidade de criação, o que é recorrente em três (SDa3, SDb3, SDe3) dos cinco recortes problematizados e vai ao encontro do trabalhado no domínio 1, onde vimos o poder – divino - criador. A língua é textualizada assim na sua relação direta com a sociedade, porque se constitui por sujeitos historicamente situados e representa a própria condensação das experiências de uma comunidade (cf. Fiorin, 2003) na medida em que somente nela e por ela há interação. Não obstante, não há neste domínio a negação do sistema complexo enquanto um sistema de regras gramaticais, e sim, sobretudo, a significação da possibilidade de variantes que devem ser aceitas por constituírem-se na relação mesma com os sujeitos e a sociedade. Com isso, percebe-se um esforço do lingüista contra hierarquias entre diferentes línguas e respectivas variações possíveis, o que se inscreve em uma desmistificação da própria língua imaginária cuja sustentação enquanto sistema de regras sabido comumente pelos sujeitos como sistema gramatical em decorrência do ensino escolar, faz da língua uma, produzindo diversos preconceitos.

Apesar do esforço pela desmistificação de imaginários e preconceitos sociais, na textualização, porém, em momento algum o lingüista produz vestígios de que a relação entre a língua e as coisas não seja direta, ou seja, a língua não é exterior ao que nomeia porque não preexiste como algo anterior ou exterior, mas esta parece ser uma (re)produção automática, na medida em que não são mencionadas as relações tensas entre história e ideologia constitutivas de qualquer língua, portanto, do processo de produção dos sentidos como uma inscrição do sujeito, na língua, pela história (cf. Orlandi, 2002). Do mesmo modo parece ser a relação de língua e línguas, entre a unidade e a diversidade. Disso decorre a língua, nessa perspectiva, como não sujeita a equívocos porque é a reprodução óbvia daquilo a que se refere,

constituindo-se na relação imediata e transparente com o pensamento (cf. Pêcheux, 1995).

Com isso, não estamos distantes do que trabalhamos anteriormente, neste mesmo item 2.2.2, quanto à proposta de reflexão sobre a língua a partir do posicionamento do projeto editorial da revista: uma língua ferramenta de comunicação que, ao assim significar, desconsidera tanto heterogeneidade constitutiva da língua quanto do sujeito (cf. Orlandi, 2002). Como mencionamos naquele momento, a idéia de ferramenta pressupõe transmissão de mensagem, processo serializado e, portanto, desprovido de equívocos na relação entre as palavras e as coisas.

Não pretendemos afirmar que a prática do cientista como divulgador seja um espelho ou um receptáculo dos sentidos que constituem o projeto editorial. Ao contrário, acreditamos que o lingüista, mesmo interpelado por esse discurso institucional, (se) significa na produção do discurso a partir de seus modos de subjetivação e processos de identificação frente ao saber sobre a língua, de modo que ele dá, paralelamente à instituição, direção aos sentidos. Contudo, é justamente pelo fato de que o discurso de divulgação constitui-se pela prática de autoria do lingüista em conjunto com os sentidos que constituem a proposta da revista, que importa considerarmos o modo como circulam esses vestígios do conceito língua relativos aos textos de José Luiz Fiorin. Afinal, como afirmamos, ao expor a relação entre língua/pensamento como inequívoca, o sujeito-autor, nessas condições de produção, pode estar contribuindo para um imaginário da língua como ferramenta de comunicação.

Aliás, sobre o modo como esses sentidos funcionam no social, inscrevem-se também os sentidos de evidência e autoridade do dizer do sujeito-lingüista, devido à própria concepção utilitarista de língua sob a qual se constitui o periódico. Sem desmerecermos a recorrência da revista ao trabalho dos lingüistas e a relação decorrente com o sujeito-leitor, o que propomos problematizar pauta-se no fato mencionado por Orlandi (2002) de que, após a instauração da NGB, mesmo com o desenvolvimento da lingüística, ainda eram produziam embates entre gramáticos e lingüistas, ou seja, do imaginário do certo e do errado na língua discutia-se – e ressaltava-se, discute-se ainda – quem de algum modo era possuidor da razão:

O conhecimento de língua durante muito tempo se resumiu, no discurso social, a “falar e escrever corretamente”. Mesmo com o desenvolvimento da lingüística, mantém-se esse traço da ideologia sobre a língua nacional. Isso se mostra na discussão equivocada de que o lingüista estaria de acordo com o que é considerado um escândalo social: aceitar que se fale ou escreva errado. Para o lingüista, tudo valeria. O que demonstra também o imaginário (eficaz) da onipotência da ciência e do cientista, no caso, o lingüista: este, por conhecer a língua, teria o poder de administrar a sua prática na sociedade, de modo a reger os seus sentidos (Ibid., p.206).

Ecoss do trabalho da ideologia na/pela língua nacional, essa filiação de sentidos que significam na constituição da posição-sujeito lingüista em relação à posição-sujeito gramático produziu, conforme a autora (Ibid.), um mercado a alunos de letras e, ao mesmo tempo, um mercado parasitário nas editoras, nas comunicações, nas empresas. E revista *Língua*, por sua vez, ao propor uma língua instrumento para a comunicação eficaz, tem sua proposta editorial em torno da problemática saber correta ou adequadamente a língua portuguesa, o que pode ser também um reflexo dessas condições de produção em que jogam sentidos que definem, no/pelo imaginário social, ao que se refere o trabalho do lingüista e do gramático. Assim, à revista a produção de textos pelo lingüista também pode estar sendo empregada como um efeito de autoridade do dizer não apenas do sujeito produtor do conhecimento como também do sujeito em uma posição de *detentor* do saber.

Não obstante, o processo de produção do conhecimento é silenciado na textualização do discurso em questão (cf. subseção 1.1 desta dissertação), de modo que a informação não corresponde a uma representação na superfície textual dos meios de sustentação teórica da proposição. Isso significa que o modo de textualização da informação, ao constituir-se como um sentido dado, contribui para os sentidos de automatização inscritos nessa relação de imediatismo aqui problematizada. Daí o conceito de língua que circula no imaginário social significando aquilo que o sujeito pode utilizar, de modo pragmático. E, na base do imaginário, a posição do sujeito da ciência como o sujeito que de fato ‘autoriza’ esse modo de reflexão em torno da língua, porque *possui* o saber.

Com isso, mesmo que o projeto de socialização da ciência proposto por Fiorin seja algo mais amplo do que propriamente fazer circular um imaginário determinado sobre a língua, nessas condições de produção em que jogam os propósitos da

revista, o funcionamento do discurso é, portanto, por nós questionado. Afinal, ele pode estar circulando por/em um conceito de língua muito mais ligado a sentidos utilitários do que a sentidos de cientificidade em si. De qualquer modo, como o que nos interessa agora é a posição do lingüista, vamos deixar 'em suspenso' no momento esses sentidos de circulação e funcionamento do discurso para reafirmarmos a prática de vulgarização do sujeito em favor da ciência, relacionando a língua diretamente ao seu acontecimento no mundo, língua essa cujo conhecimento, que é o que lingüista em si propõe, permite um melhor relacionamento entre os sujeitos na convivência em sociedade.

### **2.3 Do lugar do lingüista no/pelo discurso de divulgação científica**

Sobre especialistas que se posicionam como divulgadores em revistas como as nesta pesquisa trabalhadas, Jacobi (1984) referenda-os como sujeitos que já viajaram e leram muito, que trocaram muitas informações de modo a conhecer bem os trabalhos de seus pares e que começaram a ser cada vez mais (re)conhecidos em decorrência das pesquisas que desenvolvem(ram). Sobretudo, são sujeitos que sentem a necessidade de popularizar as suas idéias, porque divulgar a pesquisa é um dever, do mesmo modo que a notoriedade é garantia de crédito, o que possibilita a esse sujeito ser visto como um perito no campo de conhecimento ao qual se filia (Ibid.).

Especificamente, em nossa proposta de reflexão, problematizamos dois lingüistas cuja produção de textos em revistas muito se assemelha às justificativas enumeradas por Jacobi. Ambos são pesquisadores conhecidos e reconhecidos pelos pares, tendo em vista sua produção intelectual. Mas foi principalmente para Mattoso Câmara que a 'publicização', em especial, significou um meio entre outros de reconhecimento, tendo em vista as condições de produção do discurso relacionadas ao processo de institucionalização da lingüística. Nos anos 50, Mattoso Câmara provavelmente não era ainda referendado como um 'autor clássico' como o é hoje em meio aos estudos da língua e da linguagem.

Sobretudo, entretanto, a escrita de notícias e artigos em revistas significou para ambos especialmente quanto ao dever de divulgar, o que ressoa em uma perspectiva de preocupação com a ciência. Afinal, no século XX, o lingüista Mattoso Câmara assumiu um compromisso com a legitimação do conhecimento lingüístico, com a institucionalização de um saber, por isso, o aproveitamento de um espaço em meio a reportagens adversas ao discurso que divulgava. Já hoje, José Luiz Fiorin parte de uma mesma postura que o seu antecessor, voltada à necessidade de divulgação, porém para que a ciência já disciplinar seja reconhecida enquanto ciência em si, em que pesem as políticas científicas constituintes das instituições produtoras do conhecimento. Desse modo, se o discurso de divulgação científica constitui-se como efeito das relações sócio-históricas, da necessidade de a ciência circular no social constituindo a si mesma uma realidade sensível, o seu efeito de exterioridade (cf. Orlandi, 2004), ambos os lingüistas valem-se dessa demanda de circulação no social em nome da ciência que lhes constitui enquanto profissionais.

Disso decorre que a textualização do discurso constituída para ambos em um modo de organização adverso – resenha crítica sobre obras e artigos em torno de um conceito político/ideológico, é diferença produzida apenas nas/pelas respectivas condições de produção. Isso porque o que interessa de fato, em relação à produção dos textos, é o modo como significam sua posição na relação com a ordem do discurso, sendo ordem aqui entendida a partir de Orlandi como a ordem da língua e a ordem institucional (social) da história, cujo conjunto e funcionamento constituem a ordem do discurso em sua materialidade, ou seja, “a ordem [...] em que o sujeito se define pela sua relação com um sistema significante investido de sentidos, sua corporeidade, sua espessura material, sua historicidade” (1996, p.49).

Nesse sentido, ambos os sujeitos em questão são habituados à prática de inscrição do conhecimento em materialidades diversas, como obras, manuais e periódicos científico-acadêmicos, o que significa um trabalho de argumentação em favor de um ponto de vista, de uma hipótese (cf. Guimarães, 2004), na relação sempre de alteridade, de reconhecimento do trabalho do outro, como expomos no item 2.1 desta dissertação. Na/pela posição sujeito da ciência, o mecanismo de antecipação constituinte do discurso em geral joga tanto com os próprios pares quanto com os alunos, de modo a inscrever-se nessas formações imaginárias a diferença entre praticar uma ciência, ensiná-la e divulgá-la. Nessas diferentes

instâncias, incorrem sentidos de didatização próprios ao discurso da ciência no meio científico-acadêmico, frente ao que Beacco e Moirand posicionam-se esclarecendo que

[...] ils [discours didactiques (globalement les discours d'enseignement)] s'adressent à des destinataires bien définis (par niveau, par année...) se formant précisément à cette discipline; ils sont fortement contraints par le cadre institutionnel dans lequel ils s'insèrent et ils sont énoncés par des auteurs du domaine, dont les places sont clairement établies, voire hiérarchisées. A côté des discours de recherche dont la fonction vise à faire avancer l'état des connaissances du domaine, ils cherchent plutôt à faire avancer l'état des connaissances chez l'autre, à l'intérieur d'une situation *ritualisée*, régie par un contrat préalable tacitement accepté par les interlocuteurs<sup>40</sup> (1995, p.39-40). [grifo dos autores]

No entanto, quando inscritos no processo de divulgação, os lingüistas subjetivam-se em relação ao conhecimento frente a um processo discursivo outro que 'orienta' a nova prática, em que pesem diferenças de organização da textualidade, de modos de se escrever sobre a temática em questão e de mecanismo de antecipação (ORLANDI, 2001a) das demandas relacionadas ao sujeito-leitor, por sua vez, nesse caso, constituído por sujeitos outros e também possivelmente pelos mesmos relacionados à sua prática acadêmica. Por exemplo, os alunos universitários, os professores da rede escolar de ensino e, no caso de Mattoso Câmara, os pares.

Nesse aspecto, significam certos pressupostos da divulgação na/pela mídia, em especial a informação compensativa por um discurso proposto 'mediador' e produzido tendo em vista sujeitos-leitores previstos em uma relação de dívida quanto ao saber. Por isso, a didatização. Em nossas análises, tal recurso de passagem da metalinguagem para a terminologia ficou mais evidente quanto à prática de Fiorin do que quanto à prática de Mattoso Câmara. Isso não significa, entretanto, que este último não tenha produzido vestígios de didatização na textualidade, pois o modo como noticia as obras já é em si uma prática de produção

---

<sup>40</sup> Tradução nossa: eles [os discursos didáticos (globalmente os discursos de ensino)] dirigem-se aos destinatários bem definidos (por níveis, por ano...) se formando precisamente nessa disciplina; são fortemente aprisionados pelo quadro institucional no qual eles se inserem e são enunciados pelos autores do domínio, no qual os lugares estão claramente estabelecidos, até mesmo hierarquizados. Ao lado dos discursos de pesquisa cuja função visa a fazer avançar o estado dos conhecimentos, eles procuram antes fazer avançar o estado dos conhecimentos no outro, no interior de uma situação *ritualizada*, regida por um contrato preliminar tacitamente aceito pelos interlocutores.

de informação, portanto constituída de recursos de reformulação do conhecimento para a sua inscrição no discurso de divulgação. Desse modo, se a didatização é mais latente nos textos de Fiorin, isso se justifica pelo modo distinto de organização da textualidade, bem como pelas condições de produção relacionadas a um momento de alta especialização dos meios de comunicação frente à necessidade de saber do outro, o sujeito-leitor.

A didatização, contudo, é questionável. Afinal, didática pressupõe uma prática de ensino que entendemos, a partir da citação anterior de Beacco e Moirand (1995), de ‘fazer saber’, ou seja, uma prática pedagógica em essência. Já no discurso de divulgação científica a didatização significa como uma relação entre o conhecimento e os saberes de ordem do senso comum. Porém, porque para fins paliativos, de ‘facilitação’ para a compreensão do sujeito, a didatização enquanto recurso é produzida, mas os sentidos de um discurso didático, ou de um *outro* discurso didático, como propõe Authier-Revuz (1998), em verdade esvaziam-se nesse processo, pois não há formação de sujeitos. E em se tratando da produção dos textos por profissionais do campo das ciências da linguagem, esses sentidos de esvaziamento reproduzem-se, pois certamente o mecanismo de antecipação do sujeito-leitor entre cientistas e mídia não é o mesmo. Mattoso Câmara escrevia aos pares e ao público em geral, uma sociedade letrada, porque precisava, sobretudo, fazer circular uma ciência, o que não pressupõe necessariamente que ele considerasse a necessidade de saber uma falta de saber. Do mesmo modo, Fiorin. Assim, a didatização constitui-se aqui na relação tensa entre a prática de autoria dos lingüistas e a mídia, que lhe propõe um funcionamento argumentativo outro, muitas vezes reduzido a sentidos pejorativos, tendo em vista a abundância de recursos de ‘facilitação’, conforme observamos, por exemplo, no não-verbal constituinte da textualização do discurso na revista *Língua*. Daí uma possível pauperização no/do discurso.

Nesse sentido, entendemos a produção dos textos por lingüistas como uma prática que, em relação à posição-sujeito da ciência, dá início a um novo processo de argumentação, comentando-se ciência. Ao comentar, o sujeito (re)formula não em um sentido superficial, nem preso à cópia ou à repetição (ORLANDI, 2001a), mas a partir de uma maturidade teórica, de uma relação tal com o interdiscurso que o permite singularizar pelo gesto de interpretação. É um trabalho, portanto, com a

dispersão, no jogo com a variação, que Orlandi, considerando uma relação com a formulação, pensa da seguinte maneira: “a formulação é um gesto que se con-firma (con-figura, con-forma) no meio da variação: o sentido sempre poderia ser outro. Mas não é. Se não fosse a variação não haveria necessidade de formulação” (Ibid., p. 84). A variação coloca-se na base do texto, passando da mera relação com o mesmo e jogando com as múltiplas possibilidades de sentido, porque faz intervir o gesto de interpretação do sujeito (Ibid.). Sendo assim, ela não se prende à repetição, mas parte dela na relação com a dispersão, atestando a heterogeneidade do texto, ou, ainda, o político na relação com o simbólico.

Em consonância, o gesto de formulação que, na *superfície* material do texto não evidencia fontes, nomes ou até mesmo referências, mas que comenta ciência em um processo que a formula enquanto informação é, para nós, por sua vez, um regularidade própria ao discurso de divulgação científica e bastante característica do que Orlandi (1995) denomina meio-plágio. Conforme a autora (Ibid.), comum em práticas acadêmicas, o meio-plágio significa um silenciamento de outras formulações, filiações, da demarcação de posições necessárias ao discurso científico, porque não há citação. Silenciando a voz do outro que ele retoma, o sujeito não necessariamente copia, mas produz um efeito de comentário, sem deslocar, e traz para si, de modo indevido, a autoria. O resultado desse processo é o efeito ideológico de que o sujeito é a origem do sentido e, com isso, a negação da história. A recorrência ao meio-plágio, entretanto, é uma aproximação que fazemos cientes de ela ser possível apenas quanto à superfície do texto em si como um recurso de produção necessário na textualização do discurso de divulgação. Isso porque a posição-sujeito divulgador, ao constituir-se no jogo com a variação, significa em relação à posição-sujeito da ciência, portanto a uma tensão de inscrições e filiações de sentidos significados no/pelo interdiscurso e na/pela memória do saber.

Ao comentar trazendo para si, de modo indevido, a autoria do conhecimento na *superfície* simbólico-material do texto, o sujeito da ciência acaba por constituir um ‘duplo’ na sua própria imagem, porque acentua a impressão de realidade do pensamento e de origem do dizer. A prática que constitui o discurso de divulgação científica comumente encena a imagem do sujeito da ciência (conforme item 1.1 desta dissertação) como se ele falasse diretamente ao sujeito-leitor, o que se

constitui junto aos efeitos de evidência que circulam no social, podendo representar nesse processo a onipotência do cientista em relação ao sujeito-leitor, consumidor de informações. Assim, na produção do discurso de divulgação científica, isso é reforçado porque ambos os sujeitos, como vimos nas análises, raramente recorrem explícita e verbalmente a outras fontes, o que reproduz essa onipotência de quem é o produtor do conhecimento. Mattoso Câmara, por exemplo, cita nomes de outros estudiosos com a finalidade de ratificar aquilo que ele mesmo já havia apontado na temática da obra, prática muito mais de corroboração que de fundamentação na/pela superfície material. Disso temos que, para as revistas, a prática de autoria dos sujeitos da ciência é sempre uma prática que favorece a mercantilização, porque o processo de produção do discurso apenas reproduz o imaginário do cientista responsável pelo saber, em termos de evidência e, por que não, de verdade (cf. o trabalhado no item 2.2).

Sendo assim, os sujeitos em questão produzem o discurso de divulgação enquanto uma prática sempre relacionada às suas práticas enquanto sujeitos da ciência. Por isso, o gesto da escrita de ambos os lingüistas na/pela mídia por meio do posicionamento como divulgadores não pressupõe uma desidentificação do sujeito à sua posição-sujeito da ciência. Até, porque, como vimos na subseção 2.1, as posições que o sujeito assume, no caso, cientista e divulgador, são fragmentações da forma-sujeito, diferentes modos de se relacionar com a ideologia (cf. Indursky, 2000), ou seja, efeitos da relação entre sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma determinada formação discursiva, o que Pêcheux afirma, em um dado momento de seu trabalho, fazendo menção à “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso [que] se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”, (1995, p.163). Assim, o sujeito não é uno, de modo que ser sujeito da ciência ou divulgador é posição entre outras assumidas na história, porque o sujeito é posição entre outras (ORLANDI, 2003).

Com isso, o que queremos lembrar é que a produção do discurso na/pela posição-sujeito divulgador é uma prática que envolve certas propriedades discursivas que representam o modo como o sujeito significa nessa posição em relação à posição-sujeito da ciência. Então, na medida em que ambos os lingüistas escrevem na/para a mídia enquanto sujeitos da ciência preocupados com uma

questão de ‘publicização’ do conhecimento, a produção do discurso vem a ser efeito de um modo político de eles significarem em relação à filiação do saber que os constitui. Mattoso Câmara noticia a publicação de livros em meio a matérias de moda porque, naquelas condições de produção, era preciso ao lingüista e à ciência lingüística o reconhecimento e a institucionalização. José Luiz Fiorin, por sua vez, vai vulgarizar o conhecimento por meio de artigos em uma revista especificamente sobre língua, porque está inscrito em uma batalha pela ciência, ou seja, um esclarecimento que mostre enfim que a lingüística como ciência. Afinal, o discurso de divulgação representa justamente esta circulação da ciência nas práticas cotidianas do sujeito, o que ambos têm como meio necessário para um determinado fim, que é o reconhecimento da ciência em si.

Porque o discurso de divulgação científica constitui-se por relações de mercado, ao posicionarem-se como divulgadores eles estão fazendo da língua objeto de divulgação um produto, nessa significação inscrita inevitavelmente em sentidos utilitários. Mas este é um processo, antes, que os lingüistas produzem significando aí uma política de ciência na luta por sustentação do que produzem, de suas práticas. Por isso, falamos em estados adversos do processo discursivo, na medida em que entendemos que a posição-sujeito divulgador para ambos é efeito de uma inscrição na mesma formação discursiva, cujos deslocamentos, paráfrases, etc., reproduzem-se nos diferentes modos de organização da textualidade em diferentes condições de produção, em relação à ordem do discurso de divulgação da ciência. Os textos que desse processo resultam, por sua vez, por representarem o modo como os sujeitos administram a dispersão, refletida nos diferentes pontos de subjetivação, trazem em sua formulação o político, no jogo com o simbólico, significando espaços de deriva que representam o movimento de significação da língua como objeto ao longo da formação sócio-histórica. Conforme Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (2002, p. 53).

## **PARTE 3**

### **A VEZ DA LÍNGUA**

#### **3.1 A língua como objeto de divulgação**

Na primeira parte desta dissertação, problematizamos o discurso de divulgação científica atentando para o fato de que ele é efeito das relações sócio-históricas e, que, por isso mesmo, ao circular (re-?)distribuindo informações sobre o conhecimento ele significa-se por sentidos que reportam preferencialmente a uma concepção de ciência como aquilo que responde a certas demandas dos sujeitos. Por isso, a textualização recorrente, nas/pelas tecnologias da informação, de um discurso predominantemente constituído de informações sobre a produção do conhecimento em áreas exatas, da natureza, da tecnologia, pois muitas vezes o conhecimento sobre elas reverte-se em produtos palpáveis, aplicáveis, úteis aos sujeitos. Mas, e a língua, qual o seu lugar enquanto informação no/pelo discurso de divulgação científica?

Quando Guimarães (2001) problematiza a política científica no contexto brasileiro, ele referenda a priorização de áreas ao fomento, em cuja pirâmide as ciências humanas não estão em posição de privilégio, tendo em vista a relação conhecimento/objeto na produção conceptual de ciência e de seus instrumentos. Estamos diante, então, de uma divisão político-administrativa da produção do conhecimento, que procura determinar a prática científica e que ressoa nas ciências da linguagem como se a estas faltassem cientificidade. Há os dicionários e há as gramáticas, instrumentos como qualquer outra produção tecnológica (Ibid.), mesmo assim, eles parecem não ser suficientes em comparação à produção de instrumentos de outras ciências.

Em se considerando a relação dessas políticas públicas de ciência com o mercado de informações da mídia e a autonomia relativa de significação de ambos (cf. subseção 1.3), estamos tratando da língua como um conhecimento marginal? Tão inquietante quanto a pergunta é a resposta. Isso porque, quando observamos as orientações científicas que constituem as seções e subseções de ciência das

revistas e jornais, sim, podemos mencionar muitas vezes um lugar marginal das questões da língua, cujos textos são publicados de modo muitas vezes esparso em relação aos textos constituídos de outros objetos de divulgação (cf. GUIMARÃES, 2001; ORLANDI, 2004). Exemplo disso é a própria revista que aqui representa um dos períodos do processo discursivo, *A Cigarra Magazine*, apesar de não estar mais em circulação. Neste periódico, a língua como objeto de divulgação figurava em meio a uma seção de apenas duas páginas veiculadas em conjunto a outros textos que, em sua maioria, referiam-se a temáticas rotuladas como de interesse feminino, tanto que o periódico é hoje lembrado como uma referência de revista feminina e da história da moda (cf. item 2.2.1). Um reflexo disso é que nos poucos textos sobre a revista aos quais tivemos acesso para esta pesquisa, não há ocorrência, por exemplo, de referência à seção *Livros*, a qual é mencionada somente em meio a textos outros que se reportam à bibliografia e aos trabalhos sobre a produção intelectual de Mattoso Câmara.

Em geral, o modo de veiculação ou ainda o espaço, em revistas e jornais, comumente destinado a notícias e textos relacionados à língua como objeto de divulgação é um reflexo da contrariedade significada nisso que podemos referendar como política de divulgação, uma política de 'atribuição de importâncias' a determinadas informações em detrimento de outras, como se a língua em si e o seu conhecimento não fossem assunto relevante. A língua é investida de poder no processo de constituição de sentidos e de sujeitos, como Orlandi (2002) sempre insiste em nos lembrar. Reconhecer tal poder pressupõe acenar que aquilo que muitas vezes parece-nos estranho e exterior nada mais é do que condição simbólico-material de realização dos processos discursivos, cujo conhecimento permite, sobretudo, a compreensão da nossa constituição enquanto sujeitos inscritos em uma determinada formação sócio-histórica.

Afora a sua posição geralmente marginal em relação ao objeto de outras ciências, é pela importância da língua e do seu conhecimento que nos avulta nesta problemática o modo próprio de constituição da língua como objeto de divulgação no mercado de informações. Quando trabalhamos os textos de Mattoso Câmara em *A Cigarra*, referendamos que o público-leitor da revista era uma sociedade letrada, ou seja, uma sociedade constituída em torno de um saber presumido da língua e que prezava o bom uso. E apesar da fase atual de mudança de paradigma proposta pela

NGB, na época, a base do conhecimento sobre a língua ainda era significativamente representada pela gramática, fonte de um saber culto da língua e que deveria ser bem compreendido para ser bem utilizado. Essa é uma das razões do esforço de Mattoso Câmara em prol da divulgação de uma posição lingüística frente ao objeto língua. Quanto aos textos de José Luiz Fiorin, observamos que a revista *Língua* propõe ao sujeito-leitor uma gama de informações sobre a língua instrumento de comunicação, cuja boa compreensão permite ascender na vida profissional e, ao mesmo tempo, na cidadania. Fiorin procura, nesse meio, ressaltar a língua predominantemente em seu poder de criação, como condição de produção de sujeitos e sentidos. Não obstante, trata de uma língua possível de variação, mostrando que esse fenômeno não deve ser visto em termos de preconceito. Entretanto, ao vulgarizar o conhecimento sobre a língua sem referendar que a variação e sua relação com o pensamento e as coisas que nomeia não são processos automáticos, diretos e transparentes, o lingüista acaba de alguma maneira contribuindo para a circulação da língua como um instrumento. Uma língua, sim, objeto de conhecimento, mas cujo tratamento científico ressoa, na circulação do discurso, na idéia de ferramenta de comunicação.

Como podemos observar, em ambos os casos a prática de divulgação pelos lingüistas problematiza um olhar científico em torno do objeto de conhecimento língua, o qual se constitui em um movimento que nos parece sempre tenso frente a certos sentidos já institucionalizados na significação da língua como objeto de divulgação. No caso de *A Cigarra*, a recorrência do imaginário da língua como a norma culta, padronizada e sustentada pela gramática. No caso da revista *Língua*, a recorrência de uma visão de língua como código cuja função compreende a transmissão de mensagens, frente ao que Fiorin não se opõe explicitamente, mas ao mesmo tempo procura alertar que o uso em suas variações possíveis incorre porque a língua não é um sistema fechado como significa no imaginário do senso comum, o que reporta aos sentidos inscritos no padrão culto que figurava nas páginas de *A Cigarra*.

A recorrência disso que estamos referendando como imaginários do senso comum significados na língua enquanto objeto de divulgação representa os sentidos que circulam no social constituindo um modo de compreensão dos sujeitos em geral em relação à língua. Sobretudo, tais imaginários apontam-nos, entre outras

possibilidades, para aquilo que Orlandi (2002) refere como um traço da ideologia na língua nacional.

Quando falamos em língua nacional, estamos falando de unidade político-simbólica, de uma língua que é uma questão de Estado (GADET; PÊCHEUX, 2004), apesar de essa relação não ser exclusiva, pois a qualquer língua é necessária uma unidade. A língua nacional é, para o Estado, uma garantia de sustentação enquanto significação de identidade e unidade. Neste ponto, encontramos, portanto, a língua portuguesa como a concretização histórico-determinada que constitui a nação enquanto uma língua nacional e ainda oficial (GUIMARÃES, 2005). Consequentemente, saber necessário aos sujeitos e proposto como disciplina escolar, vide a gramática, um instrumento em que a unidade – imaginária – fundamenta-se, de modo que o saber sobre a língua constitui-se ao mesmo tempo em que o sujeito que a fala, o cidadão brasileiro (ORLANDI, 2002).

Pêcheux e Gadet (2004), sobre a universalização das relações jurídicas, em que pese a língua nacional, referem-se a políticas de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, porque o processo de formação dos Estados nacionais pressupõe, no ideal de igualdade, a aquisição da língua nacional, em detrimento muitas vezes da materna, como é o caso por exemplo do Brasil, em virtude especialmente de este ser um país colonizado. Nesse sentido, Pêcheux afirma que o resultado das políticas de formação dos Estados Nacionais pela língua e sua democratização via o ensino

consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque dos dois mundos, separados, pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República (1990, p.11).

O traço da ideologia na língua nacional constitui-se, para nós, justamente desses efeitos no real da unificação política da língua, que resultam em uma desigualdade estruturante, agravada pela tradição do saber gramatical ensinado nas escolas, na medida em que confere contornos mais expressivos à disparidade, significando-se também em uma divisão política (GADET; PÊCHEUX, 2004). Disso decorre um imaginário da língua no qual ela representa-se, pelo caráter material do sentido, como um sistema totalizante que, pela tradição escolar, pressupõe respeito

na escrita à norma prevista na/pela gramática, assim reproduzindo-se ainda no imaginário da fala.

Este é um jogo, portanto, de unidade/diversidade no confronto de língua e línguas, constituído na significação de um saber sobre a língua no movimento na/pela história de legitimação de sentidos entre a própria língua, o Estado e a ciência em suas relações políticas, dando forma histórica à sociedade e aos sujeitos. Nada mais é, portanto, que uma forma política de língua que, na concepção de Orlandi e Guimarães, constitui-se

quando se define que língua falamos, com que estatuto ou quando se determina este ou aquele modo de acesso a esta língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos lingüísticos, pela leitura das publicações, pelos rituais de linguagem, pela legitimidade dos acordos, pela construção das instituições lingüísticas – praticamos concomitantemente diferentes formas de política de língua. Ao mesmo tempo, para identificar esta língua, produzimos um saber, uma análise que lhe garante uma configuração singular.

Com efeito, não há política lingüística sem gramática e, em sentido inverso, a forma da gramática define a forma das políticas lingüísticas (a relação *com* a língua/a relação *com* as línguas) (2001, p.35-6). [grifos dos autores]

Em se considerando o que observamos ao longo desta pesquisa sobre o ponto de vista empírico da mídia sobre a ciência em uma autonomia relativa ao Estado, vemos, agora, que a significação da língua como objeto de divulgação é uma relação sempre à política de ciência, mas antes, à política de língua do Estado, em que pese a ‘incidência’ do político e da ideologia na/pela língua nacional. É a partir da política de língua que o Estado, portanto, administra as políticas de ciência sobre as ciências da linguagem, o que observamos ressoar na/pela história das idéias lingüísticas bem como no ensino escolar. Nesse sentido, a significação da língua como objeto de divulgação, nessas condições, acena para a língua nacional como já-lá sempre recorrente que, em sentido empírico e utilitarista, reporta aos efeitos da importância do jogo saber a língua e saber corretamente a língua (cf. Orlandi, 2002) em prol de um uso adequado, uma boa comunicação.

Não é a toa que tanto em *A Cigarra* quanto na revista *Língua* observamos vestígios da comunicação eficaz, de modo que o conhecimento do sistema de regras em um funcionamento retórico é basilar para o sujeito ‘ser’ bem-sucedido. Na verdade, tais sentidos vêm produzindo seus efeitos na língua enquanto objeto de

divulgação desde os primórdios de prática de divulgação, antes do século XIX, quando o Estado brasileiro ainda não era constituído enquanto tal e havia um esforço pela legitimação da escrita brasileira. Orlandi (Ibid.) relata que a língua enquanto objeto de divulgação circulava em sua significação enquanto saber erudito, assim textualizada pela prática de profissionais não necessariamente formados em Letras, mas também historiadores, engenheiros, médicos, enfim, um grupo de intelectuais que se constituíam como autores de nossa produção lingüística e literária e que, portanto, eram capazes de uma escrita em jornais.

Parece-nos, desse modo, que ao longo do processo discursivo a língua como objeto de divulgação muitas vezes confunde-se com o discurso empírico sustentado por sujeitos e textos, ou, em outros termos, com a fala. Tal imaginário, além de ser fruto de uma posição pragmática do mercado de informações, remonta também à estrutura das teorias da comunicação, historicamente inscritas no quadro de funções da linguagem proposto por Roman Jakobson (2007).

Este é o fulcro, portanto, das condições de produção dos textos dos lingüistas, pois eles partem da recorrência desses sentidos para formulações outras, propostas de deslocamento, de deslize de sentidos em diferentes momentos na/pela formação sócio-histórica. Afinal, é em favor de um outro modo de visão científica sobre a língua que Mattoso escreve em *A Cigarra*. Do mesmo modo, é supervalorizando a língua em seu poder criador e em suas possibilidades de variação que Fiorin vulgariza o conhecimento na revista *Língua*. Os lingüistas produzem assim um gesto de interpretação sobre a recorrência desses sentidos que constituem a língua como objeto de divulgação, pois língua é, antes, para esses sujeitos, objeto de estudo e conhecimento. Disso decorre que a proposta de cada um dos lingüistas, em momentos distintos do processo discursivo, é justamente de algum modo desmistificar parcelas desse imaginário do senso comum, mostrando que a língua não é só uma norma e uma nomenclatura, tampouco só uma ferramenta de comunicação.

Atestando a significação do político no jogo de forças entre os sentidos (cf. Orlandi, 2001a), a produção do discurso na posição-sujeito divulgador significa a circulação de textos no social por meios muitas vezes tratados com repúdio pela própria comunidade acadêmica, tendo em vista o modo como a mídia, em seus diferentes veículos, administra os sentidos do discurso de divulgação científica. Mas

este é um conflito produzido pelo modo político como os lingüistas significam na posição-sujeito da ciência, confrontando certas posições em busca de espaço e atenção quanto àquilo que os constitui, que é o conhecimento sobre a língua. Participar do processo de significação da língua como objeto de divulgação, ou seja, publicizar no/pelo discurso de divulgação é uma prática que entendemos, portanto, como essencial para o propósito em questão, dada a necessidade de a ciência significar no social assumindo uma realidade sensível aos sujeitos e constituindo, nesse processo, o seu efeito de exterioridade (cf. Orlandi, 2004) enquanto condição de funcionamento. Isso significa que a circulação de informações sobre ciência é fundamental para a produção de políticas públicas para a administração das pesquisas e os investimentos dos órgãos de fomento (cf. itens 1.1 e 1.2). Concomitantemente, para o propósito dos lingüistas de reconhecimento de uma ciência que tem a língua como objeto de conhecimento.

Inscrevem-se nas manifestações da língua como objeto de divulgação, então, um conflito histórico, político e ideológico de práticas científicas, na relação com concepções de ciência e subseqüentes filiações teóricas em um mesmo campo do conhecimento. Sendo assim, ao produzirem textos para as revistas, os lingüistas não estão fazendo apenas política de língua e de ciência, mas produzindo um gesto de interpretação sobre elas que os singulariza na sua posição-sujeito da ciência, bem como ressoa em sentidos outros de cientificidade no processo discursivo em que significa a língua como objeto de divulgação.

### **3.2 O mercado de divulgação da língua**

Bordieu (1998), na obra **A economia das trocas lingüísticas**, explora a constituição de um mercado lingüístico pela língua nacional. Partindo de uma crítica à concepção de língua saussureana enquanto um sistema, formulada naquelas condições de produção em detrimento da fala, Bordieu defende que Saussure concedeu à língua um significado muito próximo à língua oficial de um Estado, pela impessoalidade quanto aos usos a que se presta. Nesse sentido, para Bordieu (Ibid.), a língua saussureana reflete-se em uma tradição da única língua legítima em

termos de unidade político-territorial, o que cria condições de formação de um mercado lingüístico unificado, dominado pela língua oficial e sustentado pelos gramáticos e professores, sujeitos que têm o poder de submeter ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho lingüístico dos sujeitos falantes.

O que Bordieu propõe fazendo menção ao postulado por Saussure quanto à língua como sistema corresponde, para nós, em outra perspectiva da discussão que propusemos na subseção anterior (item 3.1) quanto à significação da língua nacional no imaginário dos sujeitos. Afinal, Bordieu (Ibid.) trata de uma questão de política de língua do Estado, acenando para a língua nacional em sua unidade imaginária, a qual figura, para o autor, na questão científica, pelo sistema saussureano formulado em detrimento das possibilidades de fala enquanto produção, acontecimento histórico e simbólico da língua. Conseqüentemente, no social, pelo sistema escolar.

Sem discutirmos essa proposição de Bordieu quanto ao trabalho de Saussure, o que nos interessa é particularmente a proposta de um mercado lingüístico em torno da unidade da língua, porque ele representa a valorização na sociedade de um modo de expressão legítimo. Sustentando e ao mesmo sendo sustentado por um mercado escolar, o mercado lingüístico não se forma pela circulação da língua em si, mas de discursos estilizados, uma vez que toda ação lingüística pressupõe um *habitus* lingüístico, em que pesem sanções e censuras. Há, desse modo, uma lei de formação particular dos preços a partir de um modo de expressão proposto como legítimo, por isso, para o autor (Ibid.), o mercado constitui-se na relação mesma com a dominação simbólica significada no/pelo objeto.

Pelo viés de uma idéia de mercado lingüístico, podemos então repensar a circulação que tratamos como recorrente no imaginário social quanto à concepção de língua, ou seja, um sistema composto de normas cujas funções, quando bem compreendidas, auxiliam no bom desempenho de comunicação. Nesse sentido, sobre a dominação simbólica significada no/pelo objeto é interessante fazermos menção à própria constituição do sujeito jurídico, o sujeito do capitalismo (cf. item 1.2) problematizado também por Haroche (1987). Afinal, para a autora (Ibid.), a língua e a própria gramática são lugares de mecanismos individualizantes do Estado, que funcionam ideologicamente com vistas a garantir a sustentabilidade do sistema, no/pelo controle da subjetividade no processo de construção da ilusão referencial necessária ao sujeito.

O sujeito do capitalismo crê na ilusão da evidência de sua identidade e na de que é origem de si e dos sentidos que produz, de modo que “é assujeitado no universal como singular insubstituível” (PÊCHEUX, 1995, p. 171), mas, no entanto, tem essa idéia de realidade - de evidências percebidas-aceitas-experimentadas, na medida em que ela significa um efeito ideológico de apagamento que oculta o próprio fato de que ele, o sujeito, é resultado de um processo de interpelação-identificação (Ibid.). Ao mesmo tempo livre e submisso, ele assim se constitui pela condição de sua responsabilidade (sujeito de direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição). Em conjunto, elas lhe garantem sua impressão de unidade e controle de/por sua vontade (ORLANDI, 1996), o que torna a subordinação menos visível.

Desse modo, se é preciso ao sujeito a crença na transparência da linguagem para a ilusão de sua completa autonomia e para a conquista do universo logicamente estabilizado e do “mundo semanticamente normal”, como diria Pêcheux (2002, p.34), essa exigência de determinação vem a significar no/pelo trabalho da gramática fazendo sentidos e sujeitos transparentes, completos, e ao mesmo tempo fazendo com que a responsabilidade do sujeito tenha como um de seus parâmetros a precisão (clareza) da língua (ORLANDI, 1996). Conforme Haroche (1987, p.21-2),

com efeito, um papel [...] parece destinado à gramática, pelo poder. [...] *tornar visível a interioridade e o corpo por inteiro*. Pelo viés da transparência, o poder procura tornar o sujeito sem “defesa”, procura disciplinar e normalizar sua subjetividade. [...] No caso da gramática, é preciso fazer aparecer o “espírito”, a interioridade, o não visível, pelas palavras: *pela imposição da transparência, a exigência de clareza, o ideal de completude* que se inscrevem diretamente na subjetividade. [grifos da autora]

Se a idéia de nação, República, pressupõe a unidade, então na deriva desses sentidos estaria significada a conjugação de língua e povo. E, pela gramática, em cuja história as práticas jurídicas insinuar-se-iam silenciosamente, sujeito e língua realizar-se-iam como visíveis, apreensíveis, unos. É a posição, portanto, de sujeitos pragmáticos que somos convidados a assumir no momento em que aprendemos a língua (ORLANDI, 2005), ou seja, no dizer de Pêcheux (2002, p.33), “cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida [e que têm] por si mesmo[s] uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”.

Assim se forma o mercado lingüístico, ou seja, em torno desse pragmatismo na constituição dos sujeitos, cujo processo evidencia a transparência dos sentidos pelo trabalho da ideologia, resultando na necessidade de bem conhecer a língua porque é preciso ser claro e coerente. E se há uma estruturação do mercado no sistema escolar, em que pese a tradição do ensino gramatical quanto à língua, fora do espaço escolar apenas reproduzem-se condições para processos e políticas outras de capacitação do sujeito em práticas sociais que pressuponham o mesmo conhecimento lingüístico adequado e que co-existem como que delimitando os limites de um sentido predominante no mercado lingüístico. Basta para tanto observarmos programas de ensino, programas oficiais de formação de professores, de concursos vestibulares, de concursos diversos, projetos de alfabetização, etc. (ORLANDI, 2002).

É o mercado lingüístico que impulsiona o mercado da divulgação sobre a língua. Afinal, como vimos quanto à língua como objeto de divulgação (cf. subseção 3.1), vigoram sempre sentidos de boa comunicação, tendo em vista a relação político x língua refletida em um processo sócio-histórico no qual jogam ciência, Estado e sujeito, significando “formas sociais, sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, no espaço político de seus sentidos” (Id. 2007, p.8).

Outrossim, do mesmo modo que o mercado lingüístico proposto por Bordieu (1998) não tem na língua em si seu capital social e cultural, no mercado da divulgação a língua enquanto objeto representa-se predominantemente como informação para a comunicação eficaz. Até porque, como vimos há pouco, a língua nacional como saber necessário significa justamente uma responsabilização do sujeito, o que na/pela mídia mercantiliza-se como o bom uso, a boa compreensão, e faz da língua uma relação termo-a-termo com o pensamento em uma ótica purificadora e idealista, como se tudo pudesse ser dito bastando evocar um poder criador inscrito na língua e no sujeito. Este é um processo que se encena sem equívocos e de modo tão imediatista como qualquer outro que põe em relação conhecimento e objeto no mercado de informações da mídia. Sobretudo, porque se produz como se os sentidos existissem em si mesmos, em relação transparente com a literalidade do significante (PÊCHEUX, 1995), fazendo do real da língua uma abstração, quando, ao contrário,

o real, que é da ordem da língua se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um “impossível”, inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer que “as palavras faltam”, o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição.

A existência desse lugar singular - que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber *no equívoco* e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio (FERREIRA, 2000, p.26). [grifos do autor]

Aliás, é pela via desse processo encenado como sem falhas e que ganha visibilidade por aquilo que é útil ou não que, sem desmerecer o gesto dos lingüistas quanto à publicação de textos nas revistas, problematizamos o seu lugar e, ao mesmo tempo, o seu propósito de reconhecimento da ciência em termos da circulação e do funcionamento da mídia. Isso porque a publicação dos textos nas revistas é um meio de os lingüistas referendarem a língua como objeto de tratamento científico, e não apenas posição de senso comum. Por outro lado, contudo, com este gesto os lingüistas podem estar inscrevendo as ciências da linguagem na mesma perspectiva pragmática e empirista que as ciências privilegiadas nas políticas públicas do Estado.

Boaventura de Souza Santos, reportando-se à significação da ciência na sociedade hoje, bem como a sua importância para as políticas públicas, afirma que

o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação. [...] todos os países se dedicam à promoção da ciência, esperando benefícios do investimento nela.

[...] só existe conhecimento em sociedade e, portanto, quanto maior for o seu reconhecimento, maior será a sua capacidade para conformar a sociedade, para conferir inteligibilidade ao seu presente e ao seu passado e dar sentido e direção ao seu futuro (2006, p.137).

Nas palavras do autor supracitado, observamos a significação simbólico-material da sociedade da informação que referimos no item 1.3 desta dissertação, ou seja, uma sociedade em que a ciência cada vez mais é sinônimo de progresso e crescimento socioeconômico. Por isso, a especialização histórica e recorrente das tecnologias da informação para o atendimento, via o discurso de divulgação científica, de demandas sócio-históricas e da necessidade de a ciência circular no

social constituindo seu efeito de exterioridade, o que em termos políticos representa investimentos e incentivos.

Disso decorre que, no momento em que os lingüistas valem-se desse meio de circulação social da ciência eles estão inscrevendo textos em um mercado de informação que funciona utilitária e pragmaticamente quanto às finalidades atribuídas aos objetos divulgados. E isso assim significa mesmo para o caso de Mattoso Câmara nos anos 50, porque a sociedade da informação hoje é uma continuidade de um processo político-histórico que relaciona ciência com sociedade e tecnologias da informação.

A questão em foco é que manifestar-se quanto à língua pode ser benéfico em termos de investimentos e reconhecimento da ciência, porém pode ser um movimento reverso na própria constituição da ciência na relação com seu objeto. Afinal, a mídia dá visibilidade àquilo que noticia, mas não se pode negar o seu funcionamento e a sua circulação próprios, cuja informação significa mercadoria, produto a ser consumido. A língua objeto de divulgação na mídia também é produto a ser adquirido. Por isso, talvez, o gesto de interpretação de que tratamos em subseção anterior (2.3) quanto ao trabalho dos lingüistas singularize-os pela iniciativa de manifestação em prol da ciência, mas reproduza a política científica do Estado. Isso significa que, em lugar de propor um questionamento sobre a concepção de ciência às políticas públicas, ou seja, de provocar interpretação, os lingüistas acabem por inscrever a lingüística e também as ciências da linguagem como um todo na perspectiva empírica que predomina quanto às políticas de ciência e à mídia em geral. Daí proposições diversas que circulam no imaginário social sobre as ciências da linguagem como um campo de conhecimento positivista, cujo objeto é transparente e reproduz o pensamento de sujeitos empíricos: um *a priori* histórico, como diria Foucault (1999), da problematização do modo de ser do homem que ressoa na cientificidade das ciências humanas em geral.

Como todo dizer é um gesto político, conforme Orlandi (2004), porque toda significação tem uma direção, divide, nesse caso estamos tratando, portanto, de conseqüências sociais relevantes, em que pese a força do imaginário que a língua enquanto objeto de divulgação produz na língua objeto de conhecimento. É a produção de um movimento pelo 'novo', pelo outro possível, cuja argumentatividade da mídia 'retarda', reforçando o 'velho', o já instituído, sem desmistificá-lo.

Em consonância a esse possível movimento reverso, ao participarem do processo em que a língua significa como objeto de divulgação, os lingüistas não vão figurar apenas como divulgadores. Eles podem significar também no lugar de mercantilizadores, porque propõem a circulação em um mercado de informações do seu próprio objeto de conhecimento.

É nesse lugar assumido em meio a um mercado que vemos residir, de maneira mais 'incisiva', o político na prática de divulgação, em que pesem as conseqüências decorrentes. Além das já mencionadas, também o fato de que a informação como mercadoria significa na relação com os benefícios nela divulgados (cf. item 1.3 desta dissertação), de modo que, se há recorrência da boa comunicação como capital social e cultural no mercado da língua, o benefício seria o próprio imaginário da condição de cidadania, ou seja, de significação de um sujeito em relação ao Estado e à sociedade.

Neste ponto, voltamos aos traços de uma história na qual todos devem poder adquirir uma língua (PFEIFFER, 2002), a língua portuguesa, cujo saber tradicionalmente ensinado na escola pressupõe sítios de significância que colocam o sujeito da República em condições de dívida, dever. Isso porque a língua acessível a todos pela democratização é a língua culta, a sistematizada e imaginária do Estado, e todos, portanto, devem aprendê-la eficazmente para a efetivação da cidadania, o que cria, por outro lado, o efeito qualitativo de incapacidade. Desse modo, "todos estão 'incluídos', mas uns têm competência, outros, conhecimento sofrível" (ORLANDI, 2002).

Esse posicionamento do sujeito como incapaz, conforme Pfeiffer, é apenas uma substituição de relações de poder dentro dos próprios sentidos de igualdade: "ser capaz de adquirir eficazmente esta língua exterior ao sujeito permitirá ao mesmo ocupar o lugar de autorização sobre o dizer dos 'outros', os incapazes" (2002, p.15). E a escola, por sua vez, imputa ao sujeito a necessidade de evolução, colocando-o em uma posição desde sempre embrionária em relação à cidadania, frente ao que o uso efetivo da língua nacional não é senão um dos méritos a serem alcançados. Esse é um modo de 'pedagogizar' a cidadania, como se já não fôssemos cidadãos e precisássemos ir à escola para sê-lo (ORLANDI, 2004). No caso da língua, aprendendo, por exemplo, a não falá-la como se fosse uma língua estrangeira mal dominada ou usando clichês.

Ao mesmo tempo em que o sujeito fracassa diante da língua, fracassa o ensino do mesmo modo. Incorre em tal processo, então, o 'reforço' do discurso de divulgação científica paliativamente frente ao imaginário de incapacidade e resistências do sujeito, bem como de faltas do/no ensino. Por isso, a circulação de informações sobre a língua enquanto um produto de mercado, ressoando predominantemente sentidos de valorização da língua nacional.

Mas, em se tratando de processo discursivo, não podemos deixar de considerar ainda que a unidade, herança do universalismo iluminista, hoje tem seu espaço questionado pela diversidade, tendo em vista a globalização em sentidos econômicos e sua 'incidência' quanto à mundialização. Em termos de língua isso significa que as variações possíveis de uma mesma língua têm exigido o combate ao preconceito lingüístico, o que observamos manifesto nos próprios textos de José Luiz Fiorin. No entanto, ao mesmo tempo, a língua nacional é nessas condições supervalorizada frente ao incentivo do conhecimento também de outras línguas, porque este é um jogo de poder político-econômico.

O confronto de unidade x diversidade apenas agrava as questões de responsabilização do sujeito. Afinal, quando falamos em sociedade da informação ou sociedade do conhecimento (cf. item 1.3), referimos a necessidade de os sujeitos serem capazes de dominar múltiplas linguagens, de compreender saberes alternativos em busca de sucesso. E o concernente à língua nada mais é do que o multilingüismo, que reforça a potencialidade de várias línguas cujo saber é tido como importante para o sujeito a quem se exige um grau cada vez maior de profissionalização e especialização, no caso, pelo domínio de diferentes línguas. A responsabilização, no entanto, ressoa no idéia de que se o sujeito domina várias línguas, ele precisa dominar antes e, sobretudo, a sua língua nacional, residindo nisso a política de língua do/para o Estado, frente à qual o discurso de divulgação científica 'posiciona-se', especializando o mercado da língua em diferentes materialidades que representam as variadas manifestações de divulgação ao longo da formação sócio-histórica.

Ao referirmos tal especialização dos meios, não estamos de modo algum tratando de instauração de sentidos que rompem com a ordem do repetível, e sim de deslize de sentidos na (des)continuidade da história, de jogo entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2002), efeito da evolução da sociedade e das tecnologias da

linguagem, na constante (re-)significação do discurso de divulgação científica frente à modernização dos meios de comunicação disponíveis e à sua busca por sempre atender às sucessivas demandas sócio-históricas de cada contexto. Isso significa no próprio processo discursivo problematizado nesta pesquisa. *A Cigarra Magazine* era um periódico rotulado como feminino, portanto não voltado para a língua em si, de modo que as suas condições de produção significam na organização da textualidade das notícias críticas que Mattoso Câmara produzia sobre obras recentemente lançadas acerca dos estudos da língua e da linguagem. Já a revista *Língua* representa um outro momento da mídia de (re-)inscrição na história das relações de mercado e, com isso, de oferta de um periódico de circulação nacional próprio às questões da língua. Para tanto, há no próprio título do periódico a evocação do nome da língua nacional, a língua portuguesa, o que ao abrigar o múltiplo na unidade, potencializa-a (Id., 2007).

Em se tratando de outras materialidades, fora a revista *Língua Portuguesa*, foi lançada no ano de 2006 também a *Discutindo Língua Portuguesa*<sup>41</sup> (Editora Escala Educacional), outra revista de vulgarização do conhecimento que acena para discussões pluridisciplinares em torno da língua portuguesa, novamente evocada como título. *A Discutindo Língua Portuguesa* apresenta-se à comunidade escolar como meio possível para trocas de informações de educadores em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, de discussão e reflexão sobre práticas escolares de ensino/aprendizagem. Seu projeto editorial parte então da prática escolar da disciplina Língua Portuguesa, na qual tradicionalmente privilegia-se o ensino da modalidade culta da língua, para uma proposta de superação por meio da referência a outras pautas concernentes aos debates sobre linguagem<sup>42</sup>.

Nessas mesmas condições, em termos de divulgação, no ano de 2006 foi inaugurado o *Museu da Língua Portuguesa*. Explorando efeitos tecnológicos variados, com mídia de som, vídeo e imagens de grande projeção, o museu é um espaço interativo que coloca em foco a língua portuguesa, marcando a contradição entre a unidade da língua e a diversidade, via o slogan *A língua é o que nos une*. O lugar de instalação nada mais é do que a Estação da Luz, em São Paulo/SP, espaço

---

<sup>41</sup> Nesta pesquisa, a *Discutindo Língua Portuguesa* não foi trabalhada tendo em vista a irregularidade de autoria de textos de lingüistas.

<sup>42</sup> Fonte: <[www.discutindolinguaportuguesa.com.br](http://www.discutindolinguaportuguesa.com.br)>

onde se deu o primeiro contato dos imigrantes com o idioma no fim do século XIX<sup>43</sup>. Sobretudo, o *Museu da Língua* é um espaço de divulgação que, para além de um ambiente que proporciona contato de vários sujeitos com conhecimentos múltiplos, muitas vezes não correspondentes ao saber enciclopédico, é uma forma de acenar para a língua enquanto uma materialização histórica, a língua que caracteriza um povo, potencializando-a também por sua memória, mas, especialmente, enquanto um patrimônio da nação, residindo nisso a sua força simbólica (cf. Davallon, 2005). Daí, novamente, a língua como um bem de mercado reforçando e lembrando a língua nacional.

---

<sup>43</sup> Fonte: <[www.estacaodaluz.org.br](http://www.estacaodaluz.org.br)>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, Joaquim Mattoso Câmara Jr. e José Luiz Fiorin figuraram em detrimento de tantos outros lingüistas e estudiosos no campo da língua e da linguagem que produzem textos para periódicos de mídia. Referendá-los possibilitou-nos explorar exemplos de sujeitos da ciência que participam do processo discursivo da língua como objeto de divulgação fazendo dele um pretexto para manifestações retóricas que partem da língua objeto de conhecimento em um movimento de informação e mesmo de alerta à sociedade em geral, em que pese a comunidade científica, de que por trás do senso comum recorrente no imaginário da língua há uma ciência que precisa de reconhecimento porque trata cientificamente daquilo que constitui sujeitos e sentidos e que, por isso mesmo, merece tanta atenção de políticas públicas e mesmo da mídia em si quanto às demais ciências.

O posicionamento de ambos os lingüistas como divulgadores é um movimento tenso, sobretudo, contra políticas públicas de língua e de ciência e que os singulariza enquanto cientistas embora, ao mesmo tempo, no funcionamento da mídia, possa resultar no movimento de reprodução dessas mesmas políticas, fazendo dos divulgadores também mercantilizadores da língua. Afinal, a língua é produto no mercado da divulgação, mas isso não torna os lingüistas em questão parasitas de mercado interessados em um comércio - no sentido lato - de purificações e apontamentos do certo e do errado na língua, e sim mercantilizadores que propõem informação propriamente.

Nesse sentido, o que era pretexto significa inevitavelmente como produto, uma informação que o sujeito adquire para algum fim. Especialmente, no processo discursivo, a recorrência de um fim comunicacional, sustentado pela significação pragmática do sujeito que o responsabiliza pelas suas práticas enquanto cidadão, ou seja, frente a um Estado cuja unidade e identidade são conferidas pela língua nacional. Tocarmos no lugar-comum da significação da língua como objeto de divulgação pode parecer trivial de nossa parte, entretanto entendemos que não é demais denunciá-lo porque a política do dizer, ao se constituir, ressoa na política do silêncio (cf. Orlandi, 1995), ou seja, naquilo que é dito em detrimento do que não é dito e fica silenciado na margem. Este recorte no sentido, que recebe visibilidade

na/pela mídia, circula no social constituindo as coisas-a-saber, tecendo a trama das relações cotidianas do sujeito com o conhecimento. Outra questão que merece atenção neste ponto é a própria significação das ciências da linguagem que, assumindo uma realidade empírica no imaginário social, apenas reproduz e não provoca, não questiona, não resiste em sua própria constituição, reduzindo-se a um sentido único e impulsionando o mercado na busca por uma língua sem falhas.

Referendar o processo discursivo da significação da língua como objeto de divulgação nos faz problematizar, portanto, a própria significação do político. Para discutir o político, Orlandi explora o que ela designa como domínios de des-dizer, ou seja, espaços em “que dizes se antecipam para estancar sentidos, para ‘pregar’ (grudar) sentidos onde há um possível outro dizer” (1998, p.9). O político, desse modo, significa em meio a uma multiplicidade dos sentidos que circulam no espaço do possível, das diferenças, procurando imprimir direção a eles, a partir do que se tem segmentado como próprio, dominante.

Mas o político também é lugar da tensão, do confronto entre o legitimado, do que se quer letigimar, domínios de lutas por inclusão e, nesse caso, por que não também de resistências? E a produção dos textos pelos lingüistas, apesar da possibilidade de circunscrever-se no modo utilitarista da mídia, é um gesto político porque de tensão e resistência frente às políticas públicas, à comunidade científico-acadêmica e à sociedade em geral, que em geral vêem na língua a condição apenas de ferramenta de comunicação.

O político significou neste trabalho, predominantemente, pelo funcionamento em forma de políticas de língua e de ciência, junto à ideologia, em uma tensão de sentidos que perpassaram tanto a prática de divulgação do sujeito da ciência quanto a constituição do discurso de divulgação científica. Sobre a língua como objeto de divulgação, ou seja, enquanto informação, ele funcionou como uma reprodução dos argumentos que dão sustentabilidade ao Estado: ciência e língua. Daí o que Orlandi menciona sobre a informação ser uma questão do Estado (Ibid.). Mas a própria autora questiona: até que ponto o Estado é responsável pelo aparato da informação, controlando-o?; e até que ponto o Estado produz algo que é o político e que está na base da interpretação da mídia? Nós, aqui, vamos reproduzir os mesmos questionamentos, mas deixando-os ‘em aberto’, até porque fazer das políticas do Estado uma incidência no funcionamento da mídia seria ter de admitir que os

lingüistas não estão provocando movimento tenso algum no processo discursivo, senão em sua própria significação enquanto sujeitos da ciência. E a reflexão que produzimos é apenas um início de problemática...

De qualquer modo, o que observamos é que essa relação entre ciência, Estado e tecnologias da informação produz algo que é língua enquanto objeto de divulgação e produto no mercado, cujo sentido predominante é, no dizer de Pêcheux (1990, p.11), uma “maneira política de negar a política”. Entre outras, a consequência que incorre é um sujeito que pode resistir, mas que ao mesmo tempo pode ser marginalizado ao ‘cair fora’ da norma (ORLANDI, 2005). E quando falamos em marginalização, não estamos referindo apenas preconceito lingüístico, e sim, sobretudo, uma organização de sociedade segregada (Ibid.).

Mesmo percebendo a inquietude ainda de muitas questões pertinentes à temática discutida que avultam para reflexão, esperamos ter produzido um estudo que contribua para as pesquisas sobre a língua, especialmente em se tratando de objeto de divulgação. Cremos que, nesta dissertação, ao propormos acenar a presença da língua na mídia, constituída em termos de informação, chamamos atenção para o jogo unidade x diversidade na/pela língua e, do mesmo modo, para o fato de que ela é mais um entre outros objetos cujos saberes circulam na sociedade do conhecimento, uma sociedade na qual a formação é cada vez mais incentivada e ao mesmo tempo ‘atropelada’ e muitas vezes ‘substituída’ - e não apenas enriquecida - pela informação em seus sentidos paliativos e acumulativos. Este é um modo de significação sócio-histórico cuja diversidade epistemológica Boaventura de Sousa Santos muito bem resume afirmando: “não há conhecimentos muito diversos no mundo sobre a matéria, a vida, a sociedade; há também muitas e muito diversas concepções sobre o que consta como conhecimento e os critérios da sua validade” (2006, p.144).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ. 1998. Jacqueline. **Palavras Incertas**: as não-coincidências do dizer. Traduzido por C. C. Pfeiffer, G. P. Godoi [et.al.]. Campinas: EDIUNICAMP, 1998. p.107-25.

BEACCO, Jean-Claude; MOIRAND, Sophie. Autour des discours de transmission des connaissances. In: MAINGUENEAU, Dominique (org.) [et.al.]. **Langages**. Les analyses du discours en France, ano 29, n.117, mar.95, p.32-53.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1998. p.23-80.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Traduzido por P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.23-80.

DAVALLON, Jean. Entrevista com Jean Davallon. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Três olhares de além-mar: o museu como espaço de divulgação da ciência, v.12, p.356-9, 2005. Entrevista concedida a L.S.Koptcke e L.Massarani. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/hcsm/v1250/17.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1250/17.pdf)> Acesso em: 19.jun.06.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco**. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p.21-32.

FIORIN, José Luiz. [Entrevista]. In: CORTEZ, Suzana; XAVIER, Antonio Carlos. **Conversas com lingüistas**. Virtudes e controvérsias da lingüística. São Paulo: Parábola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.475-91.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Traduzido por B. Mariani; M. E. C. de Mello. Campinas: Pontes, 2004. p.19-26.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p.17-25.

GUIMARÃES, Eduardo. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes: 2001.

\_\_\_\_\_. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes: 2001a.

\_\_\_\_\_. Política científica e produção de conhecimento no Brasil (Uma aliança tecnológica?). In: \_\_\_\_\_ (org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Política, Ciência, Divulgação. Campinas: Pontes: 2003. 2.v.

\_\_\_\_\_. **História da Semântica**. Campinas: Pontes, 2004. p.11-9.

\_\_\_\_\_. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.52, n.2, abr.-jun. 2005. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20.jun.07.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001. p.21-38.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J.H. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. Linguagem, história e conhecimento. Campinas: Pontes, 2006.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Traduzido por E. P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1987.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: \_\_\_\_\_; Campos, Maria do Carmo (orgs.). **Discurso, Memória, Identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

JACOBI, Daniel. Auteurs et lecteurs de la recherche. Une illustration de la thèse de la continuité. **BBF** - Dossier Vulgarisation Scientifique, Paris, 6: 484-91, 1984. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/sdx/BBF/frontoffice/1984/06/document.xsp?id=bbf-1984-06-0484-003/1984/06/fam-dossier/dossier&statutMaitre=non&statutFils=non>>. Acesso em: 20.jun.07.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. 24.ed. Traduzido por I.Blikstein; J.P.Paes. São Paulo: Cultrix, 2007. p.118-62.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: histórias e práticas. Traduzido por M. Macionilo. São Paulo: Parábola, 2007. p.59-62.

MOIRAND, Sophie. Formas discursivas da difusão de saberes na mídia. Traduzido por E. P. Orlandi. **RUA**, Campinas, 6: 9-24, 2000.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3.ed. Campinas: EDUNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. As políticas no político: falas que preconcebem. In: MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). RJ: Revan; Campinas: EDUNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. Campinas: Pontes, 2001. p.135-148.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Fontes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004. p.129-49.

\_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, 2., 2005a, Porto Alegre. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Um fato, um acontecimento, uma história: idéias lingüísticas no Brasil. **Relatos**, n.6. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_06.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html)>. Acesso em: 26.jan.06.

\_\_\_\_\_. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por J. H. Nunes. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, 19: 7-24, jul.-dez.1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Traduzido por E. P. Orlandi [et.al.]. Campinas: Fontes, 1995. p.87-94; 159-238.

\_\_\_\_\_. Ler o Arquivo Hoje. Traduzido por M.G.L.M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. (org.) [et.al.]. **Gestos de leitura**. Da História no Discurso. 2.ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 3.ed. Traduzido por E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PFEIFFER, Claudia C. O lugar do Conhecimento na Escola. Alunos e Professores em Busca da *Autorização*. **Escritos**, Campinas, 7: 9-20, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Coleção para um novo senso comum. v.4. São Paulo: Cortez, 2006. p.137-65.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960). **Confluência**, Rio de Janeiro, n.20, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr.** 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.15-28.

## TEXTOS DE APOIO E FONTES ELETRÔNICAS

**A REVISTA.** Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br>>. Acesso em: 10.mar.07.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. Notícia Crítica sobre *O ensino do latim* (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, e *Didática Especial do Português* (para o curso secundário), de Legeodário Amarante de Azevedo Filho. **A Cigarra Magazine**, Rio de Janeiro, n.3, mar.1958, p.123.

\_\_\_\_\_. Notícia crítica sobre *Pontos de Gramática Histórica*, de Ismael de Lima Coutinho. **A Cigarra Magazine**, Rio de Janeiro, n.8, ago.1958, p.34.

\_\_\_\_\_. Notícia crítica sobre *Exercícios de Português*, de M. Cavalcanti Proença. **A Cigarra Magazine**, Rio de Janeiro, n.8, ago.1959, p.12.

\_\_\_\_\_. Notícia crítica sobre *100 textos errados e corrigidos*, de Hamílton Elia e Sílvio Elia. **A Cigarra Magazine**, Rio de Janeiro, n.8, ago.1959, p.12-3.

\_\_\_\_\_. Notícia crítica sobre *Pequena Gramática para Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*, de Adriano da Gama Kury. **A Cigarra Magazine**, Rio de Janeiro, n.10, out.1959, p.40.

FIORIN, José Luiz. As línguas mudam. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n.24, 2007, p.38-9.

\_\_\_\_\_. Linguagem, realidade e pensamento. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n.21, 2007, p.36-7.

\_\_\_\_\_. Mitos do senso comum. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n.26, 2007, p.36-7.

\_\_\_\_\_. O poder criador da linguagem. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n.22, 2007, p.54-5.

\_\_\_\_\_. Painéis da Variedade. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n.23, 2007, p.38-9.

PEREIRA Jr., Luiz Costa. **Sobre a Revista Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br>>. Acesso em: 10.mar.07.

QUEIROZ, RACHEL. Correspondência. **O Cruzeiro**, São Paulo, out.59. Disponível em: <[http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/17101959/171059\\_7.htm](http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/17101959/171059_7.htm)>. Acesso em: 03.jan.08.

**REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA**. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br>>. Acesso em: 10.mar.07.

**SCIAM NO MUNDO**. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/sciam/>>. Acesso em: 15.mai.07.

<<http://www.associados.com/fundador.php>> Acesso em: 25.nov.07.

<<http://www.discutindolinguaportuguesa.com.br/>> Acesso em: 11.mar.07.

<<http://www.editorasegmento.com.br/>>. Acesso em: 11.mar.07.

<[www.estacaodaluz.org.br](http://www.estacaodaluz.org.br)> Acesso em: 15.jul.06.

<[http://www.holtzbrinck.com/blatt/d\\_htz\\_start](http://www.holtzbrinck.com/blatt/d_htz_start)>. Acesso em: 15.abr.07.

<<http://www.sciam.com/>> Acesso em: 19.mai.07.

<<http://www.portugues.com.br>>. Acesso em: 22.mai.07.

<<http://revistalingua.uol.com.br>>. Acesso em: 10.mar.07.

<<http://www.puc-campinas.edu.br/centros/clc/jornalismo/projetosweb/2003/Semanade22/delpicchia.htm>> Acesso em: 25.nov.07.

<<http://lattes.cnpq.br>> Acesso em: 04.jan.08.

<[www.sbpnet.org.br](http://www.sbpnet.org.br)> Acesso em: 12.nov.06.

## ANEXOS

ANEXO A – Expediente de *A Cigarra Magazine*, de agosto de 1958.

**A CIGARRA**  
MAGAZINE

PROPRIEDADE DO ESTABELECIMENTO  
"A CIGARRA" S. A.

**PRESIDENTE**  
Amélia Whitaker Gondim de Oliveira

**DIRETOR-GERENTE**  
Leão Gondim de Oliveira

**DIRETOR-SECRETARIO**  
Austregesilo de Athayde

**DIRETOR**  
Frederico Chateaubriand

**REDAÇÃO**  
**SECRETARIO**  
Herberto Sales

**ASSISTENTE**  
Jurandir Chagasca

**CHEFE DE REPORTAGEM**  
Lédo Ivo

**REDATORES**  
Reginaldo Fortuna, João Bethencourt  
e Dulce G. Carneiro

**PAGINADOR**  
Amílcar de Castro

**DEPARTAMENTO FOTOGRÁFICO**  
Armando Rosário, Hélio Santos e  
Moacyr de Lacerda

**ASSESSORES**  
Eraldo de Almeida e Orlandino Rocha

**ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSISTENTE TÉCNICO**  
Manoel Lopes de Oliveira

**PUBLICIDADE**  
**DIRETOR**  
João Serpa

**ASSISTENTE**  
Hélio Le Blanco



MONAH DELACY

"Ektachrome" de Hélio Santos —  
V. reportagem na página n.º 26.

1958 - Ano 44 - N.º 8 - Cr\$ 20,00

♦

Redação e Administração: Rua do  
Livramento, 189/203. Telefones:  
43-4977 e 23-1733 (trêse interna).  
— Publicidade: Rua Sacadura Car-  
bral, 103, 9.º andar. Telefone:  
43-7293. Endereço telegráfico:  
Constelação. ♦ Sucursais: São Paulo:  
Rua 7 de Abril, 230, 6.º andar. Te-  
lefone: 36-6241. Belo Horizonte:  
Rua Goiás, 34. Telefone: 2-0944.  
Recife: Praça da Independência, 12.  
— Publicidade em São Paulo: Ser-  
viços de Imprensa Ltda. (SILA.)  
Rua 7 de Abril, 230, 6.º andar. Te-  
lefones: 34-6277 e 34-4181. "Dí-  
rios Associados". ♦ Assinatura anual  
para o Brasil: Cr\$ 180,00. Sob re-  
gistro: Cr\$ 240,00.

ANEXO B – Sumário de *A Cigarra Magazine*, de agosto de 1958.

A G Ô S T O	
Sumário	
<b>REPORTAGENS</b>	
Desquite: longe dos olhos, longe do coração .....	8
A campeã vai ser dona de casa .....	14
Anastácia: o maior enigma do século .....	20
Os premiados pela Academia .....	36
Althea Gibson: a glória numa raqueta .....	38
Correndo o mundo o Nordeste de Aldemir .....	42
A arte de desfilar .....	44
Os cães também têm sangue azul .....	52
A mulher é a maior vítima do câncer .....	56
Madame Pompadour .....	58
Voltam os ídolos da infância do cinema .....	84
Sangue novo no teatro .....	92
As fadas da era atômica .....	96
O amor de Mike ficou nas imagens de Liz .....	104
A Menina e o tempo .....	112
Ivone: a beleza mora no subúrbio .....	116
Nossa Senhora da Glória leva a carioca ao outeiro .....	126
<b>HUMORISMO</b>	
Borjalo .....	4
Fortuna .....	76
Ziraldo .....	102
Ponto Final .....	130
<b>MODAS</b>	
Viagem e elegância .....	28
De Paris para o Brasil .....	118
<b>HISTÓRIAS</b>	
Confusão de sentimentos .....	79
Juramento .....	108
<b>SEÇÕES &amp; VARIEDADES</b>	
Tapete mágico .....	6
<b>CRÔNICAS &amp; ARTIGOS</b>	
Livros .....	34
? .....	48
Cruzadas .....	50
Culinária .....	68
Nossos filhos, nossos problemas .....	100
Concurso de contos .....	106
Utilidades domésticas .....	114
Horóscopo .....	122
Conheça o seu futuro .....	124
c o n v e r s a   a o   p é   d a   p á g i n a	
<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A CIGARRA não pode deixar de sentir um certo orgulho: dos oito prêmios distribuídos pela Academia Brasileira de Letras, três couberam a colaboradores nossos: Rachel de Queiroz, Lêdo Ivo, Darci Ribeiro. (Pág. 36.)</li> <li>◆ Muitos são chamadas, tôdas são eleitas. A mulher brasileira espria suas vocações. (Pág. 14.)</li> <li>◆ Duas mças americanas brilharam no tênis de 58: uma do Norte, uma do Sul. Esta é a primeira de uma série de duas reportagens. (Pág. 38.)</li> <li>◆ Há modelos de virtude, modelos de loquacidade, modelos de malícia. Dos mais interessantes, porém, é a modelo mesmo. (Pág. 44.)</li> <li>◆ Tôdas as vítimas da revolução russa encarnaram-se neste mito. Sua figura continua a ser o maior enigma do século. (Pág. 20.)</li> <li>◆ Um dos problemas mais aceros da vida brasileira. Impossível deixar de ser ou pró ou contra. Haverá solução? (Pág. 8.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O mal vai sendo debelado. Aos poucos, é verdade; mas já se notam resultados, vitórias no combate pela proteção à mulher. (Pág. 56.)</li> <li>◆ De 1900 para cá surgiu uma nova maneira de registrar o desfile da vida, a passagem do tempo. E como mudam as coisas em meio século! (Pág. 84.)</li> <li>◆ Lá onde se acham, as caluniadas pela História talvez ainda se contentem com uma reabilitação tardia. Especialmente se foram coquetes, cocottes e belas. (Pág. 58.)</li> <li>◆ Algumas vivem do espetáculo, algumas são o próprio espetáculo, e algumas contribuem com o vigor de suas presenças renovadoras. (Pág. 92.)</li> <li>◆ O melhor amigo do cão é, sem dúvida, o homem. Só o trabalho que lhe dedica justifica o velho ditado. (Pág. 52.)</li> <li>◆ Declina o sol atrás da colina, declina agosto na ladeira do Outeiro, na devoção de Nossa Senhora da Glória, amém. (Pág. 126.)</li> </ul>

ANEXO C – Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre as obras **O ensino do latim** (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, e **Didática Especial do Português** (para o curso secundário), de Leodegário Amarante de Azevedo Filho.

**O ENSINO DO LATIM (Doutrinas e Métodos) – Sílvio Elia – Livraria Agir Editora – Rio de Janeiro, 1957.**

**DIDÁTICA ESPECIAL DE PORTUGUÊS (Para o curso secundário) – Leodegário Amarante de Azevedo Filho – Conquista – Rio de Janeiro, 1957.**

Estas duas obras, publicadas nos últimos dias de 1957, focalizam o problema do ensino do latim e do português, na Escola Secundária.

Sílvio Elia encarou o tema, de um ponto de vista cultural e filológico, com a segurança que era de esperar. Êle tem, em verdade, a visão nítida do que deve representar o ensino do latim para o brasileiro de boa instrução: em primeiro lugar, um “background” para compreender a estrutura da sua língua materna, ligada à latina, duplamente, pela origem e pela ação da erudição clássica, que desde o Século XV tanto a enriqueceu; em segundo lugar, um meio de penetrar na cultura antiga, que, como matriz do mundo ocidental moderno, tem de ser reconhecida em profundidade para a boa compreensão da nossa própria cultura.

É inútil dizer que ambos os desideratos não estão sendo satisfeitos com o atual ensino do latim e que urge uma reforma de base neste particular.

Sílvio Elia traz-nos uma contribuição para isso num trabalho em que colaboram o seu preparo lingüístico e filológico, a sua segurança de latinista, a sua experiência didática e – “last but not least” – o seu equilíbrio de pensamento, embora uma ou outra vez gostássemos de vê-lo mais incisivo contra a rotina (cf. p. 47 a propósito da pronúncia do latim).

Já Leodegário de Azevedo pôs a ênfase, de preferência, na pedagogia “lato sensu” e na psicologia do adolescente. Sob êste aspecto, o seu livro é utilíssimo aos professores de português, que em regra se deixam absorver pela matéria a ensinar e não praticam uma pedagogia estruturada num sistema coerente.

Isto não quer dizer que o Autor também não considere os aspectos técnicos de ensino gramatical e filológico dentro de boa doutrina, o que não nos surpreende dados os laços mentais que o ligam à figura de Clóvis Monteiro. Apenas ocorreriam certas restrições de detalhe; assim, não é exato dizer que Camões empregou a forma arcaica “fruito” no episódio Inês de Castro (p. 97): lá se encontra a grafia “fructo”, que Epifânio Dias interpretou um tanto cerebrinamente naquele sentido, sendo porém contestado por José Maria Rodrigues de maneira que parece cabal.

J.M.C.J.

ANEXO D - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra **Pontos de Gramática Histórica**, de Ismael de Lima Coutinho.

**PONTOS DE GRAMÁTICA HISTÓRICA – Ismael Lima Coutinho – 4ª edição revista e aumentada – Livraria Acadêmica (Biblioteca Brasileira de Filologia – Nº4), Rio de Janeiro, 1958.**

Ismael Lima Coutinho é uma das figuras mais respeitáveis nos estudos de filologia portuguesa. Para êles traz, além de grande conhecimento específico, os seus predicados de latinista e helenista e um amplo domínio bibliográfico, facilitado pela sua capacidade de leitura fluente em alemão, o que lhe dá acesso direto à rica literatura de lingüística e filologia românica nesse idioma. A isto se alia grande lucidez e ponderação intelectual, de par com não menor probidade e exaço no trabalho.

Assim, a sua “Gramática Histórica”, na feição que adquiriu a partir da 3ª edição, é um guia excelente para os professores universitários, os professores secundários de português e os leitores interessados em filologia. Situa-se em alto nível e, em cotejo com obras clássicas de Cornu, Huber, Nunes e Ed. Williams, se tem menor aprofundamento da matéria em certos pontos, compensa-o por uma visão mais ampla e uma base mais explícita de lingüística geral. Acresce a exposição clara, metódica e atraente, muito superior à apresentação compacta de Cornu, ao estilo de difuso e descosido de Nunes e à secura de formulação de Huber e Williams.

Também gostaríamos de reconhecer-lhe sobre aquelas obras a vantagem de um enfoque novo, de base estruturalista e funcionalista; mas Ismael Lima Coutinho não tomou para divisa a frase vergiliana – “Tentando via est”. Preferiu o caminho, já bem palmilhado, aberto pelas elocubrações neogramáticas. Daí, só em nota (e de maneira muito rápida e incompleta, que nem leva em conta a escola norte-americana), o referir-se marginalmente ao conceito de fonema, sem procurar aproveitá-lo no texto, numa explicação que lhe estaria sugerida, por exemplo, na “Economie” de Martinet e na “Entwicklung...” de Hemut Lütdke, trabalhos que não inclui em sua Bibliografia.

É, porém, regra salutar, no trato dos livros, a de não exigir de uma boa obra aquilo que ela não pretendeu nos dar e apenas julgá-la pelo que ela quis ser.

Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “Gramática Histórica”, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou.

J.M.C.J.

ANEXO E - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra **Exercícios de Português**, de M. Cavalcanti Proença.

**EXERCÍCIOS DE PORTUGUÊS – M. Cavalcanti Proença – Antunes (editor) – Rio de Janeiro, 1959.**

O problema da aprendizagem gramatical é dos mais complexos e importantes no ensino da língua vernácula. Não é, em verdade, possível limitar-se o professor a verificar o aproveitamento do seu ensino teórico, de maneira indireta, através do que escrevem os alunos em composições escolares. Nem o ensino teórico pode ser dado apenas “in abstracto”, sem o esteio de aplicações repetidas. Daí, a necessidade de organizá-la diuturnamente para a classe, e a vantagem de ter o professor à sua disposição livros como êstes “Exercícios de Português”, que o aliviam de muito em tal tarefa.

É um pequeno trabalho composto para o ensino na Academia Militar de Agulhas Negras, pois as nossas escolas superiores das Fôrças Armadas se preocupam com razão em adestrar os futuros oficiais no manuseio da palavra, que não é menos eficiente no campo psicológico do que, noutro campo, o são as bombas e as metralhadoras.

Em Agulhas Negras, a língua vernácula está a cargo de Cavalcanti Proença, que é um belo exemplo de militar interessado nas Humanidades e destas em particular na língua literária. A filologia brasileira já lhe deve o excelente estudo sôbre “Ritmo e Poesia” e um “Roteiro de Macunaíma”, que é um modelo de apreciação crítica à luz da exegese lingüística. Nunca é demais louvar o cultivo das Humanidades entre os especialistas de profissão técnica, mormente em se tratando de militares, onde só as Humanidades podem humanizar uma técnica que se destina em essência a destruir os homens e só existe pelas tristes contingências que nos impõe o atraso moral do mundo.

O Autor foi muito feliz na seriação, escolha de temas e execução dos exercícios que compendia em seu livro. Ainda aqui se vê como é vantajoso que as obras elementares sejam feitas por pessoas igualmente capazes de outras de nível muito mais alto. Ao contrário do que às vêzes se diz, o conhecimento profundo da língua não prejudica o professor elementar de português, mas antes lhe dá a visão exata para ser eficiente dentro da verdade lingüística. O mau professor é o de conhecimentos por demais limitados, ou que se julga um sábio quando não passa de um sabichão.

Não é de hesitar, pois, recomendar-se êste livrinho aos nossos professôres da língua vernácula, e ainda mais aos estudantes que queiram progredir por si, visto que a “Chave” final dos “Exercícios” propicia o tipo de “aluno sem mestre”.

Só num ponto cabe uma restrição a Cavalcanti Proença: quanto à sua maneira (usual entre nós infelizmente, é certo) de citar as consoantes, escrevendo a letra correspondente seguida de um “ê”. Com isso se tem uma sílaba – “guê”, “pê”, “chê” – mas nunca a referência ao som consonântico simples. O que se impõe é grafar apenas uma letra consoante, tomada para representação gráfica permanente do elemento fonético, e colocá-la entre barras – /g/, /p/, /x/. Assim se dissocia, além do mais, a transcrição fonética em face da ortografia usual, cujas convenções passam a ser mais bem compreendidas pelos alunos, fazendo-os sentir a perenidade fonética em meio à diversidade ortográfica, ou a mudança fonética apesar da imutabilidade da letra na escrita vigente.

J.M.C.J.

ANEXO F - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra **100 textos errados e corrigidos**, de Hamilton Elia e Sílvio Elia.

**100 TEXTOS ERRADOS E CORRIGIDOS – Hamilton Elia e Sílvio Elia – J Ozon Editor – Rio de Janeiro, 1959.**

Os Autores dêste livrinho são duas figuras das mais conceituadas no nosso meio filológico contemporâneo. Sílvio é bem conhecido do público que se interessa por assuntos lingüísticos e filológicos, como o abalizado teorista de “O Problema da Língua Brasileira” e das “Orientações da Lingüística Moderna”. Hamilton, de projeção mais restrita, é justamente apreciado entre os seus colegas de magistério pela segurança e lucidez dos conhecimentos, ainda há pouco demonstradas num concurso de Latim para professor da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O escopo do livrinho é atender ao interêsse geral por êsse tipo de aprendizagem da língua, o qual confesso não ser do meu agrado: pois, além de psicologicamente contraindicado (uma vez que tende a fixar na memória o errado ao lado do certo), desgarrar-se não raro numa formulação artificial com reunir numa mesma frase erros díspares, porque privativos de níveis mentais e sociais diversos.

Entretanto, a presente obra vale muito menos pelo que anuncia em seu título do que como Pilatos no Credo, para ensejar um debate dos mais lúcidos sôbre vários pontos incertos ou controvertidos. Aí sobressai, especialmente, a preocupação de conduzir o leitor, por meio da língua, a um plano de cultura geral mediante o aprofundamento do estudo do vocabulário (hajam vista as páginas 34-38, 44-46, 146-148 entre outras).

É claro que há vários desacordos entre o autor desta Notícia e os do livro; mas isto é bem compreensível em se tratando de “erros de linguagem”, cujo conceito é tão “ondoyant et divers” quanto, no dizer de Montaigne, o é a natureza do Homem, que os pratica.

A divergência é em regra em questão de detalhe, e não sei se se estende a êsse último têrmo, pois a referência a êle no índice remissivo está com uma indicação em falso para o texto.

Há, entretanto, um ponto em que a divergência é mais séria.

Trata-se do Quadro Classificatório dos “Vícios de Linguagem” (p. 10), talvez da inspiração de Sílvio Elia, sempre propenso às sinopes em virtude da sua formação filosófica, que é sólida, e em regra favorece as suas elucubrações. Aqui, porém, excepcionalmente, temos um Quadro muito pouco feliz, mesmo pondo-se de lado o chamar-se latamente “vício” o que é pròpriamente êrro. Não cabe, por exemplo, falar em erros “estáticos” e erros “evolutivos”: todo êrro tem caráter dinâmico como fôrça para quebrar, para bem ou para mal, o estaticismo da codificação vigente e, por outro lado, se houve evolução, é que essa codificação se alterou e portanto o que era êrro deixou de o ser. Nem a rigor a “cacografia” é um êrro “fonético” (que há de fonético no emprego de “z” por “s” entre vogais?), da mesma sorte que o pleonasma, anacoluto e outras figuras de linguagem só são erros em casos especiais, e então o êrro não está nelas mas na inadequação do emprêgo.

Relevem os prezados Autores a franqueza dessa crítica final, ùnicamente determinada por um alto aprêço a ambos (pois não se deve perder tempo em contestar àqueles a quem não se preza), e recebam parabéns pelo que souberam realizar, partindo embora de um tipo de exercício gramatical cujo valor, em essência, é muito discutível.

J.M.C.J.

**ANEXO G - Notícia crítica de Mattoso Câmara sobre a obra *Pequena Gramática para Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*, de Adriano da Gama Kury.**

**PEQUENA GRAMÁTICA para explicação da Nova Nomenclatura Gramatical – Adriano da Gama Kury – Livraria Agir Editora – Rio de Janeiro, 1959.**

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, organizada por Comissão de Professores Catedráticos do Colégio Pedro II, foi uma iniciativa das mais oportunas do Ministério da Educação e também, de maneira geral, das mais felizes afora um ou outro detalhe.

O livrinho que aqui se aprecia é, na realidade, uma sucinta gramática fundamentada nessa classificação.

Quem assina esta Nota Crítica pode parecer suspeito para louvar a obra quase irrestritamente, como sinceramente acha que ela merece, porque o Autor teve a nímia generosidade de lhe dedicar, ao lado da veneranda figura de Sousa da Silveira, e freqüentemente a êle se reporta em matéria de doutrina e definições. Mas a suspeição, cabível para um juiz ou um examinador de concurso, não o é para a crítica filológica ou literária, onde apenas se chama a atenção para a qualidade de uma obra, competindo ao público leitor o veredito e até decidir da competência e da sinceridade do crítico.

Eis por que esta Nota, vencendo quaisquer constrangimentos, não hesita em apontar a Pequena Gramática como um precioso manual, que vale pela segurança doutrinária, pela clareza da exposição e pelo equilíbrio das idéias. O Autor sabe até, discretamente, indicar falhas e preencher lacunas, como a propósito da denominação de “consoante constrictiva” (p. 36, Obs. 4), em vez de “contínua”, e da ausência, na NGB, de uma classificação das vogais em função da elevação da língua, o que é um dado imprescindível para a precisa determinação das nossas unidades vocálicas (p. 31). É especialmente digna de encômios a atitude nítida a favor da nova teoria do fonema, entendido exclusivamente como elemento sônico que serve para a distinção das formas lingüísticas, independentemente de quaisquer outras peculiaridades fonéticas que não concorram para êsse fim.

Não poderia esperar outra coisa quem conhece de perto o Professor Adriano da Gama Kury e sabe-o um estudioso honesto, sagaz e incansável da língua vernácula e dos problemas da filologia. É êle uma dentre as expressivas figuras da nova geração de professores, merecedoras de alto aprêço pela compreensão sistemática da matéria e senso de responsabilidade e profissional.

Como prova da sinceridade do que aqui se diz e já que o Autor desconfia, com razão, dos julgamentos “incondicionalmente favoráveis” (p. 15), estranhe-se a exemplificação, na página 117, de “asa de xícara” como “metáfora fossilizada”, pois o termo português provém do latim “ansa” sem maior mudança de sentido; “asa de ave” é que é figura fossilizada de linguagem (e metonímia, antes que metáfora), desde que era por aí que se segurava numa ave doméstica em meio às atividades da vida rural. O exemplo terá cabimento noutra âmbito: o da distinção entre a gramática histórica e a apreciação atual de uma língua, pois com efeito, para o falante de hoje, tende a se inverter no caso a verdade histórica e a se sentir em “asa de xícara” uma metáfora (não fossilizada, é claro) por associação secundária de ordem estilística.

E com esta achega para uma 2ª edição, indubitavelmente muito próxima, termina esta Nota Crítica sobre a “Pequena Gramática” de Adriano da Gama Kury, augurando-se ao Autor novos livros didáticos igualmente lúcidos, seguros e úteis.

J.M.C.J.

ANEXO H – Expediente da *Revista Língua Portuguesa*, n.8, 2006.



**editora  
segmento**

**Presidente:** Edmilson Cardial  
**Vice-presidente:** Roberto Müller Filho  
**Diretoria:** Cibele Tommasini  
Jary Camargo  
Luciano do Carmo  
Marcio Cardial  
Rita Martinez

**Diretor-Geral:** Luciano do Carmo  
**Editor:** Luiz Costa Pereira Junior  
luizcosta@editorasegmento.com.br  
**Consultor Editorial:** Josué Machado  
**Assistente de Redação:** Eliane Scardovelli  
eliane@editorasegmento.com.br  
**Fotografia:** Antonio Larghi  
**Diagramação:** Cleber Estevam, Sheila Martinez  
e Simone Midori Maki  
**Revisão:** Viviane Rowe  
**Colaboradores:**  
**Texto:** Evanildo Bechara, Gabriel Perissé,  
Heitor Megale, José Luiz Florin, Kaline  
Medeiros, Leo Ricino, Luis Adonis Valente  
Correia, Marcelo Coelho, Márcio Cotrim,  
Maria Helena de Moura Neves, Mário Eduardo  
Viaro, Pasquale Cipro Neto, John Robert  
Schmitz, Viviane Rowe, Wiadir Dupont  
**Ilustração:** Filipe Rocha e Negreiros  
**Processamento de Imagem:** Paulo Cesar Salgado  
**Produção Gráfica:** Tiago Manga Misson

**PUBLICIDADE**  
**Diretora:** Cibele Tommasini  
**Gerente:** José Mario Brito –  
brito@editorasegmento.com.br

**Marketing de Bancas:** Caroline Hannickel  
caroline@editorasegmento.com.br

Distribuição exclusiva para todo o Brasil:  
Fernando Chinaglia S.A. – Rua Teodoro da Silva,  
907 – Rio de Janeiro (RJ)

**Língua Portuguesa** é uma revista mensal da  
Editora Segmento. Esta publicação não se  
responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em  
artigos ou matérias assinadas, que expressam  
apenas o pensamento dos autores, não  
representando necessariamente a opinião da revista.  
A publicação se reserva o direito, por motivos de  
espaço e clareza, de resumir cartas e artigos.

**Editora Segmento**  
**Revista Língua Portuguesa**  
Rua Cunha Gago, 412 – 1º andar  
CEP 05421-001 – São Paulo (SP)

Central de atendimento ao assinante  
De 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 18h  
Tel.: (11) 3039-5666 / Fax: (11) 3039-5643  
e-mail: assinatura@editorasegmento.com.br  
acesse: www.editorasegmento.com.br

**Coordenadora de Marketing:** Viviane Trevisan  
vtrevisan@editorasegmento.com.br  
**Assistente de Marketing:** Fabiola Afonso  
fabiola@editorasegmento.com.br

**ESCRITÓRIOS REGIONAIS**  
**Diretor:** Jary Camargo  
**Bahia** – Aura Representações – Cesar Silveira  
Tel.: (71) 3345-5600  
**Goiás** – Guilherme Ramos – Tel.: (62) 3099-3637  
**Paraná** – Marisa Oliveira mww  
Tel.: (41) 3027-8490  
**Rio de Janeiro** – Helliane Antonello  
Tel.: (21) 2246-7159  
**Santa Catarina** – Mônica Rodrigues  
Tel.: (48) 3478-6016

**CIRCULAÇÃO E ASSINATURA**  
**Diretora:** Rita Martinez  
**Gerente de Assinaturas Corporativas:**  
Lara Pequeno C. da Silva  
lara@editorasegmento.com.br  
**Supervisora de Circulação:** Cintia Silva  
**Coordenadora de Marketing:**  
Carolina Martinez  
carolinamartinez@editorasegmento.com.br  
**Marketing de Assinatura:** Juliana Cleto  
juliana@segmentoan.com.br

**Marketing de Bancas:** Caroline Hannickel  
caroline@editorasegmento.com.br

Distribuição exclusiva para todo o Brasil:  
Fernando Chinaglia S.A. – Rua Teodoro da Silva,  
907 – Rio de Janeiro (RJ)

**Língua Portuguesa** é uma revista mensal da  
Editora Segmento. Esta publicação não se  
responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em  
artigos ou matérias assinadas, que expressam  
apenas o pensamento dos autores, não  
representando necessariamente a opinião da revista.  
A publicação se reserva o direito, por motivos de  
espaço e clareza, de resumir cartas e artigos.

**Editora Segmento**  
**Revista Língua Portuguesa**  
Rua Cunha Gago, 412 – 1º andar  
CEP 05421-001 – São Paulo (SP)

Central de atendimento ao assinante  
De 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 18h  
Tel.: (11) 3039-5666 / Fax: (11) 3039-5643  
e-mail: assinatura@editorasegmento.com.br  
acesse: www.editorasegmento.com.br



**ANER**  
WWW.ANER.FO.F.B.T



**IWL**  
EU PRODUZ O IWL

**LÍNGUA**

ANO I – NÚMERO 8 –  
JUNHO DE 2006  
www.revistalingua.com.br  
ISSN: 1808-3498

ANEXO I - Texto *Sobre a Revista Língua Portuguesa.*

# LÍNGUA

PORTUGUESA

[HOME](#)
[A REVISTA](#)
[ASSINATURAS](#)
[ANUNCIE](#)
[OFICINAS](#)
[CONTATO](#)

## Sobre a Revista Língua Portuguesa

É um universo muito nosso – e desconhecido, o da língua portuguesa. Poucas vezes pensamos nela direito, tão habitual o seu uso, tampouco nos despregamos de seus efeitos. A língua que usamos revela o que somos, e nem sempre nos damos conta. Está na música, na arte, no trabalho, na política, em toda a cultura, trai preconceitos, as ênfases do passado e os papéis que adotamos nas nossas relações sociais.

A revista Língua Portuguesa se lança ao compromisso de flagrar momentos do cotidiano em que essa realidade se verifica. Capturar a tenacidade do idioma português – e da fala brasileira em particular – no pleno vigor de sua existência.

Registrar seu alcance e sua dimensão, a herança e a riqueza material, mas em especial sua atualidade. Um mergulho nas muitas histórias do idioma e na sua permanência entre culturas variadas, mas também o relato das contribuições das raças e dialetos que a ela se mesclaram. O interesse pelo português se evidencia para além do estudo da gramática ou de seus padrões. O domínio da linguagem, tanto oral quanto escrita, tornou-se indispensável para a vida profissional e é por intermédio dela que se garante a própria cidadania.

É a essa demanda prática e social que a revista Língua pretende atender, ao identificar e colocar em discussão o que há de mais relevante no idioma português, na fala brasileira e variantes.

A edição de lançamento da revista Língua testa, portanto, possibilidades e flagrantes. Tenta mostrar jornalisticamente que o idioma é um universo amplo, porém acessível. Não um armarinho de certos e errados, mas algo cuja compreensão pode iluminar o entendimento sobre o cotidiano brasileiro. As reportagens e as curiosidades contidas aqui buscam atualizar questões desencadeadas pelo modo como usamos as palavras. Um vício como o gerundismo ("vou estar passando o seu recado"), por exemplo, pode explicar muito da vida brasileira contemporânea. Assim como a carreira de Millôr Fernandes é uma demonstração cabal de como se podem questionar os limites do nosso idioma, com talento e humor. Muitas vezes, uma expressão ou situação da linguagem vira o centro de determinado debate. Em outras, entender a história e o manejo da língua revela a importância do português não apenas como ferramenta de comunicação, mas como chave para a alma brasileira. Ao falar, o brasileiro expressa sua identidade, que nunca é uniforme, e o país respira sua diversidade, que insiste em nos unir.

Luiz Costa Pereira Junior, editor  
 luizcosta@editorasegmento.com.br

## ANEXO J – Texto A Revista.

# LÍNGUA

PORTUGUESA

**CONHEÇA  
OS DETALHES**

- A REVISTA
- CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS
- TABELA DE PREÇOS

**REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA**

A publicação é inédita e absolutamente pioneira. Nunca foi feita uma revista sobre a língua portuguesa no Brasil, embora a mídia sempre flerte com o universo da língua (em campanhas publicitárias, colunas de jornais, especiais de revistas, quadros de TV e programas de rádio).

Livros e manuais sobre o uso do idioma português há anos freqüentam as listas dos mais vendidos e já se caracterizam como fenômenos editoriais.

**A REVISTA**
↑ **VOLTAR AO MENU**

A Revista Língua Portuguesa busca identificar e colocar em discussão os aspectos mais relevantes da língua e da fala brasileira, e se constitui um valioso instrumento de atualização de conhecimentos e de qualificação pedagógica. As reportagens, artigos e seções, tratam do uso oral e escrito do nosso idioma em diversas situações do cotidiano, sejam elas informais, cultas, pessoais ou profissionais.

A cada edição procura orientar e ajudar as pessoas a esclarecer dúvidas a respeito de concordância, grafia, pronúncia, acentuação, uso do plural, vícios de linguagem, origem das palavras e muito mais.

Tudo isso de uma maneira didática, mas de leitura agradável e prazerosa, simples e bem humorada.

Para anunciar ligue: (11) 3039-5603

ANEXO L – Texto *Linguagem, realidade e pensamento*, de José Luiz Fiorin

# Linguagem, realidade e pensamento

PENSAR É A CAPACIDADE DE CONSTRUIR REPRESENTAÇÕES DAS COISAS E OPERAR SOBRE ELAS. NÃO É UM DECALQUE OU UM REFLEXO DO MUNDO

POD. JOSÉ LUIZ FIORIN

Em *Alice no País das Maravilhas* há um episódio interessante:

"Este deve ser o bosque", murmurou pensativamente. "onde as coisas não têm nomes". (...) Ia devancando dessa maneira quando chegou à entrada do bosque, que parecia muito úmido e sombrio. "Bom, de qualquer modo é um alívio", disse enquanto avançava em meio às árvores, "depois de tanto calor, entrar dentro do... dentro de quê? Estava assombrada de não poder lembrar o nome. "Bom, isto é, estar debaixo das... debaixo disso aqui, ora", disse colando a mão no tronco da árvore. "Como essa coisa se chama? É bem capaz de não ter nome nenhum... ora, com certeza não tem mesmo!"

Ficou calada durante um minuto, pensando. Então, de repente, exclamou: — Ah, então isso terminou acontecendo! E agora quem sou eu? Eu quero me lembrar, se puder. (São Paulo, Sarraute, 1980, p. 165-66)

O texto mostra que Alice, quando atravessa o bosque onde as coisas não têm nome, é incapaz de saber o que são os objetos que a cercam. Isso significa que

a realidade só tem existência para os seres humanos quando é nomeada. Ao afirmar isso, não estamos querendo dizer que o mundo não existe independentemente das pessoas ou que ele seja uma criação de sua mente, mas que só atentamos para as coisas por intermédio da linguagem, só as percebemos e diferenciamos por meio da linguagem. Em outras palavras, só pela linguagem o universo ganha sentido para nós. A linguagem é, assim, uma forma de apreender aquilo que existe.

## Novos vocábulos

As palavras criam conceitos, que ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, criamos a noção de pôr-do-sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe o ocaso desse astro, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. No entanto, essa concepção criada pela língua determina um fenômeno que encanta a todos nós. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova

idéia exigem novas palavras, mas é sua denominação que lhes confere existência para todos os falantes de um dado idioma.

e servida à mesa. Em português, dizemos *O porco está no chiqueiro* e *O porco ficou bem temperado*. Em inglês, no primeiro caso, emprega-se *pig* e, no segundo, *pork*. A mesma realidade é categorizada de modo diferente em português e inglês. Neste, o animal e o alimento feito com sua carne são vistos como dois elementos diferentes. Isso significa que a mesma realidade é recordada diversamente nas duas línguas. Por isso, uma língua é uma forma de interpretar o mundo, de ordená-lo. Ela não é uma nomenclatura aplicada a uma realidade cuja categorização precise à significação.

O pensamento é a capacidade de construir representações das coisas e operar sobre elas. Ele não é um decaído ou um reflexo do mundo. Ao contrário, classifica a realidade, interpreta-a. Nessa função organizadora, ele não existe fora

## Catálogo da realidade

As palavras criam conceitos, que ordenam a realidade, categorizam o mundo. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova idéia exigem novas palavras, mas é sua denominação que lhes confere existência para todos os falantes de um dado idioma. A experiência histórica determina o aparecimento de vocábulos. No entanto, uma vez criada uma palavra, ela passa a moldar a maneira como os usuários de uma dada língua percebem a realidade.

Além disso, é preciso atentar para o fato de que o pensamento existe na moldura da linguagem em geral, o que inclui, por exemplo, as linguagens visuais, e não apenas a linguagem verbal.

José Luiz Fiorin é professor de Linguística na USP e autor, entre outros, do livro *Introdução ao Pensamento de Bobbin*

ANEXO M – Texto *O poder criador da linguagem*, de José Luiz Fiorin

**RETRATO DO ARTISTA QUANDO COISA**

A minha apareceu grávida de um gavião. Veio falou para a mãe: o gavião me desmoçou. A mãe disse: Você vai partir uma árvore para a gente comer goiaba nela. E comeram goiaba.

Naquele tempo de dentes não havia limites para ser. Se a gente encontrava em ser ave ganhava o poder de alçar. Se a gente falasse a partir de um córego a gente pegava murmurios. Não havia comportamento de estar. Urubus conversavam sobre auroras. Pessoas viravam árvores. Pedras viravam rouxinóis. Depois veio a ordem das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos. Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas. As palavras continuam com seus deslimites.

(Manoel de Barros, *Retrato do Artista Quando Coisa*, Rio de Janeiro, Record, 1998, p. 70)

REVISTA LINGUA 55

**José Luiz Fiorin** é professor de Linguística na USP e autor, entre outros, dos livros *Introdução à Linguística* e *Il*.

Por isso, refugia-se no cinema, para assistir a filmes de amor, onde a vida é arante, sedutora. Um dia, o galã sai da tela e eles vão viver juntos uma série de aventuras. Nessa outra realidade, os homens são gentis, convicência não é monótona, a paixão é sempre intensa e assim por diante.

**Produção de sentidos**

A linguagem é a faculdade humana de produzir sentidos que servem para o homem expressar-se, interagir com os outros, armazenar informações, etc. Esses sentidos podem manifestar-se de diversas maneiras: por meio de sons, como no caso da linguagem verbal, por meio de gestos, como nas línguas de sinais utilizadas pelos surdos. Temos linguagens não-mistas cujos significados se expressam apenas de um modo: a escrita, a pintura, a escultura, a linguagem de sinais; temos linguagens mistas cujos sentidos se apresentam de diferentes maneiras, como o cinema, em que os sentidos são revelados pelos sons da linguagem verbal e da música, pelas imagens da linguagem visual, etc.

**Início e fim**

Os homens são cercados de linguagem: desde o nascer, quando as palavras carinhosas da mãe são ouvidas pelo bebê, até o morrer, quando palavras de conforto são dirigidas ao doente terminal. Do raiar do dia até o momento em que adormece, os caracóis, as conversas, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, tudo produz sentidos, em que o homem está inserido. A linguagem tem muitas funções.

Um de seus papéis centrais é o de criar realidades que evidenciam que outros estilos de vida são possíveis, que o mundo pode ser um lugar diferente e melhor do que o que é. A linguagem tem o poder de construir sonhos, de dar existência a utopias e, assim, apoderar-se das consciências e pôr em marcha mudanças. A vida

humana altera-se, porque os homens são dotados de linguagem. Essas realidades idealizadas revelam os anseios, os temores, as expectativas do homem da época em que foram concebidas. Pode-se forjar uma realidade futura, como em muitos filmes de ficção científica, em que a terra é um lugar sombrio, poluído, dominado por gangues, que impõem a lei do mais forte (por exemplo, o filme *Duna*). Isso revela a angústia contemporânea com a destruição do meio ambiente e com o quebra das normas sociais. Podem-se construir realidades em que os computadores dominem os homens (por exemplo, o filme *2001, Uma Odisseia no Espaço*), o que mostra a angústia de nosso tempo diante das aceleradas mudanças produzidas pelas novas tecnologias. Pode-se também idealizar o passado, construindo um mundo aprazível, em que tudo era melhor. Podem-se imaginar novos espaços, como a Terra Média, que aparece no *Senhor dos Anéis*, de Tolkien.

# O poder criador da linguagem

**ELA PERMITE CRIAR AS REALIDADES QUE QUISERMOS, POIS NÃO ESTÁ SUBMETIDA, COMO NOS DIZ MANOEL DE BARROS, AOS LIMITES DA ORDEM NATURAL DAS COISAS**

POR JOSÉ LUIZ FIORIN

O poeta Manoel de Barros fala do tempo em que as coisas não tinham limites. Nela, tudo podia acontecer: urubus conversavam sobre auroras, pessoas viravam árvores, pedras tomavam-se rouxinóis e assim por diante. O poeta mostra acontecimentos impossíveis, como a mãe dizer à filha que ela iria partir uma árvore para que comesses goiaba nela e isso acontecer (e comeram goiaba) ou alguém desejar ser ave e ganhar o poder de alçar voo, para revelar que não havia limites para os acontecimentos. Depois veio a ordem natural das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos, isto é, cada coisa tem uma função no mundo e tem que exercê-la. No entanto, as palavras não foram castigadas com essa ordem natural, elas continuam, segundo o poeta, com seus deslimites. Nesse belo poema, o que o

REVISTA LINGUA 54

No filme *A Rosa Pálida* de Cato, interpretada por Milla Jovovich (à direita), refugia-se de vida sofrida não só o cinema e arte mostra que outros mundos de ser são possíveis.

autor dá a conhecer é que as palavras, ou seja, a linguagem, não são um decalque do mundo, não se limitam a reproduzir a ordem natural das coisas, mas são um instrumento com que os homens podem criar realidades, imaginar universos, conceber ambientes e situações. Esse poder criador da linguagem está presente nas narrativas religiosas. Na Bíblia, conta-se que Deus cria o mundo pela linguagem: Deus disse: Faça-se a luz. E a luz foi feita (Gênesis, 1,3).

humana altera-se, porque os homens são dotados de linguagem. Essas realidades idealizadas revelam os anseios, os temores, as expectativas do homem da época em que foram concebidas. Pode-se forjar uma realidade futura, como em muitos filmes de ficção científica, em que a terra é um lugar sombrio, poluído, dominado por gangues, que impõem a lei do mais forte (por exemplo, o filme *Duna*). Isso revela a angústia contemporânea com a destruição do meio ambiente e com o quebra das normas sociais. Podem-se construir realidades em que os computadores dominem os homens (por exemplo, o filme *2001, Uma Odisseia no Espaço*), o que mostra a angústia de nosso tempo diante das aceleradas mudanças produzidas pelas novas tecnologias. Pode-se também idealizar o passado, construindo um mundo aprazível, em que tudo era melhor. Podem-se imaginar novos espaços, como a Terra Média, que aparece no *Senhor dos Anéis*, de Tolkien.

ANEXO N – Texto *Painéis da Variedade*, de José Luiz Fiorin



# Painéis da variedade

AS LÍNGUAS VARIAM POR VÁRIOS MOTIVOS, MAS O QUE TORNA O FENÔMENO MAIS COMPLEXO

É QUE OS DIFERENTES FATORES SE CRUZAM

**N**o texto em destaque no quadro da página ao lado, um jovem apresenta a seus colegas o professor Antenor Nascentes, um importante estudioso da língua portuguesa, entre outras obras, de um dicionário etimológico do português. O rapaz utiliza-se da linguagem dos jovens da década de 60. Alguns termos ainda estão em uso, enquanto outros desapareceram. Vejamos o sentido de alguns deles: *bulufas* = "nada"; *carra láo crânio* = "pessoa inteligente"; *mumunhas* = "habilidades"; *cabrero* (variante de *cabrero*) = "desconfiado"; *crocólagem* = "tração"; entrar pelo cano = "sair-se mal"; *chopa* = "amigo"; *botar banca* = "vanagloriar-se"; *tenha* = "coisa difícil"; *mandar brasa* = "agir com disposição firme".

Uma característica de todas as línguas do mundo é que elas não são uniformes, não são homogêneas, não são unas. Todas elas apresentam variantes, isto é, não são faladas da mesma maneira em todos os lugares, nos distintos grupos sociais, nas diferentes épocas, nas diversas situações. Muitos podem pensar que o fenômeno da variação ocorre apenas no Brasil e que isso deriva do fato de os brasileiros não amarem sua língua, serem desleixados com ela, não a conhecerem bem. Esse ponto de vista não passa de preconceito. A variação é inerente ao fenômeno linguístico. Todas as línguas têm variedades, até mesmo os idiomas antigos. O português e as demais línguas românicas (francês, italiano, espanhol, romeno, catalão, dálmático, sardo, rético, franco-provençal e provençal) provêm do latim vulgar

(popular), uma variedade bem distinta do latim culto. A variação ocorre porque a sociedade não é uniforme; ao contrário, é dividida em grupos: há os que habitam uma região ou outra; há os mais velhos e os mais jovens; há os que pertencem a este ou aquele grupo social; há os que têm esta ou aquela profissão e assim por diante. Percebemos, com muita facilidade, o fenômeno da variação na pronúncia e no vocabulário. No entanto, ele ocorre em todos os planos da linguagem:

- a) no plano fônico: *t e d* seguidos de *i* soam como *teb e di* em quase todo o país e como *f e d* em certas regiões, sobretudo as de imigração italiana; em algumas camadas sociais, vocaliza-se o *lh*: *maí, caíé, teia* (por *felha*) e há uma tendência para a mudança do lugar do *r* na sílaba:

- perçisa, pegrária, perçura, cardemeta, largato.*
- b) no plano morfológico: usa-se, em determinados segmentos, a primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo, sem o *s* final, pela forma correspondente do indicativo: *estudemo, escutemo, andemo.*
- c) no plano sintático: em algumas regiões do país, usam-se formas próprias da sintaxe do italiano, como *somos em esse ou passo da sua casa mais tarde*, em certos segmentos que tornam mais complexo o fenômeno da variação e que esses diferentes fatores se entrecruzam. Assim, por exemplo, temos um falar carioca que se distingue de um baiano. Dentro de cada um desses falares regionais, temos uma variedade popular e uma variedade formal e uma informal e assim por diante.

**José Luiz Fiorin** é professor de Linguística na USP e autor, entre outros, do livro *Introdução ao Pensamento de Bolívar*.

em certas regiões, utiliza-se o termo *alcatejado* por *acampado*. A língua varia, em todos os seus componentes, de região para região (variação, espacial, regional ou dialetal), de grupo social para grupo social (variação social ou distridial), de uma época para outra (variação temporal ou diacrônica), de uma situação de comunicação para outra (variação situacional ou diafásica). O que torna mais complexo o fenômeno da variação é que esses diferentes fatores se entrecruzam. Assim, por exemplo, temos um falar carioca que se distingue de um baiano. Dentro de cada um desses falares regionais, temos uma variedade popular e uma variedade formal e uma informal e assim por diante.

**NASCENTES NA GIRIA DOS 60**  
Meus camaradas: Não entendi bulufas dessa jogada de fazerem o papa aqui apresentar o seu Antenor Nascentes, um cara tão calão, cheio de mumunhas, que é marjado até na Europa. Estou mesmo cabreno até achando que foi crocólagem do diretor do curso, o professor Odorico Mendes, para eu entrar pelo cano.  
O seu Antenor Nascentes é um chapalegal e barbete em filologia, botar banca. Escreveu um dicionário etimológico que é uma beta. Dois volumes que vou te conta. Um deles é desta idade... mas grosso que trocador de ônibus. O homem é o fêké da Gramática, está mais por dentro que bicho de opalão. Mandá brasa, professor Nascentes!  
(Comunicação, 20/04/66, in: MAFILINS Diego Silveira e ZILBERN P. Lubba Sobar. Português Instrumental. Porto Alegre: Sagrai Luzarim, 1999, p. 40)

Como um painel diversificado, todo o texto apresenta variedades e diferenças nas suas formas, homogeneidade nas suas

LINGÜÍSTICA

REVISTA LINGUA



ANEXO P – Texto *Mitos do senso comum*, de José Luiz Fiorin

3) a normativa, que considera a língua um conjunto de fatos que devem ser julgados em termos de certo/errado e que se opõe a todas as formas consideradas como "corrupção" da língua: por exemplo, quando se afirma que quem diz *estou com um joelho* na verdade está com dois; quando se condena, com veemência, o uso das formas *lá, lá, lá*, na língua falada, dizendo que não existe verbo *lar* em português.

**Diferenças**

Essas afirmações do senso comum, apesar de, na maior parte dos casos, não serem verdadeiras, são inocuas. No entanto, elas devem ser combatidas, quando as simplificações e as idéias falsas que veiculam podem dificultar a compreensão do outro, podem dar argumentos a todas as formas de preconceitos e de exclusões, podem servir de base até mesmo para idéias racistas. Quando se considera uma variante lingüística feia e isso leva a ridicularizá-la, a desprezá-la, a pôr de lado quem a usa, é preciso dizer, com clareza, que as variantes são apenas diferenças e não são feias nem bonitas; que respeitar o modo de falar do outro é aprender a viver com as diferenças. Quando se diz que os falantes de línguas "primitivas" não são capazes de raciocínio lógico, é necessário mostrar que não há línguas primitivas e desenvolvidas, porque todas as línguas possuem grande complexidade fonética, gramatical e lexical e que todas elas dão suporte ao pensamento lógico, que se acha presente em todas as culturas. Muitas vezes, as idéias do senso comum sobre a linguagem estão, sem que percebamos, na base de muitos de nossos preconceitos.

**José Luiz Fiorin** é professor do Departamento de Lingüística da USP e coordenador dos livros *Introdução à Lingüística* (volumes teórico e introdutório) e *Lingüística: princípios de análise*, ambos da Editora Contexto.

como por exemplo, no caso das falsas analogias do seguinte tipo: se você não diz *entrega a casa*, você não pode dizer *entrega a domicílio* (se isso fosse verdade, como se diz *andar a cavalo*, dever-se-ia dizer *andar a lómbas*, *andar a trem*); não se pode dizer *risco de vida* e sim *risco de morte*, porque ninguém corre risco de viver, mas todos correm risco de morrer (na verdade, pode-se dizer *risco de vida*, porque a expressão quer dizer que a vida está em risco); não se pode dizer *correr atrás do prejuízo*, porque ninguém corre atrás de prejuízo, corre atrás de lucro (na verdade, o sentido das expressões é constituído em bloco e não pela soma das palavras que as compõem: assim, *correr atrás do prejuízo* significa "reverter uma situação desfavorável").

2) a apreciativa, que se exprime por intermédio de julgamentos sobre a beleza, a lógica, a clareza, a simplicidade, a dificuldade desta ou daquela língua ou desta ou daquela variante lingüística: por exemplo, o *r* retroflexo, aquele utilizado em final de sílabas, como *por e mar*, no interior de São Paulo, no sul de Minas, no norte do Paraná, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, é feio; o polonês é uma língua áspera, porque tem muitas consoantes; os gatinhos falam cantado;

# Mitos do senso comum

FALSAS IDEIAS QUE SE REPETEM NO DIA-A-DIA ESTIMULAM VISOES DISTORCIDAS SOBRE OS IDIOMAS

POR JOSÉ LUIZ FIORIN

Você já deve ter ouvido muitas pessoas dizerem que o português é a língua mais difícil do mundo. Isso não é verdade, pois nenhum idioma é complicado para o falante nativo. Por outro lado, aprender uma outra língua, qualquer que ela seja, exige bastante esforço.

Ao lado do que poderíamos chamar reflexão sistemática sobre a linguagem, realizada por professores e estudantes nas escolas, por lingüistas e gramáticos, circula na sociedade um conjunto de idéias lingüísticas, constituído das noções que os falantes comuns têm da língua e que se traduzem em julgamentos de valor.

Nessas concepções espontâneas, os falantes investem nos idiomas valores afetivos, estéticos, ideológicos, políticos. Diz-se então que há línguas civilizadas e línguas primitivas, línguas musicais e línguas dissonantes, há pronúncias feias e bonitas, há modos de falar harmoniosos e não harmoniosos. Afirma-se que o inglês é uma língua fácil. Afirma-se que as línguas sem tradição literária, tal como o quechua, são menos desenvolvidas do que as outras. Asevera-se que alguns

povos são mais dotados para línguas do que outros. Diz-se que o francês é a língua da clareza; que o italiano é uma língua musical, própria para expressar o amor; que o alemão é a única língua em que se pode filosofar. Uma língua é, portanto, considerada como mais próxima da natureza das coisas do que outra. Nesses enunciados lingüísticos do senso comum, diz-se, por exemplo, que o português está em decadência. Um antigo embaixador do Brasil em países africanos afirmou, numa entrevista, que as línguas africanas, porque são primitivas, têm muitas vogais e, principalmente, muitos /A/. E por aí poderíamos continuar. Essas idéias em geral, não têm nenhum apoio na realidade lingüística, elas são fantasias sobre a linguagem e a natureza das línguas.

## Atitudes

Nessas formulações do senso comum diante da língua, os falantes adotam, segundo a lingüista francesa Marina Yaguello, três tipos de atitudes:

1) a explicativa, que busca racionalizações; que faz tentativas de teorizações,

